

-----ATA N.º 280-----

----- Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Centro Paroquial de Rocas do Vouga, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Hermínio Pedro Marques Martins, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Ordem de Trabalhos-----

- 1 **Atas e Correspondência**-----
- 2 **Período de Antes da Ordem do Dia**-----
- 3 **Período da Ordem do Dia**-----
 - 3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal-----
 - 3.2 Auditoria Forense – Relatórios Preliminares-----
 - 3.3 Orçamento Municipal 2023-----
 - 3.4 Mapa de Pessoal 2023 e Plano de Recrutamento para 2023-----
 - 3.5 Regulamento de Apoio às Freguesias – Alteração-----
 - 3.6 Auditor Externo – Nomeação-----
 - 3.7 Transferência da Exploração da Água e do Saneamento da União das Freguesias de Cedrim e Paradela do Município para a AdRA-----
 - 3.8 Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do Município de Sever do Vouga-----
- 4 **Período Destinado ao Público**-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e dez minutos.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Querida, antes de mais, apresentar a todos os meus cumprimentos. Um cumprimento especial aos senhores membros da Assembleia Municipal e aos senhores presidentes de Junta. Permitam-me, aqui, uma saudação especial ao senhor Presidente da Junta de Rocas do Vouga, senhor Almiro Machado, por nos receber aqui, pela colaboração prestada na agilização dos meios para a presente reunião. Saúdo, também, o senhor Presidente da Câmara e as senhoras e os senhores vereadores.---- De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal solicitou à segunda secretária para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Manuel Tavares Rocha-----
 - Almiro Silva Machado-----
 - Ana Maria Veloso Martins da Silva-----
 - António Augusto Macedo de Cruz-----
 - António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
 - António Fernando da Silva Dias-----
 - Cláudia Isabel Lopes Cruz-----
 - Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
 - Elga Maria do Amaral Martins da Silva-----
 - Fernando Pereira Rodrigues-----
 - Hermínio Pedro Marques Martins-----
 - Isabel Maria Martins Tavares-----
 - João Rodrigues Oliveira-----
 - José Pedro de Bastos Costa Lemos-----
 - Júlio Martins Fernandes-----
 - Maria Amaral Martins Pereira-----
 - Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
 - Sandra Marlene Rodrigues Pereira-----
 - Sérgio Soares da Silva-----
 - Tânia Filipa Fernandes Pinheiro-----
 - Vanessa Alexandra Rodrigues Loureiro-----
- Foi, ainda, registada a presença dos seguintes membros que chegaram mais tarde:-----

- Alexandre Miguel Coutinho Tavares-----
- David da Silva Alves-----
- Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Renata Liliana da Costa Marques-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Paulo Sérgio Martins Nogueira, Vice-Presidente; Ricardo Manuel Tavares da Silva, Paula Cristina Dias Coutinho, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa e Eliana Inês Tavares Machado, Vereadores.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal deu conta dos elementos que pediram substituição, sendo eles Ana Cristina da Silva Tavares, que foi substituída por Alexandre Miguel Coutinho Tavares; Beatriz Manuel Lourenço Soares, que foi substituída por Júlio Martins Fernandes; Jorge Manuel Henriques da Graça, que foi substituído por Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos e Pedro Miguel Martins Mendes, que foi substituído por Vanessa Alexandra Rodrigues Loureiro.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Antes de entrarmos na Ordem de Trabalhos, queria deixar aqui apenas, se quiserem, um apelo. Já conversamos isto, também, na conferência de líderes e isto sem pretender, de forma alguma, limitar os vossos direitos de intervenção e os tempos que nós estipulamos para cada um dos temas, mas como percebem, é uma Ordem de Trabalhos muito extensa com alguns temas de grande importância, nomeadamente o Orçamento e, portanto, eu pedia a todos que, incluindo o senhor Presidente da Câmara, naturalmente, se focassem nos temas em discussão, que não lateralizássemos a discussão para outros assuntos, de forma a que os trabalhos prossigam de uma forma esborçada e, acima de tudo, para que possamos concluir todos os pontos que estão na Ordem de Trabalhos. Desde já agradeço a vossa colaboração nesse sentido. Antes de entrar na Ordem de Trabalhos propriamente dita, decidimos, em conferência de líderes, fazer aqui uns aditamentos à Ordem de Trabalhos para que as coisas fiquem mais corretas e que são as seguintes alterações: na Ordem do Dia, ponto 3.3, aparece apenas “Orçamento Municipal 2023”, mas, como é sabido, deste ponto fazem também parte as Grandes Opções do Plano e o Regulamento de Execução. Isto é o chamado *copy/paste* e isto saiu assim na convocatória, penalizo-me eu porque fui eu que a assinei, portanto, esta era uma das alterações ou aditamentos que se iria propor à Ordem de Trabalhos. A segunda era no ponto 3.4 Mapa de Pessoal 2023. Se verificarem, também, da documentação e da proposta que vem da Câmara Municipal inclui igualmente o Plano Anual de Recrutamento para 2023. Portanto, iríamos fazer estes dois aditamentos à Ordem de Trabalhos se estiverem de acordos. Antes de entrarmos na Ordem de Trabalhos propriamente dita, colocava estas alterações à vossa apreciação. Alguém se quer pronunciar sobre este assunto? Vamos votar esta alteração à Ordem de Trabalhos.-----

O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a alteração à Ordem de Trabalhos.-----

Vinte e dois votos a favor – Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, João Oliveira, José Lemos, Júlio Fernandes, Maria Pereira, Paulo Lourenço, Sandra Pereira, Sérgio Silva, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

-----1 – Ata e Correspondência-----

1.1 Ata n.º 278 de 30 de setembro de 2022: Antes de passar à votação da ata, o Presidente da Assembleia Municipal informou ter recebido, por parte do senhor Presidente da Junta de Talhadas, um pedido de correções de dois pontos, mas que iria manter a redação distribuída pelos membros, uma vez que, verificada a gravação, constatou-se que as alterações sugeridas não estavam registadas. Assim, a ata da sessão de 30 de setembro de 2022 foi aprovada, por unanimidade, com vinte votos a favor, dos membros Alexandre

Rocha, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, João Oliveira, José Lemos, Luís Pedro, Maria Pereira, Paulo Lourenço, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.

1.2 **Correspondência e Informações:**

Correspondência recebida desde a última sessão ordinária, que foi disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal juntamente com a documentação da sessão:

- Convite para a inauguração e encerramento da Semana do Idoso;
- Convite para a Semana do Idoso;
- Posição da CNPD sobre a transmissão online em direito das reuniões;
- Convite para um concerto da Filarmónica Severense;
- Convite para o 45º aniversário do Rancho Folclórico de Sever do Vouga;
- Convite para o Dia da Região de Aveiro 2022;
- Guia sobre a prevenção da corrupção no âmbito das Autarquias Locais;
- Convite para o XI Encontro Nacional de Produtores de Mirtilo;
- Ofício ao Presidente da Câmara Municipal sobre o Aproveitamento Hidroelétrico de Lourizela;
- Ofício ao Presidente da Câmara Municipal sobre a Feira Nacional do Mirtilo 2022;
- Ofício ao Presidente da Câmara Municipal sobre a publicação das deliberações;
- Convite para a caminhada de São Martinho ao luar;
- Relatório do auditor externo sobre a informação económica, financeira e orçamental do Município de Sever do Vouga;
- Convite para o passeio TT de São Martinho;
- Informação semestral do auditor externo;
- Convite do Rotary Club de Sever do Vouga para a visita oficial do Governador;
- Ofício da Sociedade Histórica da Independência de Portugal sobre as comemorações locais do 1º de dezembro;
- E-mail da ANAM a informar sobre as quotas para o ano de 2023;
- Convite para a abertura oficial do novo troço da ecopista;
- Convite para o II convívio sénior +65;
- Convite para a última sessão do ciclo de cinema no CAE;
- Convite para o 21º aniversário do CAE;
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal a solicitar a convocação de uma sessão extraordinária;
- Convite para o almoço solidário da Fundação Bernardo Barbosa de Quadros;
- Pedido de inclusão de um ponto na Ordem de Trabalhos sobre a transmissão da água de Cedrim e Paradela para o Município;
- Convite para o jantar de Natal do CRC de Rocas do Vouga;
- Resposta ao ofício da Sociedade Histórica da Independência de Portugal sobre as comemorações locais do 1º de dezembro;
- Convite para a exposição “Autores da Região de Aveiro”;
- Convite para a taça de Portugal de ralicross-kartcross;
- Convite da Filarmónica Severense para concerto de Natal e ceia de Natal;
- Convite para a festa de Natal do grupo Cantos e Cordas;
- Convite para o convívio/lanche de Natal da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga;
- Notificação inquerito;
- Convite para o lançamento do livro “A Essência das Coisas”.

Presidente da Assembleia Municipal – Para abreviar os trabalhos, vou-me abster de referir aquilo que vocês já têm em documentação. Destacar, apenas, dois ou três pontos que me parecem mais importantes e que não constam aí. Um deles, a minha participação

no Conselho Municipal da Juventude como mero observador e a convite do senhor Presidente da Câmara e da senhora Vereadora Paula Coutinho e a participação, também a convite da senhora Vereadora Paula Coutinho, num debate de parlamento de jovens com a senhora deputada da Assembleia da República Paula Cardoso, cujo tema, muito interessante, era a saúde mental dos jovens. Além disto, referir apenas, também, uma informação que vos dei, apenas pelo seu relevo que foi a comunicação que me chegou da parte do Gabinete do senhor Presidente, com a comunicação da dedução da acusação pública, pelo Ministério Público, contra o senhor Vereador António Coutinho, apenas para dizer que lamento que esta situação tenha chegado a este ponto, lamentamos todos, se calhar, e que ainda não tenha sido resolvido. Por fim, uma comunicação que me chegou hoje, também, do Gabinete do senhor Presidente da Câmara a dar conhecimento, hoje já ao final da manhã, de que abriu oficialmente, ontem, a creche da Misericórdia em Talhadas. Como isto é um assunto que tem sido aqui focado, acho importante dar nota disso porque não está nos documentos e, naturalmente, congratulo-me e penso que nos congratulamos todos, com este desfecho e felicito, naturalmente, o trabalho da Câmara Municipal e da Santa Casa e também da Segurança Social, para a realização deste objetivo. Dito isto, entramos no período de antes da ordem do dia e abria inscrições para este ponto.-----

-----2 – Período de Antes da Ordem do Dia-----

Feitas as inscrições, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a primeira palavra a Diana Paiva.-----

Diana Paiva – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Encontramo-nos perto do final de mais um ano, com uma época tão bonita como é o Natal, em que gostamos de nos centrar na família, e, na nossa família. Felicitamos o executivo por manter a atividade Dlim Dlão uma vez mais, noutros moldes, provavelmente em função de ouvir os comerciantes e, aqui, ficamos satisfeitos pela humildade em saber ouvir e aceitar, pois esse tem que ser o nosso norte. O ano de 2022 foi certamente de desafios, tivemos o início de uma guerra aqui na nossa Europa que trouxe consigo muitas consequências e muitas deveras gravosas. Vemos o custo de vida a aumentar, com os encargos a serem demasiados, mas os ganhos a serem os mesmos, a alimentação está mais cara, o preço dos combustíveis anda ao sabor dos interesses de quem manda, assim como o da energia, normalmente muito elevados para os nossos bolsos. Pelo que temos apreciado, o ano de 2023 irá trazer ainda maiores desafios pois a inflação tem estado em subida. Apesar de todos estes desafios, este executivo foi conseguindo manter o seu trabalho em prol das pessoas, de acautelar também os interesses dos Severenses, por isso senhor Presidente, se lhe for possível, gostaria de saber se já há alguma luz ao fundo do túnel sobre a situação dos danos causados pela descarga da barragem, há três anos atrás, com a tempestade Elsa. Sei que só teve um ano para se inteirar totalmente do estado do processo, pois que, tudo indica, se perderam dois anos em falsas diligências. Para quem não sabe, este tipo de processo tem um prazo de três anos para ser proposto sob pena de prescrever o direito à indemnização. E está perto do seu fim. Sei que o senhor Presidente pretende fazer muito mais para o nosso concelho, mas, penso que a maior parte já se apercebeu que temos que fazer omeletes muito pequeninas e às vezes sem ovos, pelo que temos todos que ir com muita calma, mas mais à frente falaremos sobre o assunto. Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer ao senhor Presidente da Junta de Rocas do Vouga por nos ter recebido aqui na sua Junta. Muito obrigada.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Sérgio Silva.-----

Sérgio Silva – Excelentíssimo povo de Rocas, senhores deputados municipais, senhores vereadores e senhor Presidente da Câmara, caríssimo Presidente da Assembleia Municipal. Estando esta assembleia hoje aqui em Rocas, quero aproveitar para trazer aqui um assunto do interesse desta freguesia e do concelho de Sever do Vouga. Senhor presidente de Câmara, No passado dia, 8 estivemos aqui bem perto, na Fundação Bernardo Barbosa de

Quadros, a participar num almoço solidário, que desde já dou os parabéns, pela iniciativa, a toda a Administração, da qual o senhor, por inerência, também faz parte. Nesse almoço, ouvi com a tenção o seu discurso, no qual o senhor se referiu à Fundação como uma instituição do maior interesse para a população da Freguesia de Rocas. Suponho, que por lapso, ou provavelmente por desconhecimento, não saiba que a instituição é do maior interesse também para a freguesia de Couto de Esteves, pois perante a Segurança Social, a Fundação é a IPSS que cobre socialmente as carências das duas freguesias. Quero lembrá-lo, também, que em novembro de 2020, a Camara Municipal cedeu, sob a forma de comodato, o Centro Escolar de Couto de Esteves à Fundação para a instalação de um Centro de Dia, contudo esse edifício encontra-se num tal estado de degradação que envergonhará de certeza qualquer uma das pessoas que se encontram nesta sala. Senhor Presidente de Câmara, um ano e três meses após a sua eleição pergunto-lhe se a Câmara ou a Fundação já tem pelo menos algum projeto ou alguma ideia para aquele espaço? Disse.--

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra a Alexandre Tavares.-----
Alexandre Tavares – Muito boa tarde. Quero cumprimentar a Mesa, o senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados, público em geral. É com grande satisfação que eu venho aqui, neste dia, com assembleia na freguesia de Rocas sendo eu freguês desta freguesia. Venho aqui só colocar dois pontos de vista que eu acho que merecem uma certa preocupação do senhor Presidente da Câmara. A primeira é a derrocada de um muro de suporte na Rua Elisário Tavares de Almeida, que ocorreu há um ano atrás e ainda não tem resolução. As pessoas continuam a passar lá. Ele não caiu na totalidade, mas nota-se uma falta de empenho em resolver esta situação. Outra questão é a inexistência de um parque infantil na freguesia de Rocas do Vouga, uma vez que temos crianças e não estamos tão despovoados como parece. Já agora, para não deixar de puxar a brasa à sardinha, porque é que a freguesia de Rocas do Vouga pode-se dizer que está atrasada a nível do concelho porque não se vê investimento nesta freguesia. Obrigado. Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Paulo Lourenço.-----

Paulo Lourenço – Senhor Presidente da Mesa e restantes membros, senhor Presidente da Câmara e demais vereação, senhores membros da assembleia, senhoras presidentes da Junta, senhores presidentes de Junta, público em geral. Eu não venho aqui há bastante tempo, como é o meu apanágio vir sempre criticar ou lembrar ou falar de outras coisas, e no último ano tenho vindo menos, ou nada quase. Hoje venho cá fazer um pequeno lembrete porque é uma situação que me parece recorrente. Já foi intervencionada, talvez por eu ter falado noutras vidas, mas continua de mal a pior e vou falar da Avenida Comendador Martins Pereira com a Rua do Alto dos Padrões, ali junto à dita Metalpedro. Está lá uma situação que já não é vergonhosa, já é miserável. Aquilo foi intervencionado mais do que uma vez, não se vê resultado nenhum das intervenções, cada vez está pior e o que venho aqui hoje falar é muito simples. Eu penso que vocês, neste próximo ano, vão ter tempo para tentar resolver aquilo de uma vez por todas, ou seja, tentar arranjar uma solução estruturada e que resolva mesmo o problema. O que lá está é perigoso, é um lençol de água constante que não sai com a seca, só mesmo no verão, e este ano o verão tem sido agora um bocadinho mais chuvoso. Dito isto, não sei se cá voltarei, desejo-vos boas festas a todos. Muito obrigado.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra a António Dias.-----
António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Mesa, a Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros da assembleia, senhores jornalistas, público em geral, cumprimento a todos. Senhor Presidente, eu inicio aqui esta minha intervenção por congratulá-lo, congratular a freguesia, entre aspas, e sim senhora, finalmente a estrada da Silveira para as Arcas vai avançar. Portanto, já há movimentações nesse sentido, por isso, oxalá que seja rápido. Depois, também, senhor Presidente uma palavra. Sei que o senhor se empenhou sobre a abertura da creche em Talhadas, portanto, falo para si, falo para o executivo, falo para a parte da Santa Casa da Misericórdia. Senhor

Presidente, também, o eBUPi esteve em Talhadas, correu bem, teve muita adesão e, senhor Presidente, eu espero que, não sei a adesão nas outras freguesias, mas que continuem. Continuem. As pessoas aderiram e espero bem que seja o futuro. Depois, senhor Presidente, eu queria agora um pedido de esclarecimento. De acordo com a última ata e minuta ordinária de 14 de dezembro, o saldo disponível era de € 21,98 e eu pergunto, senhor Presidente, peço aqui um esclarecimento sobre essa situação. Senhor Presidente, também à saída da última Assembleia Municipal, fui abordado, interpelado por um membro do público que presta serviços no município, sobre a minha intervenção sobre o empréstimo ao investimento. Senhor Presidente, eu quero aqui um esclarecimento, se na próxima reunião tenho que vir acompanhado de seguranças. Pavimentação de algumas curvas na E.N. 333. Foi prometido, continuam por pavimentar, nomeadamente nas curvas na Ereira. Está um perigo e gostava de saber quando é que, eventualmente, serão intervencionadas. Médico de família, gostava de saber, senhor Presidente, um esclarecimento se vai sair, se não vai sair, como é que está a situação. Também zona industrial de Talhadas, gostava de saber, mais uma vez, tenho as empresas todas as perguntarem frequentemente como é que está o ponto de situação. Senhor Presidente, eu gostava que o senhor Presidente aferisse da possibilidade e que, no fundo, é um pedido de esclarecimento, da possibilidade de criar habitação a preços reduzidos nas várias freguesias, ou seja, as juntas e a Câmara trabalhariam em conjunto e, eventualmente, conseguiriam-se potenciar terrenos a mais baixos custos de forma a fixar as pessoas e fixar, sobretudo, os casais novos. Também, senhor Presidente, o protocolo do exército. Gostava de saber como é que ele está. Se está, se não está. Mais um esclarecimento. E, também, senhor Presidente, o senhor Presidente falou na última reunião que não sabia onde é que estavam vários milhões. O que é facto é que estes milhões constavam na prestação de contas de 2022 e eu gostava de saber, senhor Presidente, se já os encontrou e, se não encontrou, eu, que até votei a favor das contas, agradecia, se faz favor, que fosse feita uma correção às contas. Eu vou enviar aqui, ao senhor Presidente da Assembleia, para solicitar ao senhor Presidente da Câmara um documento que é um requerimento sobre todas as pessoas que foram contratadas em regime de avença ou em regime de qualquer contrato com a Câmara a partir do momento em que este executivo tomou posse. Vou, de seguida, entregar este requerimento ao senhor Presidente da Câmara. Obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a João Oliveira.--
João Oliveira – Muito boa tarde a todos. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhores deputados, senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, caros senhores presidentes de junta, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras. Começo por lamentar a extensão dos assuntos a tratar nesta reunião da assembleia. Estamos perante uma Ordem de Trabalhos muito extensa e com pontos muito importantes a tratar. Distribuíram-nos mais de mil páginas de papel para analisarmos numa semana e para debatermos aqui hoje. É humanamente impossível analisar devidamente tanta informação em tão curto espaço de tempo e como tal não é fácil debater e tomar decisões em consciência. Permitam-me que vos volte a falar da Creche das Talhadas. Pois bem, após reunião, reunião e mais reunião com a Segurança Social, finalmente, no dia 7 de dezembro, foi assinado o acordo de cooperação com a Segurança Social. Graças ao apoio da Câmara Municipal, e naturalmente da Segurança Social, a creche abriu no dia 15 de dezembro, isto é, uma semana após a assinatura do acordo de cooperação e abriu, mas abriu com um número reduzido de crianças porque nós, antes de termos o acordo, não poderíamos ter pessoal contratado e estar-lhe a pagar estando eles sentados a aguardar que a creche abrisse. Conseguimos que uma Educadora se disponibilizasse para, a partir do dia 15, estar com as crianças, mas só a Educadora e falta admitir pessoal auxiliar a nível de cozinha, falta muito pessoal para podermos trabalhar a cem por cento. Então, até ao fim do ano, trabalha com um número reduzido de crianças e, a partir do início do ano, trabalhará a cem por cento. Na qualidade de membro da mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia, cabe aqui um agradecimento público à

Câmara Municipal pelo grande empenho neste processo e pelo apoio financeiro ao mesmo, sem os quais não seria possível colocar esta creche em funcionamento e, com isso, apoiar tantos pais com necessidade de quem cuide das suas crianças. Terminei desejando boas festas e um bom ano a todos. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder, apenas concordo com o que disse João Oliveira, na parte que referiu da extensão da Ordem de Trabalhos. Foi aquilo que eu disse no início, mas, de facto, há aqui pontos, e a meu ver até se calhar dos mais importantes, que tinham que ser discutidos nesta reunião, nomeadamente o orçamento, a auditoria, a transferência da exploração da água de Cedrim e Paradela, porque há prazos a cumprir. Portanto, uma coisa leva a outra e, de facto, apelo a todos para que sejamos objetivos e conseguiremos levar a ordem de trabalhos até ao fim. Relativamente ao requerimento do senhor Presidente da Junta de Talhadas, que eu vou ler “*Requerimento para pedido ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga, de esclarecimento verbal (próxima assembleia) e escrito, de todas as pessoas nomeadas, avençadas, e demais contratações, todos os valores auferidos (abonos), descontos e respetivas funções desde o início do seu mandato*”. Irei fazer chegar o requerimento ao senhor Presidente da Câmara para os devidos efeitos. Dava, então, a palavra ao senhor Presidente da Câmara.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimas senhoras vereadoras e senhores vereadores, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, excelentíssimas senhoras e senhores presidentes de Junta, público em geral, comunicação social aqui presente, a todos uma boa tarde. Uma palavra especial, naturalmente, ao senhor Presidente da Junta de Rocas por nos receber aqui tão bem hoje, nesta sala tão bem equipada. Precisávamos, nós, de uma sala destas na Câmara Municipal. Começando por responder à pergunta da senhora membro da Assembleia Municipal, Diana Paiva, o ponto de situação da cheia de 2019. Como sabem, nós começamos do zero porque, até àquele momento, tínhamos vivido apenas de intenções e aquilo que fizemos foi pedir três pareceres, nomeadamente à Universidade de Aveiro, ao Instituto Superior Técnico e ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Estes três pareceres, a conclusão que tiramos, parecem-nos ser favoráveis de forma que a Câmara intentou uma ação no dia 14 de dezembro de 2022, portanto, esta semana, contra a sociedade Greenvouga e penso poder dizer que, também, muitos dos particulares intentaram uma ação contra a sociedade. Senhor Paulo Lourenço, a situação dos Padrões, efetivamente é uma situação que está, se calhar, há quinze anos, por resolver. Nós já temos uma empreitada adjudicada para lá. Infelizmente, a empreitada, neste momento, da forma como a pensamos executar impedia o trânsito para a zona industrial nascente. Nós pedimos ao IP, na pessoa da Eng.^a Ângela Sá, que nos permitisse o acesso à E.N. 328 pelo lado nascente. Até agora, foi-nos negado. Eu enviei fotografias, enviei vídeos da situação, voltei a pedir e a resposta que obtivemos, via e-mail, foi que a situação se encontrava a ser analisada. Vamos esperar mais uns dias para que nos permitam ter o acesso do lado nascente para a E.N. 328 diretamente. Se tal não for possível, nós temos que avançar com a empreitada e arranjar uma outra forma de haver a passagem para a E.N. 328. Senhor Sérgio Silva, sobre a Fundação Bernardo Barbosa de Quadros, eu não sei se o senhor sabe, mas a Câmara Municipal, aliás, como muitas câmaras municipais, mas a Câmara Municipal de Sever do Vouga, foi a primeira Câmara Municipal do distrito de Aveiro a receber a competência da Ação Social e fê-lo através de um acordo celebrado com a Fundação Bernardo Barbosa de Quadros, que tem feito um trabalho de excelência, e que faz o acompanhamento das freguesias de Rocas e de Couto de Esteves. Tem trabalhado com meios escassos, reconhecemos isso, mas tem trabalhado de uma forma incedível a defender e a apoiar, de forma social, quer a freguesia de Rocas, quer a freguesia de Couto de Esteves que, naturalmente, nunca é esquecida. Relativamente ao centro escolar de Couto de Esteves, eu tive oportunidade de visitar o centro escolar de Couto de Esteves já algumas vezes e não sabia que tinha sido inaugurado

no ano de 2012 e que, no ano a seguir, ou passados dois anos, quando o senhor Presidente de Junta o encerrou imediatamente. Também não sabia que não tinha sido aproveitado para nada até 2020, altura em que, efetivamente, celebrou um protocolo com a Fundação Bernardo Barbosa de Quadros. Só que, de facto, está numa situação muito complicada, necessitando de muitas obras, e a Câmara Municipal nem sequer tinha participado ao seguro o incêndio que tinha tido, e estamos a falar de obras de centenas de milhares de euros. Nós ainda não temos resposta do sistema do quadro elétrico. Nós ainda não temos resposta do seguro. É evidente que, juntamente com a Fundação Bernardo Barbosa de Quadros há interesse de aproveitar aquele espaço, sendo que, sem ovos não se fazem omeletes. Nós temos tentado fazer o melhor possível e esperamos que, nos próximos meses, possamos ter novidades. Mas, isto não é uma promessa. É só, naturalmente, um desejo. Aquilo que posso prometer é que estamos a encetar todos os esforços para ter a resposta o mais rapidamente possível do seguro. Entretanto, fizemos já também um levantamento das obras necessárias e um levantamento das necessidades para poder ser usada pela Fundação Bernardo Barbosa de Quadros. Ao senhor Alexandre Tavares, não se trata de uma falta de empenho. Trata-se, acima de tudo, de uma falta de dinheiro. De facto, há muito muros aqui em Rocas, e em todas as freguesias, que precisam de ser levantados e, infelizmente, a Câmara não tem verbas para tudo isso. Aliás, esse muro já esteve cabimentado, depois deixou de estar porque tivemos que intervir em outras obras mais urgentes. Aliás, não foi à toa que nós fizemos um empréstimo. Se fizemos um empréstimo é porque não tínhamos dinheiro para fazer obras. Deixe-me só dizer-lhe, a título de curiosidade, que pretendemos, o mais rapidamente possível, resolver a situação desses muros, mas quanto às restantes obras aqui em Rocas, há uma coisa que é fundamental para se fazer obras. É haver projetos. E, para Rocas, não havia nenhum projeto. Nem sequer a estrada de Irijó a Sanfins, que continha umas estacas semeadas pelo meio, tinha projeto. Projeto esse que, entretanto, já fizemos juntamente com os serviços técnicos da Câmara. Pretendemos avançar assim que for possível, sendo certo que, com as limitações financeiras que temos, estaremos muito dependentes de candidaturas, sendo certo que, nos últimos meses, tivemos conhecimento que muitas das candidaturas que tinham sido submetidas e que tinham sido dadas como certas que iriam ser aprovadas, foram todas chumbadas. Portanto, estamos a falar de uma diferença de centenas, ou de milhões, relativamente ao orçamento inicial. Relativamente ao parque infantil, nós já temos um projeto para o parque infantil. Eu penso que o sítio que está, mais ou menos, aprovado, quer pelo senhor Presidente da Junta, quer pela Câmara Municipal, será atrás da escola. Já está aprovada a planta e avançaremos o mais depressa possível. Senhor António Dias, zona industrial de Talhadas, estamos à espera da, como sabe, fizemos no âmbito da segunda alteração da primeira revisão do PDM, uma alteração onde aumentamos muito a zona industrial de Talhadas, mas ainda não saiu em Diário da República. Continuamos à espera que saia em Diário da República. Relativamente à questão que coloca com as juntas, eu gostaria muito que isso fosse possível. Se a Junta tiver possibilidade financeira, pois a Câmara não tem grandes possibilidades financeiras. Protocolo do exército, nós fizemos contas e, aquilo que verificamos, face às contas que nos foram apresentadas pelo exército, é que é mais vantajoso a prestação de serviços via empresas do que a prestação via exército. As contas referem-se aos equipamentos, aos gastos de combustível, aos custos associados a despesas necessárias. Fica mais caro usarmos o exército do que propriamente a prestação por terceiros. A verdade é que, o valor por hora do exército, depois de calculado, é largamente superior ao valor do mercado. Para além disso, havia, ainda, a questão dos equipamentos pelos quais nós teríamos que ficar responsáveis do ponto de vista da segurança enquanto aqui estivéssemos. Relativamente à questão dos fundos disponíveis, pois bem, os fundos disponíveis é um termo técnico. Penso que, sendo economista, saberá o que são os fundos disponíveis. Mas, basicamente, procurando explicar às pessoas o que são os fundos disponíveis, os fundos disponíveis representam, numa determinada data, o diferencial entre a receita recebida mais a receita estimada, a

seis meses, e os compromissos assumidos até essa data, de forma que esse saldo representa o valor máximo que o Município pode assumir em novos compromissos. Os fundos disponíveis são sempre calculados no início de cada mês variando, depois, o seu valor com a emissão e anulação de compromissos. Se, no dia 14, os fundos disponíveis eram € 28,00, posso dizer que, no dia 9, os fundos disponíveis eram € 391 000,75 e, no dia de hoje, os fundos disponíveis são de € 16 119,64. Isto tem a ver com a aplicação de uma fórmula que eu confesso que também não sei como é que se aplica, mas não estão aqui, nos fundos disponíveis, nenhuma das despesas cabimentadas, nenhuma das despesas que a Câmara tem, obrigatoriamente, assumidas, portanto, essas estão, obviamente, asseguradas. Sobre as curvas, na semana passada nós iniciamos uma obra enorme em Talhadas que foi a estrada das Arcas. Uma obra prometida há cerca de vinte anos e que irá custar cerca de quatrocentos mil euros. Deixe-me dizer-lhe que eu, esta semana, fui surpreendido, por exemplo, com um auto de revisão de preços da obra do Couto de cerca de cinquenta mil euros. As coisas não estão fáceis. É evidente que eu, até, confesso que tenho alguma vergonha daquela situação ainda não estar resolvida, mas, de facto, não foi possível ter resolvido até agora. Espero que, com a aprovação do orçamento, é certamente uma das primeiras situações que nós tentaremos resolver em Talhadas porque já passou tempo demais. Mas, quando se gastam quatrocentos mil euros a fazer uma estrada como a estrada das Arcas, não sobra dinheiro para tudo. Já agora, um agradecimento público que quero fazer, naturalmente, à Santa Casa da Misericórdia, aqui representada por João Oliveira, que foi inexcusável. Nós trabalhamos muito e fizemos um esforço enorme para que a creche em Talhadas abrisse. Depois de dez anos conseguimos isso. Conseguimos, também, melhorar a questão dos transportes que, durante tantos anos, se pedia. Conseguimos, também, arranjar um subsídio para o campo do CRC de Talhadas. Portanto, temos feito bastantes coisas positivas em Talhadas. Faremos, certamente, muitas mais durante o próximo ano. Penso que respondi a tudo.-----

Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra a Sérgio Silva e pediu que fossem colocadas todas as questões de uma vez.-----

Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente. É muito rápido. Senhor Presidente da Câmara, obrigado pelo esclarecimento. Ficamos a perceber que, em concreto, se calhar ainda não houve tempo de definir nada para o centro escolar de Couto de Esteves. Já agora, queria aproveitar o último minuto que ainda tenho e, tal como prometi na primeira sessão desta assembleia municipal, onde disse que iria dar tempo a este executivo para se adaptar às funções, mas que no fim de um ano de mandato alguma coisa teria que ser já visível. Aqui estou eu hoje para fazer um pequeno balanço do primeiro ano de mandato. Nessa primeira assembleia também aqui fiz o diagnóstico do concelho e alertei que em Sever do Vouga não havia vagas para idosos em lares, não havia vagas em creches para bebés, o lixo não era recolhido e que as estradas estavam obsoletas. Mais disse que acreditava que a sua equipa iria ser capaz de resolver estes simples problemas e que o senhor presidente de câmara iria ser capaz de cumprir as promessas da Campanha eleitoral – com mais educação, mais saúde, mais ambiente, mais acessibilidades, mais cultura e mais ação social. Minhas senhoras e meus senhores, Não costumo jogar no Euromilhões, mas desta vez acertei. Um ano e três meses volvidos temos mais acessibilidades com buracos, temos mais extensões de saúde a fechar, temos mais creches fechadas, temos mais crianças a saírem do concelho para outras instalações de ensino, temos mais música e temos muito mais Facebook. Disse.-----

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se queria responder à intervenção.-----

Presidente da Câmara Municipal – Por acaso acho irónico. O senhor não acabou de ouvir que abriu uma creche em Talhadas? O senhor sabia que a creche em Silva Escura fechou com dezanove vagas e abriu uma creche em Talhadas com trinta vagas?-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente da Junta, senhor Presidente da Câmara, eu pedi, no princípio, apelei para que fossem objetivos, não discutissem questões

laterais e, acima de tudo, que não entrassem em diálogo porque isso assim não resolve nada. Senhor Presidente, faça o favor de concluir.-----

Presidente da Câmara Municipal – Espero não ter que entrar em diálogo. De facto, nós conseguimos resolver um problema que é, se nós queremos ter cá empresas e queremos ter cá pessoas, nós temos que ter condições para que as pessoas tenham cá as suas crianças. A creche de Talhadas nunca abriu. Se calhar o senhor não sabia disso, mas nunca abriu. É uma informação que lhe estou a dar. Relativamente às estradas, posso lhe dizer que nunca se pavimentou tanto no Município, neste ano, como se pavimentou nos últimos dez anos. Eu acabei de dizer que nós abrimos uma obra na estrada das Arcas, em Talhadas, e posso lhe dizer que, no Couto de Esteves, uma obra que irei fazer para o ano é da rua da Alinhada. Portanto, parece-me existir um equívoco da sua parte que eu não percebo. Relativamente à Fundação Bernardo Barbosa de Quadros e ao centro escolar, também me parece que existe aqui um equívoco. Quer dizer, o senhor está na Junta há dez anos e parece-me que quem não fez nada para resolver o assunto foi o senhor, não sei. Mas, há uma diferença clara entre nós os dois que eu gostaria de deixar aqui claro para todos. É que, no seu tempo, encerram centros escolares, no meu tempo abrem creches. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Vamos dar seguimento à Ordem de Trabalhos, e entrando na Ordem do Dia, no seu ponto primeiro.-----

----- 3 – Período da Ordem do Dia -----

3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal: - O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Reitero os cumprimentos por todos. Antes de mais, começo por desejar a todos vós, às vossas famílias e a todos os severenses, sinceros votos de boas festas e de um ano novo próspero e feliz. O período sobre o qual incide esta informação escrita fica, inevitavelmente, marcado pelo término do ano. Neste ano que se passou continuamos a acreditar num modelo de gestão autárquico assente no rigor, na transparência, no planeamento e na coesão territorial. Mantemos o foco em políticas públicas de proximidade, que se norteiam pelo diálogo, respeito e valorização de todos, de forma equitativa. Esta honra só pode ser suplantada pela enorme responsabilidade que me foi igualmente entregue: implementar uma nova abordagem de desenvolvimento que permita que Sever do Vouga seja o que todos nós sonhamos. Assim, procuramos redesenhar e adaptar as práticas e as estratégias internas, estando a trabalhar para a criação de uma nova estrutura orgânica com vista a uma maior eficiência e qualidade dos serviços. Procuramos estabelecer ligações e criar sinergias com entidades externas públicas e privadas, estreitando e recuperando relações com as nossas instituições, empresas e pessoas. Neste último trimestre do ano, celebramos protocolos e contratos-programa com várias associações, para que estas possam desenvolver as suas atividades enriquecendo as comunidades em que se inserem, retomando tradições e iniciativas no concelho, tais como a reativação da homologação do Circuito do Alto do Roçário, que foi uma enorme vitória que conseguimos este ano. Trabalhamos para melhorar as várias áreas do serviço público, tais como a modernização dos serviços, a requalificação dos espaços, a construção de equipamentos e infraestruturas, maior apoio social, melhores políticas educativas. Criamos, fruto de uma política atenta à evolução demográfica e social concelhia e em parceria com várias entidades concelhias, a semana do idoso. Uma semana dedicada à população sénior, com iniciativas focadas no bem-estar e envelhecimento saudável, bem como nos cuidadores formais e informais. Esta semana culminou com o passeio sénior, iniciativa que tem vindo a ser tradição municipal. Atendendo à melhoria da qualidade da oferta educativa em Pré-Escolar foi criado o programa “Pequenos em Movimento”. Esta iniciativa disponibiliza a todas as crianças em idade pré-escolar atividades psicomotoras/desportivas, proporcionadoras de hábitos de vida saudáveis. O Gabinete de Desporto também dinamizou uma série de atividades nas várias juntas de freguesia alusivas Semana Europeia do Desporto. Ainda na estratégia desportiva do Município,

decorrem os trabalhos de reparação da cobertura da piscina municipal, ainda que com alguns constrangimentos, tudo tem sido feito para que a reabertura da piscina aconteça com o máximo de celeridade. Apoiamos a realização, em território severense, do 11.º Encontro Nacional de Produtores de Mirtilo que contou com a presença de centenas de produtores, técnicos, fornecedores, consultores, investigadores e comercializadores nacionais e internacionais. Tivemos o privilégio de receber a Senhora Ministra da Agricultura e da Alimentação, Maria do Céu Antunes, compartilhando as preocupações e as potencialidades da região. Dinamizamos as primeiras sessões de esclarecimento descentralizadas do BUPi que, entretanto, também chegou às freguesias. O Programa do XXII Governo Constitucional estabelece como prioridade o alargamento do sistema de informação cadastral simplificado a todo o território nacional, visando integrar a informação de planeamento territorial, do registo predial e do cadastro, de modo a identificar todos os proprietários, até 2023. Não iremos conseguir, certamente, mas temos dado um passo muito grande nesse sentido. O Município apoia a expansão do cadastro simplificado e a criação uma base de conhecimento relevante sobre o território, assim o BUPi tem chegado até às freguesias numa política de proximidade que sempre quisemos assumir. Procedeu-se à limpeza das bermas da EN16 e dos taludes até à Ecopista, com o corte de toda a flora invasora. Foi, aliás, a primeira vez que foi feito, tendo o cuidado de manter as espécies autóctones que lá existem. Apesar de muitas das espécies terem sido plantadas no programa “Naturvouga – Requalificação das margens ribeirinhas” não terem sobrevivido, tem havido um cuidado especial com aquelas que se mantêm vivas. A intervenção – a primeira deste tipo desde que se fez o corte dos eucaliptos que estavam na margem direta do rio – insere-se num grande investimento turístico que o município vai desenvolver ao abrigo de uma candidatura. Aliás, cada vez mais, nós temos é que viver das candidaturas, uma vez que, cada vez mais temos menos receitas e, cada vez mais, temos mais despesas. Ao abrigo da candidatura “Nature Storytelling at Sever do Vouga” tem havido trabalhos de desmatagem e corte de infestantes. O projeto visa a promoção da coesão económica e social do território, dando expressão à estratégia para a valorização do património local. Assim, pretende-se interligar três intervenções de valorização do património natural e cultural de Sever do Vouga e requalificar o antigo troço da antiga linha de vagonetes do complexo das ruínas das Minas do Braçal. Concluiu-se a construção de 20 novas sepulturas no cemitério de Sever do Vouga colmatando assim as várias solicitações que evidenciavam escassez de sepulturas. Na sequência das obras de urbanização do Centro Cívico do Couto de Esteves, a Câmara Municipal de Sever do Vouga já procedeu à aplicação de bancos, mesas, bebedouro e um abrigo destinado a passageiros. Pavimentamos várias estradas e mantemos várias obras em execução pelo concelho. Para abrilhantar esta quadra natalícia, retomamos o evento “Dlim Dlão”. A programação natalícia em Sever do Vouga, iniciou-se no dia 07 de dezembro com a inauguração de uma instalação artística na ponte do Poço de Santiago, elaborada por alunos da Escola Profissional de Aveiro. A tradicional iluminação na vila foi oficialmente inaugurada no feriado, dia 08. Esta edição do “Dlim Dlão” acontece no Parque Urbano de Sever do Vouga, entre 17 de dezembro e 01 de janeiro, recriando ambientes natalícios e prometendo muita animação durante este período festivo. Música, teatro, magia aulas de pilates, yoga, pinturas faciais, modelagem de balões, insufláveis, casas temáticas ou o comboio de Natal, uma novidade este ano, são outras das propostas do “Dlim Dlão”, que tem como slogan “deixe a magia do Natal entrar”. O objetivo deste evento não é apenas para as pessoas de Sever do Vouga. É ser um evento de cariz regional, de cariz nacional, atrair pessoas para o nosso território e que possam ficar nos nossos alojamentos e nas nossas unidades hoteleiras e possam, naturalmente, recorrer ao nosso comércio tradicional. A programação – que fecha no dia 01 de janeiro com um concerto a cargo da Banda União Musical Pessegueirense, seguido de desfile de encerramento. Este ano voltamos a associar-nos ao nosso comércio local com a campanha de Natal, a decorrer entre 25 de novembro e 06 de janeiro. Esta campanha tem como objetivo estimular a compra de bens

no comércio local e criar maior envolvimento com a comunidade severense. Na sequência dos esforços encetados pelo Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro, a Santa Casa da Misericórdia de Sever do Vouga e o Município de Sever do Vouga foi, finalmente, aberta a creche de Talhadas no dia 15 de dezembro de 2022. De acordo com a informação recebida, em 3 de janeiro de 2023 esta resposta terá 26 crianças. Trata-se de um passo muito importante para o nosso concelho, posso-vos dizer que é das coisas que mais me orgulha ter feito desde que sou Presidente da Câmara, pois constitui mais uma resposta social, numa área fundamental, bem como permitiu a resolução de um problema que se arrastava desde 2012 e nós conseguimos resolvê-lo. Infelizmente, ou felizmente, parece que temos aí uma abundância de novos nascimentos e poderá ser que a creche em Talhadas não seja suficiente, mas eu espero sinceramente que venha a não ser suficiente. Em suma, importa reter que, num mês tipicamente de balanços, o serviço público deve ser entendido como uma função inacabada que exige dedicação, empenhamento, diálogo e visão do futuro. Procuramos ao longo deste ano aproximar-nos das pessoas, perceber as suas preocupações e motivações e, em conjunto, traçar estratégias e metas realistas para Sever do Vouga. É com toda a humildade que vos digo que este foi, para mim, o ano mais difícil da minha vida. Certamente cometi muitos erros, certamente voltarei a cometer alguns erros, mas tem sido um orgulho, nesse primeiro ano, ser Presidente desta terra que tanto amo e a quem tenho dedicado tanto tempo da minha vida. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

O Presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo concedido a primeira palavra a António Monteiro.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara. Estando nós aqui em Rocas, queria também saudar especialmente o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rocas, saudar as senhoras e os senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta, público aqui presente. Neste que é o ponto dedicado a pronunciar-nos sobre aquilo que foi a atividade do município no anterior trimestre, eu acho que é importante fazermos algumas considerações sobre a importância destas informações escritas e sobre aquilo que tem vindo a ser a evolução do Município e, em especial, desta Câmara nessas informações escritas. Eu bem me recordo, no início do mandato anterior, de receber informações escritas que eram meia dúzia de páginas com muito pouca informação e começámos por ser especialmente exigentes com esse ponto, que era a falta de informação que nos era dada e para sermos, desde logo, existentes com a falta de qualidade que havia nessas informações porque só com uma informação escrita com qualidade é que nós podemos fazer o verdadeiro escrutínio daquilo que é a execução do plano de atividades e do orçamento correspondente a este ano e esta assembleia municipal é um órgão fiscalizador da atividade do Município. Aquilo que, hoje em dia, é visto quase com displicência. É a forma como as informações escritas deste executivo atual melhoraram em muito comparativamente com o que existia anteriormente. Já tivemos, aliás, ocasiões em assembleias municipais anteriores de dizer que havia informação a mais. A informação nunca é a mais. Cabe-nos, a nós, escrutinar essa informação e, neste momento, eu não posso deixar de registar tudo aquilo que, ao longo das últimas assembleias municipais, às vezes com pequenas chamadas de atenção, foi permitindo que a informação, hoje em dia, seja um documento claramente consistente que nos dá aquilo que são as atividades que foram, efetivamente, desenvolvidas pelo Município e que nós podemos, dessa forma, avaliar. Desde as empreitadas em que temos, neste momento, todos os dados que são necessários para sabermos o seu andamento – a data de início, o tempo previsto para a sua conclusão, qual é a taxa de execução dessa mesma empreitada, se estão em projeto ou se, porventura, já estão 50%, 70% concluídas. Portanto, este balanço, antes de podermos falar daquilo que é a atividade do Município durante este trimestre, é importante sublinhar que hoje nós conseguimos fazer esse balanço porque temos a informação que dantes não nos era dada. E, isto é importante porque esta reorientação que houve não pode deixar de ser sublinhada nesta assembleia municipal e de

ser elogiada. É importante, também, e aqui são algumas questões que eu gostaria de deixar ao senhor Presidente, que, quando nós analisamos aquilo que é a informação financeira do Município, aquilo que nós registamos é um esforço significativo, ao longo deste ano, na execução destes investimentos. Portanto, eu pedia ao senhor Presidente, uma vez que já aqui se falou sobre a questão de fundos disponíveis, se nos poderia dizer, uma vez que estamos próximos do final do ano, se nos podia informar sobre se já tem alguma ideia daquilo que são as taxas expectáveis de execução ao longo deste ano porque é uma coisa que não podemos, também, deixar passar sem mais. É que, se nos anos anteriores aquilo que nós tivemos foi saldos absolutamente extraordinários a passar de um ano para o outro, de milhões de euros, isto significa que, ao longo desse ano, o Município não executou aquilo que se tinha comprometido fazer e esse é um ponto que é bom termos presente. É que, se nós temos um orçamento com uma previsão de receita e uma previsão de despesa, e se, nos termos da lei, a receita e a despesa têm que estar perfeitamente equilibradas, se passaram dois milhões e tal de um ano para o outro, significa que no ano em que deveria ter sido feito esse investimento, esse investimento não foi feito. Portanto, pergunto ao senhor Presidente se nos consegue dar uma ideia dos investimentos que estão feitos, daquilo que é a taxa de execução expectável, uma vez que estamos já a caminho, eu sei que só com as contas é que podemos tê-la rigorosa, mas se nos poderia dizer como é que estão a correr esses investimentos. E, em relação, nomeadamente, a um deles em especial, que o senhor Presidente referiu, que foi a questão da piscina, se tem expectativa de quando é que será possível que ela esteja aberta. Por fim, eu não posso deixar de registar que é com grande alegria que nós temos a notícia da abertura da creche de Talhadas. Eu não vos escondo que um dos meus primeiros contactos com Sever do Vouga foi com o Dr. Manuel Santiago, na altura Provedor da Santa Casa, da sua preocupação com aquela creche. Recordo, aliás, nessa altura, de ter falado com o ministro da altura, Pedro Mota Soares, para ver o que era possível fazer para se ajudar a resolver o problema que ali existia e eu não quero deixar de dizer que é com enorme satisfação que eu vi, desde o início, o empenhamento do senhor Presidente da Junta de Talhadas na creche, mas que, apesar desse empenhamento ter existido ao longo de anos, o problema não se resolveu e, só agora, com esta junção de esforços da Câmara Municipal com a Santa Casa, foi possível ultrapassar aquilo que, em determinada altura, já parecia impossível de se resolver, que é ter uma creche pronta para poder operar e durante dez anos nada ter acontecido por responsabilidade da Administração Central. Portanto, muitos parabéns a todos os que se empenharam para que esta creche abrisse. Uma das prioridades que o CDS, e sabemos que não só o CDS tem chamado a atenção em matéria do Município, que tem sido a questão da natalidade, e há uma coisa que é uma nota final, apenas. Nós sabemos que há coisas importantes e coisas urgentes. As urgentes, muitas vezes, atropelam as importantes e é preciso saber lidar com as duas e a questão da creche de Talhadas é, sem dúvida, uma questão importante porque tem a ver com um dos objetivos prioritários do concelho que é rejuvenescer, que haja um aumento da natalidade, que todos desejamos, e isso merece, da nossa parte, esta nota, este elogio, à Câmara Municipal, ao seu empenhamento, à Santa Casa, à Junta de Talhadas, e não queremos que, nesta informação escrita não se mencione aquilo que, para nós, é, sem dúvida, um dos temas mais importantes do Município de Sever do Vouga e que, evidentemente, não pode deixar de ser objeto de menção nesta altura. Muito obrigado a todos.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Tânia Pinheiro. **Tânia Pinheiro** – Obrigada, senhor Presidente. Boa tarde, começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, o senhor Presidente da Câmara e restantes vereadores, senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores presidentes de Junta de Freguesia e público em geral. Começo a minha primeira intervenção com uma citação de Aristóteles “*Mude, mas comece devagar porque a direção é mais importante que a velocidade*”. Sem dúvida que o concelho mudou, e um exemplo disso é a informação escrita do senhor Presidente da Câmara. Para uns é longa de mais,

para outros é curta, mas ao contrário de outrora é o essencial, necessário para perceber que Sever do Vouga, é cada vez mais, um território dinâmico, atrativo e reconhecido. Como uma região cuja génese está inteiramente ligada à agricultura, e como todos os setores esta não escapa à conjuntura atual da económica nacional. Na visita da excelentíssima Ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, ao nosso território foram expostos os vários desafios que os nossos produtores locais estão a enfrentar, para que a ministra possa, em conjunto com os demais órgãos, encontrar soluções que permitam aos agricultores, ultrapassar estes mesmos desafios. Sever do Vouga está em constante evolução e com os olhos postos em atrair mais visitantes e investidores. O corte e erradicação das espécies invasoras na margem da N16, com preservação das espécies autóctones, o evento de divulgação e ativação da GR60 – Grande Rota das Montanhas Mágicas, realizado pelo município juntamente com algumas associações e parceiros empreendedores no Turismo Local, assim como a notícia da adjudicação para a elaboração do projeto do acesso de Sever do Vouga à A25 são a prova disso mesmo. A primeira edição da semana do idoso, com várias iniciativas, em que foco a atividade de jogos sem fronteiras intergeracional em que participaram os seniores e os juniores em conjunto para o mesmo fim. No entanto, nem tudo são rosas, ainda há muito por fazer, mas do pouco que tínhamos já muito foi feito. Obrigada.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra a Sérgio Silva.-----

Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente. Permitam-me começar por fazer um pequeno esclarecimento e também dizer que, se eu fosse Presidente da Câmara, se há coisa que eu não fazia era comparar aquilo que faço ou deixo de fazer com o presidente da mais pequena Junta de Freguesia deste concelho, Couto de Esteves, que é realmente o elo mais fraco desta cadeia. Relativamente a competências, quem tem a competência educativa e quem define a Carta Escolar, que é o documento que define quem e onde e que escolas abrem ou que escolas fecham é a Câmara Municipal. A correção vem agora. O centro escolar de Couto de Esteves abriu em 2012 e fechou em 2020. Em 2020, o senhor Presidente até vereador, portanto, fazia parte de quem decidiu fechar o centro escolar de Couto de Esteves, não foi o Presidente da Junta de Freguesia de Couto de Esteves, que esse não tem competência nenhuma e é o elo mais fraco de toda esta cadeia. Relativamente à comunicação escrita, eu tenho que discordar dos meus dois antecessores porque, realmente, houve melhorias, mas eu volto a dizer naquilo que é fotografia, a imagem, os números, mas aquilo que é o conteúdo substrato falta aqui. Por exemplo, a saúde que é um daqueles assuntos mais importantes, até aqui para a freguesia de Rocas. São sessenta e três páginas, realmente melhorou, são mais páginas, mas não há uma palavra, não há um assunto, não há um parágrafo sobre a saúde e, permitam-me dizer que fala-se muito em saúde e, numa altura em que esta Câmara, precipitadamente, anda a aceitar as delegações de competências, sendo talvez a saúde a próxima, ficamos sem saber o que é que a Câmara anda a fazer ao nível da saúde. Portanto, eu aproveitava os minutos que o senhor Presidente tem para solicitar e aproveitar para nos fazer o ponto de situação na área da saúde, quando é que o concelho de Sever do Vouga vai aceitar a delegação de competências e se há extensões de saúde que vão fechar, se há ainda alguma coisa a fazer. Eu gostava de saber esses esclarecimentos neste ponto. Muito obrigado.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a João Oliveira.--

João Oliveira – Mais uma vez, muito boa tarde a todos. Relativamente à comunicação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal, é com muito agrado que constatamos que, finalmente, a taxa de execução e o prazo de execução já constam na informação de cada obra municipal, o que permite um melhor acompanhamento do andamento dos trabalhos. Valeu a pena termos insistido neste pedido. Constatamos, também, que existem várias obras suspensas e outras com prorrogação do prazo de entrega, o que nos preocupa pois, nos tempos atuais, a tendência será para um aumento dos custos das mesmas. Recordam-se daqueles que constantemente se queixavam dos atrasos das obras municipais do anterior executivo? Pois, são os mesmos que agora suspendem e atrasam as obras. Lá

diz o Zé Povinho “*Não cuspas para o ar, o mais certo é cair-te na testa*”. Já agora, uma pequena observação relativamente à obra da Rua da Arrota. Penso que há um lapso de escrita porque a informação refere que foi suspensa por 155 dias no final de março de 2022 e que termina em fevereiro de 2022. Julgo que é um lapso de escrita. Relativamente à obra de Requalificação da Piscina Municipal, recorde que estava prevista para o final do corrente ano e gostaria de saber qual é a nova previsão para a conclusão desta obra. Face ao aumento muito significativo do gás para aquecimento da água, gostaria de saber ainda, em que moldes vai abrir; para os jovens, com sessões de aprendizagem e para os adultos; dada a importância do exercício físico, quer para os jovens, quer para os adultos, penso que se justifica que seja para ambos os escalões. Na comunicação o senhor Presidente da Câmara Municipal refere a reprogramação da manutenção da rede viária florestal. Pergunto concretamente o que se pretende fazer. Sugiro que se proceda ao alargamento e à melhoria dos acessos à floresta (caminhos florestais, estradões e trilhos), que se encontram em muito mau estado e que dificultam a ação dos nossos bombeiros quando há incêndios. Como se pode fazer isto? Por exemplo, solicitando o apoio às forças armadas com as suas máquinas, ou, falando com os proprietários contíguos a cada acesso para que eles autorizem e participem nestes trabalhos. Conheço um concelho em que isto foi feito e os proprietários puseram mãos à obra e, hoje, nesse concelho, que é Mortágua, que é meu concelho, que conheço bem, essa obra está feita e hoje é bom para os proprietários e é bom para os bombeiros que rapidamente atacam os incêndios. Porque isto, afinal, é um trabalho que vai beneficiar, sobretudo, os proprietários dos terrenos. Se alargarmos os caminhos beneficia-se, sobretudo, os proprietários dos terrenos. É difícil convencer os proprietários? Falando-lhe e explicando-lhe as vantagens estou certo que se consegue que eles participem na execução deste trabalho. É muito simples. Há um caminho que tem uma dada extensão, passa no meu terreno, eu tenho vinte metros, eu pago vinte metros dessa parte do terreno. Passa por outro que tem cem metros, esse paga cem metros do espaço do terreno e a estrada faz-se e é útil a todos. E eu pergunto, ainda, porque ouvi aqui falar em candidaturas, se não há possibilidade de fazer uma candidatura para esses trabalhos. Para terminar, relativamente ao que aqui foi dito do apoio da Junta de Freguesia de Talhadas, à creche de Talhadas, lamento ter que referir que, desta Junta de Freguesia, só tivemos pressão para abrir. Nada mais. Vários anos com pressão para abrir. Pedimos-lhe apoio para colaborar connosco, se estavam dispostos, e a resposta é que não, não podiam apoiar e o apoio tinha que ser monetário porque para abrir uma creche nas Talhadas, e a Câmara Municipal sabe perfeitamente disso porque vai-nos apoiar nesse aspeto, se não, a creche de Talhadas não abria. Não havia hipótese nenhuma de abrir sem o apoio financeiro e nós pedimo-lo à Junta de Freguesia. Reunimos este ano com o Presidente da Junta de Freguesia e outros membros da Junta de Freguesia e o que nos foi dito foi “*não nos podemos comprometer para o futuro*”. Muito obrigado a todos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra a António Dias.-----
António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, cumprimento todos na sua presença. Senhor João Oliveira, primeiro, eu vou falar diretamente para si porque me questionou diretamente. Primeiro, sou presidente de Junta. O senhor está aqui como membro do PS ou como membro da Santa Casa? Defina-se de uma vez por todas. Se é membro do PS, diga “sou membro do PS”. Se o senhor é membro da Santa Casa, tem que ir ali para o público e fala do público. Primeiro ponto. Eu, se fosse do Partido Socialista, sentia-me mal, desculpe. O senhor está aqui, constantemente, a falar em nome da Santa Casa. Eu pergunto, é da Santa Casa ou é do PS? Ou agora há o partido da Santa Casa da Misericórdia de Sever do Vouga? Segundo ponto, senhor João, nunca menti. Agora, o senhor, hoje, mentiu aqui. E eu isso não lhe admito. Nem a si, nem a ninguém da sua família, nem ninguém aqui dentro. A Junta foi pioneira comigo no mandato. Pedi uma reunião à senhora Provedora, não sei se o senhor já lá estava, julgo que ainda não fazia parte dessa equipa, não sei, em 2019, no início, tive uma reunião, com mais duas pessoas que estão aqui dentro, com a senhora Provedora, para fazer pressão para abrir a Santa

Casa, com o senhor vereador Ricardo Silva e com o senhor membro da assembleia António Carlos Monteiro. Tive uma reunião presencial em Sever do Vouga onde nós perguntámos o que é que é necessário para abrir e foi-nos dito assim “precisamos de apoio financeiro” e eu disse, tal e qual, assim “estamos disponíveis para apoiar”. Foi-nos dito quanto, e eu disse “não passo cheques em branco a ninguém”. Eu perguntei quanto é que precisam e, até hoje, nunca me foi respondido. Até hoje. Senhor João, desculpe. Há e-mails nesse sentido. Há troca de e-mails. Não é só verbal, portanto, não me ponha em causa a mim nem ao meu executivo. Há troca de e-mails. E mais, temos verba na Junta aberta para isso. E agora, para terminar. Senhor João, é muito simples. A última reunião que tivemos, eu fui com a minha colega do executivo, com a Secretária da Junta de Freguesia de Talhadas. Fui quase insultado. Aquilo foi uma guerra de titãs, em que chegaram ao fim e perguntaram “quanto é que vocês nos dão” e eu disse “façam contas, nós estamos disponíveis para apoiar”. Nunca falamos em valores. Senhor João, estou-lhe a falar, nunca se falou em valores, portanto, a Junta nunca disse que não apoiava. E mais, veja os e-mails, se faz favor, peça à senhora Provedora e veja os e-mails e depois falamos. Mas, eu vou ali ver e, se eu os tiver ainda durante esta reunião, eu ainda lhe vou aqui falar e vou-lhes fazer chegar. Portanto, não lhe admito, que nunca tenham falado, que nós não estávamos disponíveis para apoiar. E mais, até o senhor Presidente da Câmara, nós falámos com a Câmara, na altura, que estávamos disponíveis. Obrigado. E, se vier aqui falar, diga assim “eu venho aqui como partido Santa Casa de Misericórdia de Sever do Vouga”.

Presidente da Assembleia Municipal – Apelo que estes diálogos não beneficiam em nada a assembleia nem o esclarecimento das pessoas, portanto, evitem esta situação o máximo que puderem e, já agora, se me permitem, evitem falar uns com os outros porque, se não, a reunião não faz sentido e eu terei que a interromper.

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra a João Oliveira.

João Oliveira – Obrigado, senhor Presidente. Eu vou ser muito rápido e claro. Em primeiro lugar, quando vim aqui falar foi como membro da Assembleia Municipal e vim esclarecer algumas coisas que aqui foram ditas que não estavam corretas. Senti-me na obrigação de o fazer na qualidade de membro da Assembleia Municipal. Em segundo lugar, eu quero dizer que eu não menti e tenho que dizer, aqui, que o meu antecessor mentiu. Mentiu porque veio para aqui, primeiro, dizer que eu menti e, segundo, ele veio para aqui fazer afirmações. Eu recordo-me, perfeitamente, eu estive na última reunião em que ele esteve, na Santa Casa de Misericórdia. Ele foi tratado como nós tratamos toda a gente, com atenção, com amabilidade. Não foi com uma pedra na mão. Nós perguntámos-lhe se estava disponível para apoiar financeiramente a abertura da Junta de Freguesia de Talhadas e o que ele nos disse foi que não e nem poderia comprometer-se visto que isso iria recair também sobre os próximos presidentes de Junta de Freguesia. Esta é que é a verdade. Relativamente aos e-mails, eu gostava que me enviasse esses e-mails. Onde é que estão? Gostava. Obrigado a todos.

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para, telegraficamente, e se entendesse, responder a algumas das questões colocadas.

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos a todos. Senhor membro da Assembleia Municipal, António Carlos Monteiro, relativamente às taxas expectáveis, eu neste momento, não sou capaz de lhe dizer a situação de uma forma muito resumida. Nós temos uma série de obras a decorrer, nomeadamente no âmbito de uma candidatura chamada LC Fabien que tem a ver precisamente com a tempestade LC Fabien que decorreu durante o ano de 2019. Só para ter uma ideia de como tem sido este ano, no início do nosso mandato foi-nos dito que esta candidatura seria financiada, a 65%, a fundo perdido. Passavam três, quatro meses do ano de 2022, fomos informados, estamos a falar de uma candidatura de milhões de euros, pelo anterior Secretário de Estado da Autarquias Locais, e agora pelo novo Secretário de Estado

da Autarquias Locais, o senhor Dr. Carlos Miguel, que afinal a candidatura não iria ser financiada a 65%, ia ser financiada a 27,5%. Portanto, vocês imaginem o que é ser Presidente da Câmara e, de repente, dizer-vos que tens menos de um milhão e meio de euros para gastar. Haveria, certamente, muito mais obras, muito mais desenvolvimento com esse milhão e meio, da mesma forma que haveria muito mais obras e muito mais desenvolvimento se a energia não tivesse subido como subiu e, de repente, tivéssemos apanhado com mais setecentos mil euros de eletricidade para pagar. E, infelizmente, como aqui já referi, temos sido surpreendidos com uma série de candidaturas que nos foram dadas como certas. Posso dizer-vos, por exemplo, o contrato-programa que havia com a CCDR, de um milhão e oitocentos mil euros, que me foi garantido pelo meu antecessor que estava aprovado por natureza, aliás, na presença dos senhores vereadores, e que, infelizmente, foi recusado. Nós vivemos, hoje, com muitos menos milhões do que tínhamos e vivemos, apesar disso, com muito mais despesas. Quanto à piscina, quando é que está aberta. Eu sei que vocês se recordam que um dos motivos pelos quais nós fizemos o empréstimo foi, precisamente, para terminar a piscina e, como sabem, o empréstimo foi aprovado pela Caixa Geral de Depósitos, mas nós ainda não temos o visto do Tribunal de Contas, portanto, ainda não temos o dinheiro. Apesar disso, nós já encetamos, ou seja, tivemos que ir buscar a outras rubricas, não sei se terá ido às curvas da Ereira, mas tivemos que ir buscar lá dinheiro para terminar a cobertura, que é uma empreitada que inicialmente estava prevista por cerca de cem mil euros, mas nós quando conseguimos reduzir graças a uma técnica nova que, felizmente, encontramos, e no que diz respeito a todo o resto das obras, desde as pinturas interiores, desde o tanque de compensação, desde o próprio tanque principal, desde os balneários, nós já avançamos com essa obra também. Foi adjudicada e tivemos que ir buscar dinheiro a outro sítio. Se calhar, foi à estrada de Irijó a Sanfins, porque a verdade é esta, se o dinheiro do empréstimo já tivesse vindo nós tínhamos uma execução muito melhor. A estrada de Silva Escura estaria praticamente muito mais adiantada, a piscina estaria já concluída. A Arrôta, nós temos tido muitas dificuldades, sobretudo por causa do tempo. Nesta semana, houve um abatimento e tivemos que cortar aquela estrada. E, no caso das obras do LC Fabian, estamos a falar de milhões de euros e as taxas de execução estarão sempre dependentes do tempo que vivemos agora. Se para a semana chover não serão, certamente, alturas para pavimentar e estaremos muito dependentes da vinda do dinheiro do empréstimo. Eu quero, ainda, falar de outra questão que tem a ver com a taxa de execução. As pessoas têm que perceber que a maior parte dos projetos, e das obras que estavam em andamento, foram alteradas. Para se fazer obras é preciso projetos, mas é preciso que os projetos estejam bem feitos. O largo de São Mateus, que vocês todos se lembravam como estava, vocês vão lá e vejam como é que está, se tem alguma coisa a ver com o que estava. Há, aqui, também uma alteração na taxa de execução. O centro cívico do Couto, que foi uma obra em que, curiosamente, eu estava no início do meu mandato e o empreiteiro, que tinha sido o único concorrente, ligou-me a dizer que ia desistir da obra. Infelizmente, há pessoas que querem tão mal que até ligam para os empreiteiros para desistirem das obras e isso aconteceu. Eu lá o consegui convencer e temos quase o cento cívico do Couto terminado. É evidente que, à medida que o tempo passa, os custos vão aumentando porque o custo das matérias-primas vão subindo porque, hoje, vivemos uma crise mundial derivado de uma guerra que era absolutamente imprevisível. Senhor Sérgio Silva, a Carta Educativa é, de facto, feita pela Câmara, mas eu gostava de ter visto, da sua parte, um maior empenho no que diz respeito ao encerramento do centro escolar. Eu posso-lhe dizer que teria, certamente, chamado os meios de comunicação social. O senhor gosta tanto de chamar a televisão para fazer abaixo-assinados. Não me lembro do senhor ter feito nenhum. E, de facto, o estado absolutamente lastimável a que chegou o centro escolar do Couto é impressionante. Encerrou em 2020 e está no estado em que está neste momento. Ou andaram lá a fazer muitas festas ou aquilo esteve habitado por..., aquilo parece completamente abandonado. E deixe-me dizer-lhe que eu não tenho vergonha nenhuma de

me comparar a um presidente de Junta. Eu acho que o cargo de presidente de Junta é dos cargos mais fantásticos que se podem exercer. É dos cargos mais próximos da população. Quero-vos dizer que não vos invejo nada, mas vocês têm a oportunidade de servir a população mais próximo. Em relação ao poder, vocês têm muito mais poder, muitas vezes, do que o Presidente da Câmara porque vocês têm o tempo de estar com a população que um presidente de Câmara não tem. Portanto, não tenho problema nenhum em me comparar consigo, em me comparar com o senhor António Dias, em me comparar com a Elga, em me comparar com todos vocês. Sobre a saúde, já agora, quero-lhe explicar também uma coisa que eu acho que o senhor não percebeu. Nós não estamos a aceitar competências precipitadamente. As competências estão-nos a ser impostas. É assim “tomem lá”. Nós, o que podemos fazer é tentar negociar o melhor possível e é isso que estamos a fazer no âmbito da saúde. E, por isso é que nós ainda não recebemos a competência no âmbito da saúde. Precisamente porque estamos a negociar com calma, com respeito, com diálogo, com as entidades próprias no sentido de defender os interesses da população. Agora, a competência de contratar médicos não é da Câmara Municipal. Se fosse, eu lhe garanto que era das primeiras coisas que eu fazia, contratar médicos. Infelizmente, essa competência julgo que não nos será dada porque, naturalmente, dar-nos-ia um poder às câmaras municipais que o Estado Central não nos quer atribuir. Senhor engenheiro João Oliveira, vou-o descansar numa coisa. A caldeira da piscina não é a gás porque, se fosse a gás, nós estávamos desgraçados, é verdade. Aliás, foi um dos problemas que tivemos, logo no início, foi a questão da caldeira porque não foi precavida no projeto inicial e aqui também tem a ver com a taxa de execução. A caldeira é a pellets. Quando é que a piscina vai estar aberta? Olhe, eu contava que o dinheiro do empréstimo tivesse vindo há dois meses. Ainda não veio. De qualquer forma, as obras estão a andar. Eu acredito que a obra terminará lá para janeiro, mas até me custa dizer isto porque, se calhar, depois vão-me chamar de mentiroso e eu não sou adivinho. Relativamente aos caminhos florestais, nós estamos precisamente numa freguesia, a freguesia de Rocas, onde a Câmara fez precisamente isso, que foi alargar os caminhos florestais. Teve precisamente esse cuidado. Quanto à questão dos terrenos que falou, senhor engenheiro João Oliveira, eu concordo consigo. A verdade é que o senhor engenheiro dá, mas o vizinho da frente não dá. Isto é mesmo assim e acredite que é assim, por experiência própria. A gente fala com uma pessoa e diz “eu dou o terreno”. O da frente diz “eu quero xis e ainda têm que me fazer um muro”. Não custava nada. Era uma melhoria para todos, mas infelizmente não nos dão. Julgo que o senhor João Oliveira terá perguntado que aulas é que vamos ter ou prevemos ter na piscina. Relativamente à questão do gás, será pellets. Do ponto de vista da componente da eficiência energética, como lhe disse, nós avançamos também com mais duas empreitadas, uma da cobertura que foi retirada porque não havia verba, na altura, ao contrário do que se dizia e a do interior da piscina, quer das caixilharias, quer das luminárias, quer dos balneários e vamos ter para adultos e vamos ter para crianças. Posso-lhe falar de aulas de aqua cycling, hidroterapia, esperamos ter uma escola de natação, aulas de hidroginástica, aqua cross training e aulas especializadas para bebés. Agora, isto não será tudo, certamente, de um dia para o outro. Isto demorará a construir. Já agora, há dias, perguntavam onde estavam os funcionários das piscinas e estão, neste momento, a trabalhar nas escolas. Eu quero só dizer que, relativamente às suspensões das obras, os tempos que vivemos hoje são completamente diferentes dos tempos que vivíamos há três anos, ou há quatro anos. Nós vivemos, efetivamente, uma crise mundial numa guerra mundial. Repare, não é normal que uma obra tenha uma revisão de preços muitas vezes superior a 10%. Isto, num orçamento de uma câmara municipal muito limitada, como a nossa, é uma coisa, mas estamos a fazer o possível para que as taxas de execução sejam o mais elevadas possível, mas eu dou-lhe um exemplo do que aconteceu ainda há dias. Nós esperávamos que o autocarro elétrico chegasse agora, nas próximas semanas, e fomos informados que só chegará em janeiro e estamos a falar de quatrocentos mil euros. Isso baixa logo muito a taxa de execução. Portanto, não lhe posso estar agora a dizer

concretamente o valor. Sei que, até ao final do ano aumentará ainda bastante, nomeadamente por causa da estrada de Silva Escura a Dornelas porque, apesar de estar executada já uma parte, ainda falta uma parte, lá está, está suspensa, não se pode andar a pavimentar com a chuva que nós temos tido nos últimos dias. Aumentará muito a taxa de execução a piscina também. A piscina tivemos também o azar de um dos concorrentes contestar um concurso. As coisas têm corrido, temos feito o possível, o melhor que podemos e sabemos. Sabemos que não somos perfeitos, mas tentamos melhorar sempre. Só quero dizer que a Carta Educativa está a ser revista e está a ser feita pela Câmara Municipal e, em breve, nós informaremos. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Sérgio Silva.-----

Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente. Permita-me intrometer-me aqui no assunto da creche de Talhadas e começar por dar os parabéns à Junta de Freguesia de Talhadas que, pelo que sei, deu o terreno e foi o impulsionador do início daquela infraestrutura e já não é assim tão nada pouco. Queria dizer, também, relativamente a esse assunto, e já foi aqui tão badalado, eu estive numa reunião do CLAS, ainda no decorrer deste ano, e percebi que a creche de Silva Escura fechou meramente por questões financeiras. Ouvi aqui da boca do senhor Presidente, ou de alguém que disse aqui, que a Câmara vai dar às Talhadas apoio financeiro. Acho que não estou a dizer nenhum erro. De qualquer forma, eu perguntava a esse nível, porque isto aqui o dinheiro não é nosso, e eu aqui tenho que concordar também com o executivo, o dinheiro não é nosso, e nós não podemos atribuir assim dinheiro de qualquer maneira. Há rubricas, há o orçamento, há valores a cumprir e era importante definir quais são esses valores que estão em causa porque, pelo que eu percebi, pode não concordas, mas pelo que eu percebi, nessa reunião do CLAS, foi lá dito que foi meramente por questões financeiras e haviam valores concretos. Aqui, nesta discussão toda, eu ainda não percebi qual é o valor concreto. Acho que isso devia ser afinado. Para terminar, queria só dizer, relativamente à questão dos médicos, em resposta ao senhor Presidente, que só espero, e claro que não estou a pedir à Câmara que meta médicos porque eu sei que não é competência da Câmara, mas fruto dessa tentativa de negociação, acho que compete à Câmara, nesta altura exigir, antes de aceitar a delegação, pelo menos, a manutenção de todas as extensões de saúde no concelho e com a permanência de um médico, um enfermeiro e um auxiliar e trabalhar nesse sentido, como é óbvio. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente da Câmara, muito rápido, se entender dever responder.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu não percebi, o senhor quer... Posso fazer uma pergunta ao senhor Presidente de Junta do Couto?-----

Presidente da Assembleia Municipal – É isso que estou a dizer, muito rapidamente, se quiser responder.-----

Presidente da Câmara Municipal – O senhor quer um médico, um enfermeiro, em cada extensão de saúde, em cada local do concelho, por cada dez habitantes, não? Era o ideal. Quando estiver em reunião com o senhor Secretário de Estado eu posso dar essa sugestão. Eu tenho a certeza de que ele gostará de o conhecer a si.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Objetivamente, senhor Presidente da Câmara, se faz favor.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu nem sei o que é que eu quero dizer.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Foi colocada a questão relativamente ao valor a atribuir à creche.-----

Presidente da Câmara Municipal – Vamos explicar, aqui, uma coisa. O que nós queremos resolver, de uma vez, de início, é o problema dos pais que não têm onde deixar os filhos e a creche de Silva Escura, para quem não sabe, o número de vagas não era suficiente para a quantidade de necessidades que havia no concelho. Se a creche se mantivesse aberta, continuaria a haver pais que não teriam onde deixar os filhos. Neste momento, e eu não sei se, para a semana, eu até gostava que não houvesse. Não, para a

semana não, ainda é pouco, mas daqui a meio ano, gostava que não houvesse. No início de janeiro, não haverá falta de lugares onde os pais possam deixar os seus filhos porque estão abertas vagas suficientes na creche de Talhadas. Quanto ao encerramento da creche de Silva Escura, não são meras questões financeiras, mas há aqui questões particulares que dizem respeito à direção do Centro Social e Paroquial Maria da Glória, que eu não vou referir por uma questão de confidencialidade. Relativamente ao protocolo que vai ser celebrado entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia, eu não sei também se o senhor sabe, mas os apoios que o governo dá, neste momento, são muito superiores aos apoios que o governo dava há uns meses atrás. Aquilo que eu lhe posso dizer é que, certamente, todos terão conhecimento do protocolo que vai ser assinado entre a Santa Casa da Misericórdia e a Câmara Municipal. Agora, a nossa preocupação foram os pais e as crianças. Portanto, foi nesse sentido que procuramos resolver. Se somos criticados porque não resolvemos a situação da creche, somos criticados. Mas, pelos vistos, também somos criticados porque resolvemos a situação da creche. Mas, pronto, eu também sei que, vocês presidentes de Junta, também sofrem do mesmo que eu. Terminei, senhor Presidente. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Está concluído este ponto. Eu sei que o senhor Presidente da Junta de Rocas está farto de me dar sinais para um intervalo, mas eu questionava se não seria melhor continuar, porque temos muitos pontos para analisar, se não seria melhor entrarmos no ponto 3.2 antes do intervalo porque, se não, depois não conseguimos levar a ordem de trabalhos até ao fim.-----

3.2 Auditoria Forense – Relatórios:-----

Presidente da Assembleia Municipal – Imediatamente, entramos no ponto 3.2 Auditoria Forense – Relatórios Preliminares. Só uma observação, embora na Ordem de Trabalhos conste, e isto já aconteceu na última reunião em que analisamos as auditorias anteriores, aqui refere-se relatórios preliminares, mas, nas áreas respetivas, são relatórios finais. Além disso, repito também aquilo que já referimos na anterior sessão sobre a matéria. É do interesse da assembleia conhecer os relatórios, preliminares ou definitivos, e é obrigação da Câmara dar conhecimento à Assembleia e, depois, a Assembleia toma conhecimento e deliberará, ou não, sobre os mesmos. Por esse motivo, os incluímos na Ordem de Trabalhos. Sei, também, porque me foi dado conhecimento antes desta reunião, e tivemos oportunidade de discutir o assunto em conferência de líderes, que há aqui uma área relativa à Administração e Ordenamento do Território, que, pelos vistos, o que consta do relatório é que não foi dada informação pelos serviços aos técnicos que fizeram a auditoria. Questionados os serviços, os documentos terão sido enviados. Houve aqui uma qualquer falha de comunicação, ou não foram parar ao mesmo sítio, ou uma coisa do género. A verdade é que, este relatório, como bem observaram, praticamente não existe porque não havia documentação para trabalhar. Eu perguntava ao senhor Presidente da Câmara se não seria melhor retirar esta área da apreciação.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu pensei que isso já tivesse sido dito na conferência de líderes. Essa área é retirada e virá juntamente com a área...-----

Presidente da Assembleia Municipal – Mas quem tem de decidir é quem apresentou à apreciação, portanto dou-lhe essa...-----

Presidente da Câmara Municipal – O relatório do Urbanismo deve ser retirado e virá a uma próxima Assembleia Municipal juntamente com a última área que falta, que é a área das empreitadas. -----

Tem que ser retirada e virá à próxima Assembleia Municipal juntamente com a última área que falta, que é a área das empreitadas.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito bem. Portanto, vamos discutir as restantes áreas que, essas sim, estão fechadas e estão definitivas. Não sei se o senhor Presidente da Câmara quer fazer alguma introdução antes a apresentar o tema ou remeter para os documentos extensos.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito breve. No início do nosso mandato, fomos confrontados com situações complexas, relacionadas, alegadamente, com irregularidades em áreas chave para a Câmara Municipal. Assumimos que, para uma excelente organização e estruturação dos Serviços é essencial conhecer com rigor os procedimentos, identificar eventuais falhas e adotar procedimentos de melhoria. A Auditoria forense teve por base a análise às Áreas-chave consideradas genericamente relevantes: recursos humanos; contratos de aquisição de bens e serviços, contratos de empreitada, atribuição de subsídios, aquisição, alienação e gestão de património camarário, administração e ordenamento do território, processos de contraordenação e aprovisionamento. Importa referir que esta auditoria demorou mais tempo a ser realizada do que o previsto, face à inexistência de processos digitalizados e em suporte informático, bem como à não organização dos procedimentos, compilados, na sua totalidade, num arquivo. No final da análise de cada área chave, os auditores emitem um relatório preliminar sobre essa área, o qual será integrado no relatório final, considerando-se que cada relatório preliminar é o final por cada área chave analisada. Falta receber os relatórios das áreas chave dos contratos de empreitada e de administração e ordenamento do território, porém, entendo ser meu dever, partilhar de imediato com os órgãos do Município, os relatórios recebidos, garantindo que todos possam conhecer e tomar posição sobre o conteúdo dos mesmos. Assim, hoje, apresentamos o relatório preliminar da auditoria forense das áreas chave de contratos de aquisição de bens e serviços; atribuição de subsídios, aquisição, alienação e gestão de património camarário, processos de contraordenação e aprovisionamento. Temos agora conhecimento das irregularidades e ilegalidades identificadas nas amostras analisadas nesta área chave, se queremos prevenir os interesses do Município e evitar constrangimentos futuros e inesperados. Devemos trabalhar para assegurar a legalidade dos nossos atos e procedimentos. Os relatórios são extensos, mas de fácil leitura. Importa referir que, desde a nossa tomada de posse, tentámos e conseguimos alterar muitos dos procedimentos identificados, sendo certo que teremos agora, de dar continuidade a esse espírito de mudança, e de modernização administrativa, no sentido de proporcionar um serviço eficaz e eficiente junto dos nossos munícipes, conseguindo, simultaneamente, manter motivados os nossos colaboradores. Estamos cientes de que, o nosso trabalho será árduo, mas não deixaremos de dar o nosso melhor, para, com o esforço de todos, conseguirmos evitar situações que possam criar constrangimentos e ou eventuais responsabilidades para o Município. Por fim, não posso deixar de referir, que pese embora, o importante seja o trabalho que estamos a desenvolver para o futuro, que se espera ser de reconhecimento, estes relatórios espelham e evidenciam um modo de gestão dos bens e valores públicos, sem rigor e sem salvaguarda dos interesses públicos, onde surgem identificadas várias situações irregulares, que a meu ver, nunca deveriam ter sido ignoradas pelo anterior Presidente da Câmara. Não estou a apontar o dedo, ou a criticar negativamente, limito-me a constatar o que está evidenciado por uma entidade independente e acreditada. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Antes de abrir as intervenções, permitam-me apenas que questione o senhor Presidente da Câmara, e peço desculpa porque esqueci-me de o fazer no início da reunião, mas é um assunto que eu já deveria ter questionado até na última Assembleia. Saber só se o senhor Vereador António Coutinho tem justificado, ao senhor Presidente da Câmara, as sucessivas ausências às assembleias municipais. Isto porque, é um dever dos senhores vereadores estarem presentes nas assembleias municipais.

Presidente da Câmara Municipal – Eu não tenho conhecimento de qualquer justificação, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Vamos prosseguir, então.-----
O Presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo concedido a palavra a João Oliveira.-----

João Oliveira – Saúdo-vos a todos, mais uma vez. Eu quero dizer-vos que o grupo parlamentar do Partido Socialista, neste ponto, é coerente com o procedimento que tomou

aquando da análise dos outros relatórios porque eles são preliminares. Aliás, como afirmou agora o senhor Presidente da Câmara Municipal, tratam-se de relatórios preliminares. O título era mesmo preliminar e, como são preliminares, nós entendemos que, de acordo com a lei, não podem ser discutidos nesta Assembleia. Portanto, o que nós pedimos é que este ponto seja retirado. Permitam-me que leia o requerimento que à Mesa vamos apresentar. *“O grupo parlamentar do Partido Socialista vem, muito respeitosamente, requerer uma alteração à Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal. Vimos solicitar que seja retirado o ponto 3.2 Relatório Forense – Relatórios Preliminares, pelos seguintes motivos: porque se trata de um relatório confidencial e preliminar, portanto, sujeito à alteração das suas conclusões; porque foi submetido a esta Assembleia, pelo órgão executivo, ao abrigo da alínea g), do n.º 2, do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e aquela lei refere que, e passo a citar “compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias”. Por ser um relatório preliminar, no nosso entender, não se enquadra nesta lei. E, ainda, porque o Regimento da Assembleia Municipal, na alínea j), do artigo 15, refere como direito da Assembleia Municipal “conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos, resultantes de ações tutelares ou de auditorias aos órgãos e serviços municipais” e é-nos solicitado o debate de um relatório preliminar, com a agravante de ser, também, confidencial. Pelo exposto, entendemos que não deverá haver lugar a esta apreciação e, com o devido respeito pela Mesa da Assembleia Municipal e por todos os presentes, não aceitamos debater este ponto da Ordem do Dia”.*-----

João Oliveira procedeu à entrega do requerimento ao Presidente da Mesa.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, João Oliveira. Eu vou adiantar, já, sobre este requerimento. Vou-me pronunciar, já, nos seguintes termos: a Mesa não vai admitir o requerimento, e eu tive oportunidade de o referir, ao senhor deputado João Oliveira, na conferência de líderes. Este requerimento deveria ter sido apresentado antes do senhor Presidente da Câmara Municipal apresentar o ponto porque, naturalmente, na última sessão admiti porque tinha sido, digamos, um acordo que fizemos na conferência de líderes. Hoje, chamei expressamente a atenção para isto porque, agora, todos os outros membros da Assembleia, naturalmente, têm o direito de debater o tema que foi apresentado, a menos que, voluntariamente o senhor Presidente da Câmara entenda retirar o ponto da Ordem de Trabalhos. De outra forma, eu não vou admitir o requerimento.-----

João Oliveira pediu para voltar a fazer uso da palavra, tendo o Presidente da Assembleia Municipal autorizado.-----

João Oliveira – Eu queria referir que, na conferência de líderes dei conhecimento de que pretendia meter este requerimento. E mais, antes do senhor Presidente da Câmara falar eu levantei o braço.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Peço desculpa, eu não vi. Deveria ter chamado à atenção.-----

João Oliveira – Se a Mesa não viu, eu não tenho culpa. Depois, baixei-o.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Se baixou, é porque deixou de ter interesse.-----

João Oliveira – Eu levantei o braço antes do senhor Presidente da Câmara falar.-----

Presidente da Assembleia Municipal – O senhor deputado João Oliveira, se levantou o braço e tinha interesse em intervir, e seu eu não vi, garanto-lhe que não vi, deveria ter esperado e chamar-me à atenção. Não tenho culpa disso, peço desculpa. E eu alertei-o, na conferência de líderes, para esta questão. Portanto, eu não vou admitir o requerimento.-----

João Oliveira – O senhor Presidente não admite e nós mantemos a posição que está escrita nesse requerimento.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor deputado, têm todo o direito. Vamos prosseguir, então. Dava a palavra a Diana Paiva.-----

Diana Paiva – Renovo os cumprimentos de há pouco. Como já dissemos, anteriormente, estas auditorias e os seus relatórios são sempre um instrumento de análise dos

procedimentos dos serviços, e ainda do estado dos serviços por áreas chave. Estes relatórios estão a deixar vir ao de cima aquilo que sempre alertamos, no mandato anterior, quanto aos documentos que nos eram remetidos, aqueles que eram pedidos e não nos eram entregues, entre variadíssimas situações. Pois bem, a auditoria tem posto a nu, com os vários relatórios apresentados, a situação de desorientação na forma de gestão de um município. As decisões têm que ser transparentes, visíveis, publicitadas e fundamentadas, mas o que temos visto é um volume de decisões sem qualquer base legal, discricionárias, maioritariamente com base em critérios subjetivos, à vontade de quem pede e de quem decide. Temos que ter presente que todos estes relatórios se baseiam numa amostragem de processos, ou seja, não foi a totalidade de processos que foi visto, e o que nos é trazido é grave, demasiado grave, decisões não fundamentadas, documentos em falta, falta de assinaturas em pedidos em despachos, decisões ilegais, irregulares em que documentos essenciais nos procedimentos estão em falta que eram, de imediato, motivo de exclusão dos proponentes, quanto mais de assinatura de contrato. O que é dito em todos os relatórios, é que, apesar de atento o facto de a consequência da maior parte das ilegalidades verificadas nos contratos ser a anulabilidade, que tem um prazo para ser pedida, já não será possível invocar a mesma em muitos dos contratos e situações verificadas, mas, já quanto à atuação dos agentes da ação, já não será tanto assim. Ou seja, os responsáveis máximos por aquelas deliberações, tendo em conta os cargos que ocupavam, e as responsabilidades acrescidas que tinham, poderão ter responsabilidades pelas decisões que tomaram, e, os vários relatórios apontam nesse sentido. Por isso mesmo, face à gravidade do que vem expresso em todos estes relatórios entregues nesta auditoria, consideramos que devem ser tiradas as devidas consequências e propomos, juntamente com o CDS-PP, uma tomada de posição sob a forma de recomendação, que passo a ler: *“Foram apresentados relatórios finais da auditoria forense das áreas-chave de aprovisionamento; de aquisição, alienação e gestão de património camarário; de contratação pública/aquisição de bens e serviços; de atribuição de subsídios; de processos de contratação que já não irão ser alterados, do Município de Sever do Vouga. Assim, considerando que, dos vários relatórios atrás mencionados resultam demasiadas situações muito graves, com claras ilegalidades cometidas por quem se encontrava no exercício de funções executivas, com claro prejuízo para o erário público e para os Severenses. Do mesmo, devem ser retiradas as devidas consequências. Propomos, como tomada de posição, seja deliberado por esta Assembleia Municipal, recomendar à Câmara Municipal que remeta o presente relatório para o Ministério Público, para o Tribunal de contas, para o IGAMAOT e para a Inspeção-Geral de Finanças para os fins tidos por convenientes”*. Muito obrigada.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sérgio Silva.-----

Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente. Permitam-me dizer que eu tenho assento no CLAS e fui mandatado por esta Assembleia para representá-la nesses locais como representante dos presidentes de Junta de Freguesia e, realmente, ao contrário do que aqui passou há bocado, eu tive a oportunidade de colocar a questão diretamente ao responsável da Maria da Glória.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente da Junta, vamos ao tema em discussão.-----

Sérgio Silva – Era só para clarificar.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Tem a oportunidade em próximas assembleias.---

Sérgio Silva – Eu só tenho dois parágrafos. Não se preocupe, senhor Presidente, não será por mim que esta reunião vai passar das nove da noite, e o responsável da Maria da Glória disse, claramente, que o único problema da instituição ter fechado a creche foi mesmo financeiro. Relativamente às auditorias forenses, deixem-me dizer que, há um ano atrás, tive o cuidado de vir aqui dizer a esta Assembleia que jamais permitiria que jamais permitiria que interesses partidários ou pessoais fossem desculpa para não se recuperar o tempo perdido e ganhar o futuro próximo. Mais disse que jamais ajustes de contas do passado serviriam de desculpa para aquilo que não viesse a ser feito. Um ano volvido e

estamos nós aqui a apreciar uma auditoria forense que a lado nenhum nos levará, pois como se pode ler nas suas conclusões “à presente data, não existe modo de reagir contra as ilegalidades ou irregularidades no procedimento de atribuição dos apoios, designadamente porque o prazo de anulação administrativa dos mesmos já decorreu”, em muitas das situações. No fundo estas auditorias apenas servem para desviar as atenções daquilo que é importante, apenas servirão para dizer de ego cheio “eu é que tinha razão”, como se daqui a quatro anos os outros não poderão dizer o mesmo e ainda servirão, apenas, para gastar mais umas dezenas de milhares de euros, senão umas centenas, que podíamos aproveitá-los para terminar algumas das obras que o senhor Presidente de Câmara anda sempre a queixar-se que herdou só problemas, ou para desenvolver projetos e começar a pensar em obras e projetos novos para o futuro. Obrigado.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra a António Monteiro.-----
António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores deputados municipais, público aqui presente. Eu acho que, olhar para este ponto e não ver a gravidade do que aqui está em causa é uma tremenda falta de respeito para com todos os Severenses. Sinceramente, eu não aceito que haja quem queira esconder a verdade, quem não queira conhecer a verdade, quem não queira apurar as responsabilidades e quem não queira aprender com os erros. Há uma coisa que nós já percebemos, é que o Partido Socialista não consegue esconder o embaraço perante aquilo que são os resultados destas auditorias e, por isso, procura que elas não sejam discutidas, aqui, na Assembleia Municipal. Mas, eu acho que é de lamentar, antes de tudo o mais, que o Partido Socialista não assuma as responsabilidades que tem nas ilegalidades que foram detetadas nas auditorias que aqui estão em cima da mesa e que, aquilo que é óbvio, na primeira assunção de responsabilidades é, desde logo, reconhecer o erro e pedir desculpa. E, quando eu estou a falar no Partido Socialista, estou a falar do Partido Socialista da Câmara, mas também o Partido Socialista da Assembleia Municipal porque, durante anos, quando se chamava a atenção para aquilo que não estava a correr bem, para as irregularidades que eram detetadas, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, nós éramos tratados com uma absoluta sobranceria porque os senhores tinham maioria absoluta na Câmara, antes disso tiveram na Assembleia Municipal e depois é que acabaram por perder. Aliás, muito a partir do momento em que houve eleição do novo Presidente da Junta de Freguesia de Talhadas e que eu não quero deixar de registar aqui. Agora, há uma certeza que eu tenho. De repente, há quem, até não sendo do Partido Socialista, pode achar que isto não interessa nada. Desculpem-me, interessa. Interesse, desde logo, pelo seguinte – é que, quem não aprende com os seus erros acaba por os repetir e a questão que a auditoria deteta, para além daquilo que são as responsabilidades pessoais de alguns responsáveis políticos, são matérias que têm a ver com deficientes procedimentos e funcionamento dos serviços e que têm que ser corrigidos para o futuro porque nenhum de nós quer que, daqui a uns anos, seja feita uma auditoria novamente e se diga que se voltou a repetir os mesmos erros em termos de processamento daquilo que são responsabilidades desta Câmara corrigir. É muito fácil dar-vos exemplos e basta olhar para a auditoria. Então, compram-se terrenos, pagam-se terrenos e não se faz uma escritura? Não se registam os terrenos? Então, a Câmara corre o risco de ficar sem terrenos que pagou, que comprou, porque ninguém tratou dos papéis porque era, assim, uma coisa muito aborrecida tratar? E, no caso em que os terrenos foram dados à Câmara? A Câmara não fez escritura, não os registou. Então, e se essa pessoa que deu os terrenos vier a falecer e os herdeiros disserem “afinal já não damos, agora queremos que nos paguem”? Achar que isto não é importante? E, depois, há coisas graves. Desculpem lá, é aceitável que um terreno do domínio público, que tinha que vir aqui à Assembleia a passagem do domínio público para o domínio privado para poder ser vendido? Que tenha sido vendido, o que torna o negócio nulo, portanto, ao contrário daquilo que estavam a dizer ainda há pouco, nem todas as questões estão ultrapassadas. Se é nulo esse negócio e a auditoria detetou, é a mesma coisa que a Câmara vender um pedaço de estrada. É

domínio público, não o pode vender, primeiro tem que o passar para o domínio privado. Se isso não aconteceu, esse terreno é recuperável por esta Câmara. O negócio é nulo. E aí, obviamente que há aqui questões que nós temos que fazer à atual Câmara. Senhor Presidente, esta é uma empreitada de grande dificuldade do ponto de vista, também, técnico e técnico-jurídico, essencialmente, mas há aqui uma séria de escrituras que é necessário fazer para regularizar situações e registos e desanexações de terrenos que são um trabalho burocrático tremendo, mas que é necessário fazer. O senhor Presidente está a pensar montar uma equipe especial para o fazer? Pode-nos dar informações sobre essas diligências? Segunda questão, em relação, especialmente, por exemplo, a esta matéria, a este negócio em que é nulo, isto significa que o Município pode recuperar esse terreno. Faz sentido, não faz sentido, qual é o entendimento da atual Câmara para resolver o problema? Mas, há mais. É que, há aqui uma questão que tem a ver com o apuramento de responsabilidades e há uma coisa que não está prescrita. É a responsabilidade pessoal de quem cometeu estes erros. E sabem o que é que pode dar essa responsabilidade pessoal? Nalguns casos, dará uma coima. Poderá chegar, por cada caso, até aos € 2 500,00, aproximadamente. Mas, noutros casos mais graves, nos casos em que, por exemplo, foi prejudicado o erário público, se o Tribunal de Contas assim o entender, evidentemente, essa pessoa pode ser obrigada a repor com o seu património aquilo que foram os fundos públicos que mal tratou e mal baratou. E, portanto, se o Tribunal de Contas ordenar, atenção, estou a colocar no campo das hipóteses, isto é uma auditoria e as pessoas têm direito à sua defesa, mas se o Tribunal de Contas ordenar que, em determinado caso, a pessoa tem que repor, com o seu património, aquilo que andou a gastar mal, é uma forma de recuperarmos, para o erário público, dinheiro dos Severenses dos impostos que foi desperdiçado. E, portanto, uma coisa é dizer-se que já não é possível voltar atrás com alguns erros que foram cometidos, é evidente, o tempo não volta para trás. Agora, aprender com os erros cometidos, corrigir os procedimentos no Município para que eles não se voltem a repetir e apurar responsabilidades de forma a que quem os cometeu venha, eventualmente, a ser penalizado e, nos casos mais graves, que retorne ao património do Município os recursos que foram desperdiçados, eu acho que isso é um princípio mínimo de boa gestão e de responsabilidade. E, infelizmente, há algumas coisas que nós percebemos que não são, às vezes, interessantes. Sabemos que apurar responsabilidades, aliás, a auditoria também nos diz isso, sabem? A auditoria diz-nos que a prática era não apurar responsabilidades. Nós temos obras ilegais em que a auditoria diz, no mínimo, tinha que se aplicar uma sanção e aquilo que se fez foi aplicar uma admoestação apenas. Então, mas, este tipo de decisões foram tomadas por quem? Temos alguém que propõe uma admoestação apenas? Isto é razoável quando é óbvio que a ilegalidade foi confessada e, nalguns casos, nem sequer há um particular arrependimento? Mas, faz sentido essa pessoa com esta responsabilidade perante o Município? Não sei se continua ou não, mas pergunto ao senhor Presidente se vai tomar alguma medida em relação a isto. Ou essa pessoa recebeu instruções do poder político da altura para fazer este tipo de proposta de decisão em que eram cometidas ilegalidades urbanísticas que podem gerar responsabilidades graves até para o Município e aquilo que era a proposta de decisão era uma simples admoestação? Com coimas que poderiam ir até aos € 200 000,00, e nada acontecia? Podiam ir, estou a dizer a coima máxima. Agora, a questão é, vai continuar tudo igual, como algumas pessoas preferem? Como já vimos neste debate? É que não se conheça aquilo que funciona mal e não se corrija, ou vamos mudar de vida e não repetir os erros do passado? Este é o desafio que esta auditoria nos deixa a todos e, por isso mesmo, é importante discuti-la, aqui, na Assembleia Municipal. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Antes da Mesa se pronunciar sobre a proposta do PSD e do CDS, questionava o senhor Presidente da Câmara se quer responder às questões colocadas, nomeadamente pelo senhor deputado António Monteiro.-----

Presidente da Câmara Municipal – Claro que sim. Em primeiro, um esclarecimento. De facto, o nome é capaz de não ter sido o melhor nome escolhido – relatórios preliminares, porque são, no fundo, relatórios finais de um relatório que ainda não acabou porque ainda faltam duas áreas-chave virem a ser entregues na próxima Assembleia Municipal. Mas, que fique claro, para todos, eu não consigo perceber a vossa posição porque o senhor Eng.º João Oliveira referiu que poderiam estar sujeitos a alterações e eu já disse que não. Não vai haver qualquer alteração em nenhum destes relatórios, uma vez que são relatórios finais. Estes relatórios não vão sofrer alterações nenhuma, portanto, confesso que não entendo a vossa posição, mas tudo bem. Relativamente aos comentários da senhora membro da Assembleia Municipal, Diana Paiva, e do senhor membro da Assembleia Municipal, Sérgio Silva, eu gostaria de deixar muito claro o seguinte: eu espero que não haja responsabilidades de ninguém, ou seja, eu espero que esteja tudo bem, só que, infelizmente, não está. O meu objetivo é, fundamentalmente, aprender com os erros, corrigir as situações e evitar situações futuras como estas. Relativamente ao dinheiro que foi gasto nas auditorias, foi do dinheiro mais bem empregue porque eu posso-vos dizer que a Câmara Municipal deixou de receber dezenas de milhares de euros, por exemplo, por candidaturas aprovadas, só porque não fez os procedimentos em condições e nós nunca detetávamos isso sem a auditoria porque a Câmara Municipal deixaria de ficar com imenso património, porque não foram feitas escrituras, perdendo dezenas de milhares de euros ou centenas de milhares de euros porque foi feita a auditoria. Portanto, eu entendo estas auditorias que foram feitas como um investimento para o futuro e não como outra coisa qualquer. Relativamente ao meu objetivo principal, é só esse. É, efetivamente, aprender com aquilo que concluímos, proceder a melhorias. É evidente que terá que ser criado um grupo de trabalho para proceder a estas melhorias. Certamente, a entrada de um jurista, que prevemos no primeiro trimestre do ano de 2023, ajudará muito em todo este processo. Agora, relativamente às situações que descreve e que eu conheço, eu não gostaria, para já, de me pronunciar porque eu entendo que são tão graves, e nós não estamos a falar de dezenas de milhares de euros nem centenas de milhares de euros, estamos a falar de milhões de euros que podem afetar particulares e empresas por más opções tomadas pelo Município e que eu, com toda a sinceridade, não quero prejudicar. Portanto, esse assunto será analisado por quem tem que ser analisado. Acho que, relativamente à gravidade particular da desanexação do terreno de que fala é algo do mais grave que já vi aqui. Estão em causa milhões de euros e não quero ser eu a prejudicar isso, mas terá que ser um assunto que terá que ser tratado pela Assembleia Municipal, certamente, mais até do que pela Câmara Municipal, mas o meu objetivo, como eu costumo dizer, é ajudar, não é prejudicar ninguém. Agora, as coisas têm que ser bem feitas e, se houve erros, naturalmente, têm que assumir responsabilidades. É só isso. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente não respondeu concretamente às obrigações que decorrem das auditorias, para o atual executivo, no sentido de repor a legalidade de algumas situações e qual é a intenção do executivo a esse propósito.-----

Presidente da Câmara Municipal – O objetivo é o mais rapidamente é repor a legalidade de todas as situações.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a João Oliveira.--

João Oliveira – Mais uma vez, muito boa tarde. Para nós, grupo parlamentar do PS, relatórios preliminares são preliminares e estão sujeitos a alterações. Portanto, o que eu peço ao senhor Presidente da Assembleia é que, quando for para a votação, nos permita que saíamos da sala. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Vamos, então, pronunciar sobre a proposta de recomendação apresentada pelo PSD e CDS, que tiveram oportunidade de ouvir. A Mesa vai admitir essa proposta e coloco-a, desde já, à vossa apreciação. Alguém se quer pronunciar sobre a proposta? Presumo que os elementos que se vão ausentar não pretendem votar. Vamos iniciar a votação.-----

Os membros David Alves, João Oliveira, Júlio Fernandes e Renata Marques ausentaram-se da sala durante a votação, não tendo participado na mesma.-----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a recomendação apresentada pelo PSD e CDS.-

Vinte e dois votos a favor – Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, José Lemos, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Sandra Pereira, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

Duas abstenções – José Sousa e Sérgio Silva.-----

3.3 Orçamento Municipal 2023: - O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução do ponto do Orçamento Municipal 2023, que inclui as Grandes Opções do Plano e o Regulamento de Execução.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos iniciais que já fiz. Sobre este ponto, em primeiro lugar, quero esclarecer que existiu um lapso no quadro 8, tendo sido feita uma correção no item “transferências para as freguesias nos termos do regulamento de apoio”, ajustando os valores dos investimentos previstos para as freguesias e que estavam trocados. O ano de 2023 afigura-se de elevada incerteza, com antecedentes de 2022 marcados por uma inflação constritora à execução de todas as atividades que gostaríamos de ter desenvolvido. Neste panorama o orçamento de 2023 revela-se até à data, por um lado, o maior orçamento nominal de Sever do Vouga, contudo quando discriminado verificamos um orçamento mais restrito do que o transato. Muito mais restrito do que o transato porque o orçamento que foi votado, na altura, veio-se a verificar que não correspondia efetivamente ao Orçamento real porque, como sabem, muitas das receitas acabaram por nunca vir. O Orçamento proposto comporta um valor global de € 14 500 000,00, o que se revela superior em € 2 500 000,00, relativo a 2022, contudo está englobado neste montante o valor de € 1 750 000,00 referente ao empréstimo a realizar e € 1 300 000,00 referente ao valor a receber referente à transferência de competências. Não foi incluído o valor € 500 000,00, o qual estava inscrito no orçamento de 2022, referente a um possível reembolso do BEI derivado da conclusão da obra do Centro Escolar. Portanto, vocês imaginem bem como tem sido a nossa vida, em 2022, quando quase todos os meses nós somos confrontados com uma diminuição de € 500 000,00 no Orçamento inicial. Em termos de receita global, as principais rubricas que a compõem são Receita fiscal, IMI, IUC, IMT e Derrama com € 1 600 000,00; Transferências e subsídios correntes com € 6 900 000,00; Transferências e subsídios de capital € 3 300 000,00; Receita passivos financeiros € 1 750 000,00 (empréstimo a contratar). As restantes receitas serão referentes a taxas, multas, rendimentos de propriedade, etc. Face ao orçamento de estado aprovado e ao artigo 35, que conduziu a uma correção da receita dos municípios a receita proveniente do FEF foi reduzida já em 2022 e contamos com essa realidade também para 2023. Portanto, já vos tinha dito que, ao longo do ano, soubemos que o Orçamento de Estado do ano de 2022 tinha tido mais uma redução de € 500 000,00 e, para 2023, temos mais uma redução de € 500 000,00. O orçamento de 2023 prevê uma despesa corrente de € 9 100 000,00 e despesa de Capital de € 5 400 000,00. As principais rubricas de despesa, com um peso de 98,4%, são: Aquisição de bens e serviços, com € 3 800 000,00, nas quais se enquadram despesas de aquisição de bens (€ 858 000,00) como combustíveis, refeições confeccionadas e géneros para confeccionar (jardins e agrupamento de escolas), e aquisição de serviços diversos (€ 2 990 000,00) como eletricidade, conservação e manutenção, vigilância e segurança, recolha e tratamento de resíduos, etc.; Despesas com pessoal € 3 900 000,00, referente a remunerações, subsídios e contribuições. Existe um aumento de € 1 000 000,00 referente à transferência do pessoal afeto à educação; Aquisições de bens de Capital € 4 900 000,00, nas quais se enquadram as construções e infraestruturas em domínio público, transferências freguesias, transferência para as IPSS, etc. O quadro de principais projetos e

ações a desenvolver em 2023 sintetiza os principais investimentos planeados. Em conclusão trata-se de um orçamento prudente, mas realista – eu acredito, quero-vos dizer com toda a franqueza, que o Orçamento do ano passado foi tudo menos realista porque, de facto, quando nos dizem que a situação é uma e depois nos deparamos com uma situação que é praticamente o inverso, imaginem o esforço que nós tivemos que fazer naquilo que foi, como já disse tantas vezes, do ponto de vista autárquico, o ano de maiores mudanças autárquicas com a transferência de competências imposta pelo Estado Central nas áreas da Educação e nas áreas da Ação Social – face a uma conjuntura de incerteza que se avizinha, mas em que o executivo pretende realizar as atividades, projetos e ações necessárias ao desenvolvimento do concelho. Este, como qualquer outro, orçamento é um instrumento ajustável de previsão, mas que nos serve de base para orientar os nossos objetivos, tendo presente que o exercício de 2023 obriga a um reforçado critério de avaliação para a escolha dos projetos a executar de forma a manter a estabilidade financeira. Quero-vos, também, dizer que, cada vez mais, são fundamentais as candidaturas que nós vamos submeter e a correta execução dos procedimentos porque situações como aquelas, e daí também a importância das auditorias, situações de candidaturas aprovadas em que estamos à espera de receber dezenas de milhares de euros e depois nos dizem “você não vão receber dinheiro nenhum porque os procedimentos não estão bem feitos”, é impossível trabalhar dessa forma. Portanto, terá que haver um esforço grande, da nossa parte, mas que vai sendo revisto mensalmente no sentido de conseguirmos alcançar os objetivos a que nos propomos. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

O Presidente da Assembleia Municipal abriu um período para esclarecimentos. A primeira palavra foi dada a Sérgio Silva.-----

Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente. Já percebemos aqui, hoje, que este executivo PSD/CDS é, em algumas coisas, muito semelhante, se não igual, ao anterior executivo do PS. Já ouvimos, aqui, da boca do senhor Presidente que isto aqui é tira de umas rubricas, mete nas outras, quando andamos aqui quatro anos a debater aquela questão dos cinco euros, abriam-se as rubricas e depois havia aqui essa confusão toda e, afinal, isto continua igual. Eu quero, antes de mais, anunciar já que me vou abster neste ponto porque, tal como disse no início deste mandato, e pela configuração política que foi constituída, PSD e CDS formaram uma coligação, suponho que para levar avante os seus projetos e para levar avante estes quatro anos de trabalho, portanto, têm que ser eles a aprovar este orçamento. Também anuncio já que não vou votar contra, vou-me abster. Penso que é CDS e PSD que têm que aprovar o orçamento. Já tivemos aqui, também, em assembleias anteriores, oportunidade de ouvir da boca do senhor Presidente da Câmara, que não tinha prometido nada em campanha eleitoral. Assim, a tarefa torna-se mais fácil, e eu pergunto ao senhor Presidente de Câmara, então, onde é que estão, neste orçamento, as promessas do CDS, aquele partido que há um ano e meio atrás prometeu incentivos à fixação de médicos de família em todas as freguesias e para todos os cidadãos, o vale farmácia para os idosos mais desfavorecidos, as ligações às zonas industriais, a baixa do IRS para zero. Onde é que está, neste orçamento, aquela praia fluvial, ali em Couto de Esteves, que o CDS aprovou, também numa assembleia anterior, e que agora estão no poder e têm oportunidade de a construir. Afinal onde é que estão essas propostas? Afinal para que é que serviu esta coligação? Será que foi só para termos mais música neste orçamento? Obrigado.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra a João Oliveira.-----

João Oliveira – Saúdo-vos a todos, mais uma vez. Estamos perante um orçamento que, no nosso entender é pouco ambicioso. Falta de dinheiro para fazer mais? Há muita coisa que se pode fazer neste concelho sem grandes custos. Por exemplo a beneficiação dos caminhos rurais solicitando o apoio do exército com as suas máquinas e o apoio dos proprietários que serão os principais beneficiados. As associações locais estão disponíveis para colaborar, mas aqui recomenda-se que haja uma colaboração concertada entre as equipas das associações e as da Câmara Municipal. Mudando de agulha, quero ainda

referir que lamentamos que a prática corrente do anterior executivo, de solicitar aos vereadores sem pelouro para apresentarem propostas para este orçamento não tenha sido seguida pelo atual executivo. Mais uma vez foi menosprezada a sua experiência que, neste caso, poderia ter contribuído para a melhoria do orçamento e do plano de atividades. De acordo com o Estatuto do Direito da Oposição nós deveríamos ter recebido um convite para apresentarmos propostas para o orçamento e não recebemos, o que lamentamos. Somos oposição, mas sobretudo somos severenses. Queremos o melhor para os nossos cidadãos e para o desenvolvimento do nosso concelho e não iremos votar contra este orçamento. Vamos abster-nos, sem impor disciplina de voto aos nossos deputados. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Mais ninguém se inscreveu para esclarecimentos. Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra, se entender, para responder às questões colocadas.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu posso colocar uma questão ao senhor membro da Assembleia Municipal, João Oliveira?-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não, pode responder às questões colocadas.-----

Presidente da Câmara Municipal – Mas, eu para lhe responder precisava de lhe colocar uma questão.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Se quiser responder com uma pergunta, isso depois é uma questão de semântica.-----

Presidente da Câmara Municipal – O senhor recebeu as atas todas das reuniões de Câmara? Se tivesse lido, tinha percebido que o Estatuto do Direito de Oposição foi cumprido e consta nas atas, inclusive, o e-mail que foi enviado para o PS no sentido de dar contributos, com comprovativo do envio, e seria o PS que teria pedido aos vereadores e os vereadores podiam ter dado os contributos. Nós fizemos aquilo que tínhamos que fazer. Eu não percebo porque é que nos acusa de uma coisa da qual nós não temos nenhuma responsabilidade. Vocês têm que comunicar entre vocês. Peço desculpa, mas não percebo isso. O Estatuto do Direito de Oposição foi cumprido integralmente por este executivo e, se tiver curiosidade de ler a ata, está lá o comprovativo. Relativamente a ser pouco ambicioso, é um orçamento prudente, se quiser. Não entramos em loucuras porque sabemos que vivemos uma realidade volátil e temos muitas responsabilidades. A Câmara Municipal mudou muito este ano, nomeadamente com as novas competências na área da Educação e na área da Ação Social, com a previsível nova competência na área da Saúde e com a plena consciência de que a inflação, e esta guerra que afeta todo o mundo, torna imprevisível a forma como viveremos o próximo mês. Só para responder ao senhor Sérgio Silva, se nós não tivéssemos feito aquilo que fizemos, que é efetivamente ir buscar a uma rubrica para cobrir outra, o centro cívico do Couto nunca estaria feito e uma obra prometida há tantos anos, que vai beneficiar a sua população, que será um orgulho, certamente, para si e para os seus, vai estar feita durante o meu mandato. Para mim, é uma alegria muito grande. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a João Oliveira.-----

João Oliveira – Muito obrigado. Relativamente ao esclarecimento do senhor Presidente da Câmara, que agradeço, quero reafirmar que, realmente, recebi as atas ontem, mas com tanto papel não tive oportunidade de as ler. Mas, também considero que elementos que reúnem semanalmente, estou-me a referir às reuniões da Câmara, semanalmente reúnem e estão todos juntos, não compreendo porque é que não lhes foi solicitado diretamente e foi preciso um mail para, depois, o PS lhes dizer “olhem, apresentem opções”. Há coisas que eu não compreendo. Obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

Presidente da Câmara Municipal – Porque a lei é assim que determina. Nós não podemos fazer as coisas de boca. A lei obriga-nos a procedimentos. Perceba que os

procedimentos, eu não tenho nenhum gosto pela burocracia, mas nós temos que seguir as regras e a lei impõe que seja assim e nós fizemos conforme impõe a lei.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse não haver mais intervenções registadas à apresentação e a esclarecimentos, tendo aberto um período de intervenções para o debate sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento. Foi concedida a palavra a António Monteiro.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta. Em relação a este orçamento, queria tecer algumas considerações em nome do CDS e a primeira dessas considerações diz respeito ao cumprimento dos procedimentos para este orçamento chegar até esta assembleia municipal. Primeira exigência é o cumprimento da lei do Estatuto da Oposição e como acabou de ser vincado, aqui, pelo senhor Presidente da Câmara, foi cumprida escrupulosamente e é a lei que determina quais são as regras e a notificação para a participação no orçamento é feita ao presidente da estrutura local do Partido Socialista. Se o Partido Socialista não se consegue organizar para poder dar o seu contributo para este orçamento, isso é responsabilidade do Partido Socialista. Não é responsabilidade da Câmara. A Câmara a obrigação que tem é de notificar o Partido Socialista. Segundo aspeto, presumo que tenha sido cumprido um outro imperativo legal que, ao longo de anos, nós fomos sempre chamando a atenção, e que o Partido Socialista não cumpria, que é a consulta, para parecer, do Conselho Municipal de Juventude. Imagino que tenha sido ouvido. Em terceiro lugar, dizer o seguinte: este é o primeiro orçamento que é verdadeiramente responsabilidade desta maioria. O anterior orçamento foi feito com base naquilo que já estava preparado pela anterior câmara e com base nas informações que foram fornecidas pela anterior câmara e não posso deixar de dizer que, sendo este o primeiro orçamento da inteira responsabilidade desta nova maioria, conhecendo aquilo que são as dificuldades atuais, este orçamento tem o apoio do CDS e nós não fugimos às nossas responsabilidades e, por isso, também falamos com toda a franqueza naquilo que são as grandes diferenças que já se tinha começado a ver no anterior orçamento, mas que neste se tornam ainda mais evidentes. Eu bem me lembro, e vão-me perdoar a expressão, mas há quem a mereça ouvir, de quando havia presidentes de Junta que gostavam de ser aldrabados, nesta assembleia municipal, com a inscrição de obras na sua freguesia e ficavam todos contentes dizendo “está lá no orçamento a obra para a minha freguesia, eu vou votar a favor daquele orçamento”, e tinha lá cinco euros. É óbvio, para qualquer pessoa com o mínimo de atenção, que era uma aldrabice. Mas, houve presidentes de Junta que caíam, voluntariamente, naquilo que sabiam que não era verdade e, por mais que nós chamássemos a atenção para isso, ignoravam aquilo que nós tínhamos a dizer e, neste orçamento, são claras as opções. Este orçamento não vem aqui à assembleia municipal para nos enganar e aquilo que foi a declaração do senhor Presidente da Câmara foi absolutamente transparente quanto àquilo que são as dificuldades que, neste momento, existem. Eu não deixo de registar, também, que há quem, nesta assembleia municipal, tenha uma fixação grande com o CDS e digo o seguinte: não nos tomem por tolos porque nós sabemos muito bem qual é a estratégia de quem está constantemente a falar no CDS nesta assembleia municipal. É que, aquilo que procura fazer eu percebo. Procura dividir para reinar porque, na realidade, o que é que aconteceu no mandato anterior? A partir do momento em que o Partido Socialista perdeu a maioria absoluta nesta assembleia municipal, e em que os orçamentos começaram a ter que ser negociados com alguns presidentes de Junta, houve quem achasse que se conseguisse assegurar a sua posição de fiel da balança, poderia puxar tudo o que queria para a sua Junta e fê-lo. E fê-lo. Basta ver aquilo que são alguns investimentos que foram feitos nalgumas freguesias para perceber que aproveitou o facto de ser o fiel da balança para exigir à Câmara que na sua freguesia fossem feitos investimentos e, com isso, conseguiu ganhar investimentos até competitivamente com as outras freguesias e isto eu percebo na posição de um presidente de Junta, com toda a franqueza. Agora, não nos queira é tomar por tolos a achar que é

possível repetir a mesma estratégia em circunstâncias completamente diferentes. Portanto, por mais que embirrem com a Câmara, por mais que insistam, por mais que tentem salamizar, dividir, para conseguirem mais uns investimentos para a sua freguesia, nós não somos tolos. Sabemos muito bem o que é que está por trás dessa estratégia e não deixamos de sublinhar, também, alguns paradoxos. É que, ainda há pouco, quando falávamos do apuramento de responsabilidades e dos desperdícios dos dinheiros públicos, nós votámos a favor uma moção conjunta do PSD/CDS para que se fosse feito esse apuramento. Mas, reparo, porque reparei pelo menos num presidente de Junta, que é o mesmo que não quer que seja apurada responsabilidade, quer passar a esponja. Exatamente na mesma lógica da barganha. As circunstâncias não são iguais e não perceber isso, e não perceber que o fundamental num orçamento do Município é o Município e é a cooperação entre todos aqueles que têm de cooperar para que as coisas melhorem, é não estar a ver aquilo que é o objetivo central que nos deve unir aqui. A Câmara, em conjunto com as Juntas de Freguesia, tem que cooperar no objetivo de desenvolver este concelho. A lógica de reivindicação, perdoe-se a expressão, quase sindical, de que é possível melhorar a vida das populações refileando, reivindicando com um caderno de encargos quase como se fosse um sindicato em perfeita desrazoabilidade perante aquilo que são as responsabilidades do Município, é não estar a ver que, da mesma forma que nós temos que exigir em relação aos outros concelhos que haja um desenvolvimento harmónico e que haja coesão territorial, o mesmo princípio tem que existir no Município de Sever do Vouga. Não pode haver a mesma freguesia a ser sempre beneficiada porque refila mais face às outras freguesias e, se essa freguesia aproveitou o facto de ser fiel da balança em determinadas alturas até ao momento em que mudou essa estratégia depois de ter conseguido ter esses benefícios, isso não pode servir para com o padrão para aquilo que é o funcionamento de um orçamento do Município. E no que diz respeito ao orçamento do Município, há questões que eu não posso deixar, também, de dizer aqui. Eu não sei se têm noção, mas o orçamento geral do Estado para este ano de 2022 registou um superavit, ou seja, o Estado, com as taxas de impostos, o governo socialista, exatamente o governo socialista, com a carga fiscal tremenda que existe sobre os Portugueses e com o aumento da inflação, teve um aumento de receitas que não estava à espera de ter e, por isso, agora vieram anunciar uma medida na qual vão gastar alguns milhões de euros. Eu só estranho é que esse aumento de receita, nomeadamente no IVA, sendo que o IVA é uma das componentes do financiamento das autarquias, não seja também repercutido nas autarquias e aquilo que é comunicado à Câmara de Sever do Vouga é que vai haver um corte de receita igual ao que tiveram o ano passado quando a inflação aumentou, ou seja, quando a inflação aumenta o governo vê a sua receita aumentar porque a receita do IVA aumenta. Esse IVA está na lei e serve também como uma das componentes para o financiamento dos municípios e há uma parcela de IVA que cabe aos municípios pela Lei das Finanças Locais e que faz parte do financiamento dos municípios e o senhor Presidente da Câmara acabou agora de nos dizer que não só cortaram quinhentos mil euros este ano como vão cortar novamente no próximo ano. Isto dá uma ideia daquilo que é o comportamento do governo socialista quando fala em descentralização e na realidade é o governo mais centralista que existe. Descentralizar despesa, responsabilidades, isso há de certeza. É muito fácil descentralizar escolas e ação social se se atiram funcionários para o município, se se atira a despesa para o município e depois fica com os recursos financeiros e isso foi um mau negócio. Aliás, nós tivemos ocasião de fazer esses debates aqui quando chamámos a atenção, quando se falou na delegação de competências, nós perguntámos “você têm a certeza do que estão a fazer? Têm a certeza que os recursos vão ser transferidos para o município e os recursos necessários para fazer face aos funcionários e para as responsabilidades que o Estado, na educação e na ação social, estão a passar para os municípios?”. Pois é, como se está a perceber um pouco de norte a sul do país, é claro que não porque o PS descentralizou as responsabilidades e a despesa, mas a receita não. A receita é para centralizar. A receita é para ser o governo a controlar. Portanto, num orçamento em que é necessário completar as

obras que estão, neste momento, em curso, e que necessitam de recursos financeiros em que é necessário fazer face a novas funções que foram transferidas para os municípios, eu, aquilo que vejo neste orçamento é prudência e também o resultado daquilo que foi a péssima descentralização, a vergonha de descentralização que o Partido Socialista impôs aos municípios. E, quanto à saúde, eu digo o seguinte: a saúde é a nova parcela de descentralização. Eu percebo a impaciência, pelo menos de um deputado municipal, que eu senti aqui, relativamente à posição do CDS e àquilo que falou na campanha eleitoral. Mas, também digo o seguinte: nós também não somos tolos. Então, se o governo vai impor aos municípios e quer impor aos municípios a descentralização na área da saúde, se há matérias que estão, neste momento, a ser negociadas, faz sentido, sem saber aquilo que são as responsabilidades que vão caber ao município, anteciparmos essas responsabilidades sem sequer termos, nesta altura, negociados os recursos financeiros para aquelas que vamos ser obrigados a receber? Em que é que vão consistir, exatamente, as responsabilidades do município na área da saúde? Alguém sabe? É que, vir a este púlpito e falar é fácil, mas ter que decidir sobre elas, saber se vamos ter que fazer a gestão do pessoal que não seja o pessoal médico, porque já sabemos que nas coisas onde há poder efetivo o governo também não quer ceder a mão, mas, fazer o quê, as obras dos centros de saúde, que despesas é que vão ser, a ficar a cargo do município, e que recursos é que vão ser transferidos da administração central com base nessa delegação de competências, porque é aí que está sempre o problema. Descentralizar a despesa e passar despesa para os municípios é fácil, agora, o Estado Central aceitar que, a partir do momento que deixa de ter certas responsabilidades porque as transfere para os municípios, está obrigado a transferir esses mesmos recursos, é evidente que, sem saber qual é esse envelope, é muito difícil, nesta altura, avançar-se mais na matéria da saúde. Mas, há uma certeza que todos nós temos, é que um governo de maioria absoluta do Partido Socialista que deliberou e decidiu que vai haver a descentralização na área da saúde, mais meses menos meses, ela vai ocorrer e nós temos que estar preparados para a assumir e nós temos que saber que recursos é que vamos precisar e, mais importante ainda, o que é que, com essa descentralização de competências, conseguimos fazer de melhor para Sever do Vouga. Portanto, essa é uma negociação, é um tema fundamental e que eu vejo que está lá, a preocupação expressa no orçamento. Consta, pois consta. Agora, é evidente que, face àquilo que fora o resultado desse processo de descentralização, cá estaremos para cumprir os compromissos que assumimos e que são compromissos que são assumidos com base realista. Agora, até lá, tenham calma. Eu percebo a estratégia, mas há uma certeza que eu lhe deixo. O CDS, quando acorda com alguém algo, cumpre e isso pode custar a pessoas que acham que se pode passar de um lado para o outro com a maior das facilidades e em que o bota-abaixo é fácil. Mas, quando eu dou a minha palavra, quando o CDS dá a sua palavra, eu cumpro a minha palavra. E, por isso, é evidente que apoiamos este orçamento. Sabemos as dificuldades deste orçamento, mas cá estamos para apoiar esta Câmara a fazer aquilo que nunca foi antes, mas que, como iam distribuindo uma migalhas, as pessoas iam refilando, simulando que estavam zangadas, para irem obtendo uns benefícios que achavam que podia colher e a consequência dessa estratégia foi o atraso de Sever do Vouga e foi prejudicar todos os Severenses. Esse tipo de estratégia acabou por se voltar contra o próprio concelho porque o atraso que Sever do Vouga tem, nomeadamente em matérias de investimentos fundamentais, ao longo destes anos todos que já passaram, resultou dessa estratégia. Resultou da forma, perdoem-me a expressão, muito pequenina, às vezes, de ver aquilo que é importante para o município. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra a Diana Paiva.-----

Diana Paiva – Muito obrigada, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos. Apreciamos neste ponto a proposta de orçamento que o executivo nos apresenta. Este documento dá-nos uma leitura dos projetos que o executivo tem pensado para o concelho. Infelizmente, senhor Presidente, ao contrário de anos anteriores, vivemos tempos económica e

financeiramente muito difíceis, instáveis, de grande incerteza e de inflação acelerada, ou seja, estamos em tempos de como se diz popularmente, de vacas magras. Também já percebemos que este não é o orçamento que quer, é o orçamento que lhe é permitido em função da diminuição de transferência de verbas do orçamento de estado que diminui. A receita efetiva e real é inferior ao ano anterior, no entanto as despesas para o ano de 2023 vão ser superiores, nomeadamente, com pessoal em função das transferências da área da educação, com alguma, pouca, verba de suporte. Percebemos que o equilíbrio orçamental é curto e não dá margem para grandes megalománias, nem grandes nem pequenas, pois megalomania é palavra proibida em 2023. Percebemos que depois de tudo pago a fatia que sobra para investimento e obras no Município não chegará aos cinco milhões de euros. No entanto admiramos o esforço deste executivo que, com os pés bem assentes no chão, sabendo destas realidades pretende melhorar as condições de vida dos Severenses e apostar nos investimentos mais criteriosos para a vida dos Severenses. Com certeza haveria muito mais para fazer, sei que gostaria de fazer já, no ano de 2023, tudo o que sempre pensou, mas, como disse e muito bem, não seria realista. Mas sabemos que as opções são para realizar e não para andar de orçamento em orçamento. Muito obrigada.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a António Dias.-----
António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, sintam-se cumprimentados na sua pessoa. As autarquias devem resolver as prioridades correntes, tais como educação, saúde e bem-estar social, entre outras. Mas não se pode, como é óbvio, sobreorçamentar. Este orçamento reflete, no fundo, aquilo que foi a aceitação da educação. O orçamento aumentou bastante, mas também aumentaram as despesas e será, senhor Presidente, era uma das perguntas que eu lhe gostava de fazer, e será que, no futuro, a despesa não vai ser maior do que a receita? Todos sabemos que as despesas correntes, por força das atualizações salariais, fornecimento de serviços externos, aquisição de consumíveis, aumentam todos os anos, o que pode, muitas vezes, até obrigar a cortar investimentos. Senhor Presidente, o executivo, foi a primeira vez desde que sou presidente de Junta, que tomou a opção de não me consultar. Não sei se o fez com os meus colegas presidentes de Junta, mas eu não fui consultado. Foi opção sua, respeito. E eu vinha com a ideia, até chegar aqui, que havia filhos e enteados. Afinal, o senhor Presidente corrigiu o erro e, afinal, já não há filhos nem enteados. Mas, de qualquer forma, senhor Presidente, corrigiu o erro, afinal não eram os cento e cinquenta mil euros para uns e setenta e cinco mil euros para outros, ou vice-versa, mas, senhor Presidente, eu gostava de saber, uma vez que, mais uma vez, infelizmente, as freguesias periféricas continuam a ter menos investimento, pelo menos, pelo que eu vi. Eu gostava, senhor Presidente, de saber se a minha localização, entre aspas, é estratégica para o município, o porquê de ter um investimento previsto para a zona industrial de Talhadas tão baixo. Será que voltamos àquele ponto de partida daquelas rubricas que só têm valor para estar abertas? Senhor Presidente, agora que, e muito bem, vai abrir a creche em Talhadas, eu gostava de saber se não tinha todo o interesse em potenciar a zona industrial, até porque, segundo me disseram, vêm crianças de fora do concelho, como eu tinha dito na altura que tive reuniões com os responsáveis da Santa Casa. Mais, os investimentos continuam a ser para ser feitos no mesmo sítio, as zonas periféricas cada vez mais pobres e eu pergunto, até parece que a Câmara é da cor do Governo Central. Senhor Presidente, mais uma vez, já no empréstimo a documentação não vinha como devia ser, agora no orçamento mais dois ou três erros e eu pergunto, com tantos assessores e tantas avenças e os erros cada vez são mais? Senhor Presidente, aproveito para solicitar uma melhoria nos quadros, mas, senhor Presidente, e eu não sei, eu felizmente não tenho problemas de visão, mas há quadros, nomeadamente no Plano Plurianual de Investimentos, que eu convido o senhor Presidente a ler, à minha frente, aquilo que aparece. Aquilo não se vê. Eu peço, senhor Presidente, não é por mal, não interprete isto mal, que da próxima dividam aqueles quadros em duas folhas, se possível, porque eu falo por mim e, se calhar, os meus colegas, quase todos imprimem em folha A4. É o normal. Poucos aqui têm fotocopiadora que dê A3 e aquilo numa folha A4 não se vê.

Portanto, eu agradeço. Não é só para si, já os anteriores era igual. Não se consegue ver. Se imprimir, não dá para ver, eu não consigo ver e, felizmente, não tenho problemas de visão. Senhor Presidente, era só isso e, senhor Presidente, já agora, falar no orçamento, e há pouco falou, eu gostava de lhe fazer uma pergunta – o senhor Presidente falou que ia contratar um jurista que era por causa, sobretudo, das auditorias. Eu pergunto, senhor Presidente, e quando acabarem as auditorias acaba o trabalho de jurista? Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, senhor António Dias. Só um esclarecimento. Nós estamos já no período de debate do orçamento e não no período de pedido de esclarecimentos. De todas as maneiras, depois o senhor Presidente da Câmara encerrará esta parte e poderá responder. Sérgio Silva, tem a palavra.-----

Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente. Minhas senhoras e meus senhores, eu acho que, nesta sala, não há aqui ninguém que vai deixar ser comido por cebolada, toda a gente sabe perfeitamente do que é que fala e não é com retórica também que se resolvem aqui os assuntos. Eu queria só esclarecer ao Dr. António Carlos Monteiro que, quando o CDS prometeu médicos de família para todas as freguesias, já esta Câmara tinha assumido a delegação de competências da saúde e já andava em negociações e, por isso, eu acho que fica bem claro que não é a prometer tudo a todos que se resolvem os problemas. Os problemas são resolvidos no terreno, diariamente, aqui no concelho de Sever do Vouga, todos os dias. Muito obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a António Monteiro.---

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente. Apenas para fazer uma nota ao senhor Presidente da Junta que me antecedeu que, quem faz as promessas eleitorais do CDS, ou assume compromissos eleitorais pelo CDS, é o CDS, não é o senhor Presidente da Junta. Portanto, inventar, que foi o que acabou de fazer aqui, um compromisso do CDS de que ia ter um médico em cada Junta de Freguesia, significa apenas que o senhor Presidente da Junta não esteve atento à campanha eleitoral. Eu digo-lhe quais foram os compromissos na área da saúde que o CDS assumiu. Os compromissos na área da saúde que o CDS assumiu, aliás, até chegámos a apresentar, aqui, uma moção na assembleia municipal, foi a de que para fixar médicos no concelho de Sever do Vouga que o Município deveria criar um sistema de incentivos para que os médicos se fixassem. Foi esse o compromisso eleitoral que o CDS assumiu e, se for necessário para assegurar que os médicos se fixem em Sever do Vouga criar um sistema de incentivos, o CDS cá estará para o propor e, no município, tenho a certeza que o fará. Só que, o problema, nesta altura, não é sequer esse. O problema é que nós não sabemos como é que irá funcionar o centro de saúde de Sever do Vouga porque essa é uma matéria que está a ser objeto de negociação com a Câmara. Portanto, o senhor deputado, e repito aqui outra vez, pode vir inventar que o CDS fez o compromisso de que haveria um médico por freguesia. Nunca o dissemos. Não consta no nosso programa eleitoral. Ponto final. Outro compromisso, se quiser saber, foi do vale farmácia. Agora, eu também lhe digo que, em qualquer entendimento, há compromissos que têm que ser estabelecidos entre as forças políticas que o compõem e há calendários e há aquilo que é a disponibilidade orçamental e eu, que só estranho que o senhor Presidente da Junta, que não é do CDS, venha falar aqui em nome do CDS e fazer a exigência face a um compromisso que nós não assumimos. Portanto, que sejamos claros – este é um debate que deve se feito com tranquilidade, serenidade e, por mais que tente desviar as atenções daquilo que é a situação que existiu no passado e que permitiu que houvesse desequilíbrios em matéria de orçamentos, em diferentes freguesias, porque havia quem estivesse disponível para berrar, simular zangas, mas depois acabar a viabilizar os orçamentos desde que lhe dessem aquilo que pretendia, essa é uma estratégia, com toda a franqueza, repito, que prejudicou todos os Severenses. Prejudicou todo o concelho. A pequenez de andar a barganhar e a permitir que uma estratégia errada conduzisse o Município ao atraso que conduziu, porque houve quem pensasse primeiro na sua capelinha, no seu poder pessoal, e se esquecesse dos interesses do Município é aquilo que eu acho que nós temos que ultrapassar e temos que passar a cooperar e a encontrar formas de termos um

desenvolvimento harmónico de todo o concelho. Portanto, a lógica da barganha, da intriga, da maledicência, do tentar criar divisões para depois poder reinar sobre essas divisões porque fala com este, fala com aquele, e fala com aqueloutro, sinceramente, não acho que sejam benéficas para o concelho de Sever do Vouga. É a principal razão pela qual o concelho se atrasou como atrasou porque a questão fundamental é estratégica e, ou mudamos de estratégia e somos solidários e discutimos essa estratégia e conseguimos ver no que é que estamos de acordo, no que é que podemos divergir, perfeitamente, ninguém é obrigado a estar de acordo, agora há questões que são fundamentais que acho que devem ser discutidas as tais questões importantes, não são as urgências, não é A Espuma dos Dias, não é a pequenina obra, não é a valeta, é as questões estratégicas fundamentais para o concelho que eu acho que é importante discutirmos e que têm que estar refletidas no orçamento e, em termos de estratégia, eu acho que este orçamento está correto. Está lá. Há matérias que dependem da vontade do Município e estão lá, há matérias que dependeram daquilo que foram as decisões, acabaram por depender das decisões anteriores e das imposições que foram colocadas sobre todos os municípios. Agora, eu acho que é importante cooperarmos e, nessa função de cooperarmos, é possível encontrar esse entendimento. É possível vermos o que é que é fundamental e a cooperação entre presidentes de Junta e Câmara é fundamental. Mas, essa cooperação faz-se pela positiva. Não tem que ser numa lógica sindical do estar sempre a refilar, porque a minha Junta tem que ter mais. Se todas as Juntas tiverem mais, não é possível, alguma Junta vai ficar com menos. Portanto, o papel dos presidentes de Junta é fundamental e tem que ser um papel que eu acho desejavelmente de cooperação naquilo que são os objetivos comuns de todos nós. De resto podemos não estar de acordo, podemos divergir, é óbvio que os presidentes de Junta têm a responsabilidade de defender a sua freguesia. Perfeitamente de acordo. Agora, façamo-lo sabendo, claramente, o que é que é o fundamental e que devemos consensualizar e, depois, divergir no que devemos divergir. Numa lógica de dizer que está tudo mal, são todos iguais, isso parece conversa de café. Não é, na minha opinião, a forma de um responsável político ver no que é que pode estar de acordo e no que é que pode estar em desacordo e esse é o apelo que deixaria a todos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra a José Sousa.-----

José Sousa – Senhor Presidente da Mesa, senhores secretários, senhor Presidente do Município, senhores vereadores, colegas da Assembleia, público e comunicação social. Vou falar um pouco à moda da serra. Deixamos os oradores de Lisboa. Falar à moda da serra. Eu senti-me um pouco atingido e gostava de ser esclarecido aqui nesta assembleia porque insinuou-se que determinado presidente de Junta foi beneficiado porque tem o hábito de dividir para reinar e coisas do género. Concordo com tudo isso. Não sei. Isso é o que eu gostava de ser esclarecido. Só para lhe dizer o seguinte: quando se toca a obras, eu não me sinto um beneficiado, nem no presente, nem no passado, na União de Freguesias. Só para recordarem, que eu penso que o senhor deve ter lido os documentos, há uma obra que está no orçamento para a união de freguesias, para o próximo ano, pode ser realizada ou não, eu estou convencido que sim, na ordem dos cento e poucos mil euros. Talhadas, por aquilo que se vê, tem uma obra na ordem dos quatrocentos e tal mil euros. A União de Freguesias de Silva Escura e Dornelas está a decorrer uma que até vai ultrapassar o valor, de longe, a parte terminal do valor que está previsto para a União de Freguesias de Cedrim e Paradela. As outras freguesias, nem me debrucei sobre o documento, mas acho que o senhor orador não esteve muito bem. Gostava que esclarecesse qual foi essa freguesia porque estar a mandar piropos para o ar e atingir qualquer um acho que não fica muito bem. Depois, queria pedir à Mesa para que, quando algum membro da assembleia venha aqui a este local falar sobre a Junta A, B ou C, ou determinado elemento da assembleia, que fizesse uma chamadinha de atenção ao senhor vereador Ricardo Silva que evite estar a mostrar os dentes. É feio. Parece mais um fantoche do que um elemento. É tudo por agora.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, José Sousa. Só para dizer que eu, daqui, não consigo ver, mas também não acho que isso seja proibido nem interfira no debate. Sérgio Silva tem a palavra.-----

Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente. Eu vou ser muito mais sintético e quero, realmente, concordar com o meu colega que me antecedeu porque, realmente, o orador não esteve muito bem porque também não conhece a história deste concelho e é preciso recuar na história. Eu sou presidente de uma Junta de Freguesia que, infelizmente, durante as últimas décadas não houve grandes investimentos lá e é uma das freguesias mais pobres do concelho e, portanto, acho que é mais do que legítimo eu puxar para a minha freguesia e cada um dos presidentes saudavelmente vir aqui, sem tratar mal ninguém, cada um puxar para a sua freguesia e, no conjunto, chegarmos aqui a consensos que, consensos parece que é uma coisa que não há porque até o presidente da sua Junta de Freguesia do CDS veio aqui dizer que, neste orçamento, os presidentes de Junta não foram contactados para darem propostas para este orçamento. É a primeira nota que eu tenho porque veio aqui falar com cooperação entre Câmara e Junta e isso é uma coisa que não há, há muitos anos, neste concelho, e não é por ser o CDS, nem o PSD. O PS também o fazia igual e eu não é porque muda partido que eu vou mudar a minha opinião e quando as coisas estiverem mal eu penso por mim próprio e continuarei assim. Realmente, tem toda a razão. As perguntas não foram feitas para o CDS, as perguntas foram feitas ao senhor Presidente da Câmara onde é que estavam os projetos do CDS porque eu supunha que esta coligação era para aproveitar as coisas boas do CDS e metê-las neste orçamento que, afinal, não estão. Para terminar, as minhas declarações e as promessas foram nos comícios, nos vídeos que andam nas redes sociais, ainda a correr, que foi prometido médicos para todas as freguesias. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. Creio não haver mais inscrições. Questiono o senhor Presidente da Câmara se quer intervir neste debate.-----

Presidente da Câmara Municipal – Neste que tem circulado, não quero intervir de todo. Agora, no debate sobre o Orçamento Municipal gostava de intervir.-----

Presidente da Assembleia Municipal – O senhor terá o direito de encerrar o debate sobre o Orçamento Municipal. Só para esclarecer, o senhor Presidente da Junta de Talhadas, já fora do período dos esclarecimentos colocou algumas questões. É evidente que o senhor, como tem direito a intervir no debate, se entender esclarecer, está à vontade.-----

Presidente da Câmara Municipal – Senhor Presidente, há aqui dois debates. Há um debate particular sobre questões particulares e há um debate sério, que é o debate que eu quero ter, sobre o orçamento e o debate sério sobre o orçamento eu quero ter. Portanto, vou começar, se o senhor permitir, pelo senhor Sérgio Silva.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Devo só dizer que não está obrigado a isso, mas se quiser.-----

Presidente da Câmara Municipal – Mas, se me permitir, eu digo aqui umas palavrinhas. Em primeiro lugar, nunca houve aceitação da saúde. A saúde está a ser negociada e nós não fazemos a mínima ideia o que aí vem. Em segundo lugar, não houve aceitação, sequer, no sentido de venha de braços abertos a educação e a ação social. Foi uma imposição do governo. Uma imposição do Estado Central e que a verdade é que em nada nos beneficiou. Pelo contrário, só nos prejudicou. No fundo, nós somos meros tarefeiros que ficamos com todas as responsabilidades, com todos os custos, mas não podemos decidir absolutamente nada. Relativamente ao senhor António Dias, eu confesso que não percebo. Nós agora vamos começar a colocar umas placas que é para perceber. Portanto, nós este mês começamos uma obra em Talhadas, prometida há vinte anos, que era a estrada das Arcas, onde vamos gastar quatrocentos mil euros. Nós abrimos uma creche que, há dez anos, estava fechada. Nós investimos num edifício desportivo um investimento gigantesco e eu confesso que, se eu soubesse da realidade financeira, na altura, a minha resposta teria sido “não, não podemos investir porque não temos dinheiro para isto”. O senhor diz-me que eu me esqueço da freguesia de Talhadas e depois

pergunta-me porquê tão pouco investimento na zona industrial da freguesia de Talhadas. Fomos nós que fizemos uma coisa que se podia ter feito há vinte anos, que foi o alargamento da zona industrial de Talhadas precisamente porque a zona industrial de Talhadas tem acessos muito bons, tem zonas de construção passíveis de se construir com facilidade e, então, nós iniciamos um processo que demora, certamente, anos. O dinheiro que está lá para a zona industrial de Talhadas é, fundamentalmente, para a parte dos projetos. Quero-lhe dizer que o projeto de arquitetura penso que está terminado. Se não está terminado está quase a ser terminado, e agora precisamos de fazer os projetos das especialidades. Também lhe quero dizer que só será possível fazer obras e terminar aquela zona industrial na zona industrial que Talhadas e que Sever do Vouga merece se houver uma candidatura à qual nós nos pudermos candidatar e que for aceite porque a Câmara Municipal não tem um ou dois ou três milhões de euros para gastar numa zona industrial. Também lhe quero dizer que, ao longo dos últimos anos, houve imensas oportunidades para se fazer candidaturas desse género e nunca se fizeram. Portanto, eu confesso que esta estratégia de dizer que o executivo esquece Talhadas, não percebo. Quando nos investimos o que investimos na freguesia de Talhadas e fazemos obras e abrimos creches que estão prometidas há décadas, esquecemos Talhadas, não entendo. Relativamente ao senhor Sérgio Silva, eu, de facto, a troca de palavras é evidente que foi para si, não foi para o senhor Presidente da Junta de Cedrim e Paradela. Acho que todos nós já percebemos a sua estratégia. É a sua forma de estar na vida e na política.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Vamos nos abster de considerações pessoais, senhor Presidente da Câmara.-----

Presidente da Câmara Municipal – É a sua forma de estar na vida e na política. O senhor é que sabe se é assim que a quer viver, mas deixe-me dizer-lhe uma coisa. O senhor que é um poeta, soubemos há dias, e que nos brindou aqui com um provérbio. É preciso ter cuidado quando se manda pedras para o ar quando se tem telhados de vidro e o senhor tem de começar a ter cuidado com isso. Quero lhe dizer, senhor Sérgio Silva, que tenho feito tudo pelo Couto. É um orgulho imenso deixar lá uma obra que vai, certamente, perdurar por gerações. A forma com que o senhor me tem tratado, nomeadamente aquilo que eu vou ouvindo dos Coutenses quando visito a obra, deixa-me triste, mas não me surpreende de todo. Senhor João Oliveira, “um orçamento pouco ambicioso” – é um orçamento realista. Nós não sabemos como é que vai ser o dia de amanhã. Relativamente à questão do exército, eu acabei de dizer, há bocadinho, que de facto fica muito mais caro nós contratarmos o exército do que propriamente recorrermos a serviços de entidades terceiras. Só para responder, também, a uma pergunta do senhor António Monteiro – foi cumprida a consulta ao Conselho Municipal de Juventude no dia 16 de novembro, portanto, foi cumprido em absoluto o orçamento. Também vos quero dizer que não aprecio este tipo de debates na assembleia municipal. Ninguém ganha com isto. Já toda a gente percebeu a intenção de quem o faz. A melhor forma de o fazermos é através do ignorar e é isso que eu me comprometo com vocês, a partir de agora é ignorar em absoluto estas tentativas de permanente envenenar e dizer mal e tentar pôr uns contra os outros. Eu quero estar na política de forma diferente e é uma promessa que eu vos faço, a partir de agora. Senhor Sousa, tem toda a razão, mas a estrada da Reconhina já foi adjudicada. O problema é que está a chover e o empreiteiro diz que não vem estando a chover. Agora, para vocês, presidentes de Junta, percebam o seguinte: vocês são todos Severenses. Às Juntas não é possível investir milhões numa e milhões em todas. Não é possível. Se há um ano em que se investe mais numa, no ano a seguir tenta-se investir mais noutra. Eu tenho muitos defeitos, tenho algumas qualidades, mas eu não sou mágico. E aquilo que eu vos venho a dizer, desde o início, é que a Câmara está em condições financeiras, estava em condições financeiras más. Muito más. Ao longo do ano foi piorando com as candidaturas que foram sendo recusadas, com os dinheiros que não vieram, com o orçamento que foi diminuindo, com as despesas que foram aumentando exponencialmente e eu confesso-vos que, se nada disto tivesse acontecido, nós podíamos ter feito muito mais obras. Mas, entre

pagar setecentos mil euros de eletricidade a mais ou estar a pavimentar uma estrada, eu tive que tomar opções. Entre pagar salários ou estar a construir uma zona industrial, eu tenho que tomar opções. Portanto, as opções que tomei foram as opções que eu tomei. Gostaria de vir aqui fazer promessas fantásticas. Não venho fazer. E, relativamente às Juntas, todos vocês tiveram uma reunião com o senhor Vice-Presidente, com a Vereadora Paula Coutinho, com a Dr.^a Luísa Pereira, em que se iniciou um processo de diálogo que poderá continuar, e eu espero bem que continue a partir de agora, e que estará muito dependente, também, da aprovação ou não do Regulamento de Apoio às Freguesias que será determinante para a forma como o próprio orçamento irá ser executado porque, como imaginam, estamos a falar de muito dinheiro. Estamos a falar à volta de oitocentos ou novecentos mil euros que poderá, ou não, ser aplicado da forma que vocês decidirem. Só para terminar, eu não sei o que é que o futuro nos reserva. Aquilo que eu vos posso prometer é que daremos o nosso melhor. Não desistiremos daquilo pelo qual lutamos, que é pelo bem-estar do nosso concelho. Acima, de tudo, para que venham mais empresas, mais pessoas. Tivemos boas notícias, apesar de tudo, já se vê alguma construção nova em Sever do Vouga. Temos muitos pedidos de licenciamento de empresas. E quero só responder a uma pergunta ao senhor António Dias que fez relativamente à jurista. O jurista nada tem a ver com as auditorias. O jurista não era para as auditorias, mas iria ajudar a melhorar os procedimentos, implementar novos modelos de trabalho nas áreas-chave. Aliás, o lugar de jurista já está criado no quadro de pessoal no anterior executivo. Eu posso lhe dizer que, se nós tivéssemos um jurista, por exemplo, quando aquelas dezenas de construções ilegais que existem no Couto e, já agora, falamos aqui da praia fluvial do Couto, nós andamos a tentar fazer o plano de ordenamento da albufeira. Temos reunido diversas vezes. O senhor Sérgio Silva, que é milagreiro, acha que a praia nasce de um dia para o outro. Também se fosse para ter uma praia como o senhor deixou a zona de fruição, sinceramente mais valia não termos praia nenhuma. Nós faremos tudo para que haja um plano de ordenamento da albufeira e para, acima de tudo, que as imensas habitações ilegais que existem no Couto de Esteves, e que existem noutros sítios, porque não houve fiscalização neste concelho durante tantos anos, acima de tudo nós as consigamos legalizar, acima de tudo que as pessoas possam estar descansadas e, acima de tudo, que as pessoas queiram investir no nosso concelho porque é para isso que nós cá estamos. É para cativar investimento e não é para andar a travar guerras uns contra os outros e a pôr fregueses de um lado contra fregueses do outro. Vocês sabem que é que ganha com isso? Ninguém. Nenhum de vocês ganha com isso. Portanto, ajudem-se uns aos outros e sejam corretos. Se sabem que alguém não está para ajudar, não vale a pena. Juntem-se aos que querem ajudar e aqueles que não querem ajudar que sigam o seu caminho que terão aquilo que merecem. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Eu confesso que não há disciplina nenhuma nesta discussão do orçamento porque eu agora pergunto – para o encerramento do debate, quem é que se quer inscrever? Senhor Presidente, encerrou o debate sobre o orçamento?-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu não tenho mais nada para dizer.-----

Deliberação: No uso da competência dada através da alínea a) do n.º 1, do artigo 27º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram apreciados e votados os documentos previsionais para o ano económico de 2023, cujo Orçamento de Receita e Despesa é de € 14 500 000,00 (catorze milhões e quinhentos euros), estando os recursos previstos devidamente evidenciados no orçamento de receita, para aplicação e alcance dos referidos objetivos definidos no orçamento de despesa, que deve ser conjugado com os restantes documentos apensos. No documento apresentado, para além das justificações apresentadas quanto à previsão da receita e despesa, são apresentados, também, os demais documentos previsionais referidos no ponto 2.3, do POCAL, aprovado pela Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 4 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 12 de fevereiro, Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e Lei n.º 60-A/2005, de 30

de Dezembro), designadamente, as Grandes Opções do Plano, com os vários projetos e ações dotadas para 2023 em € 9 850 00,00 (nove milhões e oitocentos e cinquenta mil euros), que compreende o Plano Plurianual de Investimentos com um total definido de € 5 400 000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil euros) e o Plano de Atividades com o valor definido de € 4 450 000,00 (quatro milhões e quatrocentos e cinquenta mil euros).-----

O Orçamento Municipal 2023, que inclui as Grandes Opções do Plano e o Regulamento de Execução, e respetivas autorizações acima identificadas foram aprovados, por maioria, tendo sido obtido o resultado seguinte:-----

Vinte e três votos a favor – Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, José Sousa, José Lemos, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Sandra Pereira, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

Quatro abstenções – João Oliveira, Júlio Fernandes, Renata Marques e Sérgio Silva.-----

3.4 Mapa de Pessoal 2023 e Plano anual de Recrutamento para 2023: - Dando cumprimento às disposições contidas no artigo 28º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”, foi elaborado o Mapa de Pessoal do Município e apresentado à Assembleia Municipal.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-

Presidente da Câmara Municipal – Em tempo record. Só para dizer que o Mapa de Pessoal tem apenas uma alteração em relação ao aprovado para o ano de 2022, uma vez que temos sentido um grande incremento no pedido de licenciamentos e legalizações na área do urbanismo e nos parece necessário reforçar a equipa com mais um técnico superior. Terminei.-----

Analisado o documento, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, o Mapa de Pessoal para 2023, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2023, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.-----

Vinte e sete votos a favor – Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira, Sérgio Silva, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

3.5 Regulamento de Apoio às Freguesias – Alteração: - Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de 14 de dezembro de 2022, foi apresentada a alteração ao Regulamento de Apoio às Freguesias.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Permitam-me aqui chamar a atenção apenas de um pormenor que eu até fiz na sequência de uma informação que me chegou de um parecer da Direção-Geral das Autarquias Locais em que há entendimentos de que, neste ponto em concreto, e porque se trata de apoios financeiros às Freguesias, que os senhores presidentes de Junta, de alguma forma, se poderia entender que estavam impedidos de participar neste debate e de votar. Eu confesso que tenho dúvidas sobre este parecer, portanto, não sou eu que vou declarar esse impedimento, portanto, se os senhores presidentes de Junta entenderem que devem participar estarão à vontade. Deixo esse ónus do vosso lado. O senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

Presidente da Câmara Municipal – Também serei muito rápido, mas começo por dizer que tenho um entendimento completamente diferente do senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Mas o senhor não é membro da assembleia, senhor Presidente. Prossiga.-----

Presidente da Câmara Municipal – Está bem, mas alguma vez nós também podemos discordar os dois. A minuta de regulamento apresentada advém dos contributos que recebemos da população nos contactos diários que temos, bem como das reuniões com as

Juntas de Freguesia. Tivemos a preocupação de ter em consideração os vários alertas dados pelos relatórios das auditorias, no que respeita ao cumprimento das obrigações procedimentais e documentais.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a António Dias.--
António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, sintam-se cumprimentados na sua pessoa. Senhor Presidente da Câmara, eu venho aqui solicitar alguns esclarecimentos sobre alguns pontos que constam deste regulamento. No regulamento diz “*elaborou-se o presente regulamento cuja proposta foi submetida previamente à auscultação das freguesias e da população*”. Eu gostava que me esclarecesse quem, portanto, eu não fui auscultado. Gostava de saber se alguém foi auscultado. A seguir, neste relatório pedem aqui uma série de documentos e exigências. Começo já pela primeira – lista de todos os fornecedores da freguesia com valores gastos nos últimos três anos. Eu pergunto, isto não será matéria interna das freguesias? Será que a Câmara Municipal tem este direito de exigir das freguesias esta informação? Gostava que me esclarecesse sobre isso, senhor Presidente. Depois, tem aqui também “*sob proposta do seu Presidente*”, portanto, o senhor Presidente da Câmara, “*escolherá*” todos aqueles investimentos, no fundo, investimentos “*que poderão ser objeto de participação por parte do Município com o compromisso da freguesia os realizar até ao final de cada ano económico*”. Eu pergunto, senhor Presidente, portanto, isto no fundo é uma espécie de uma PIDE, ou seja, nós enviamos dez obras e o senhor Presidente corta cinco, ou será que eu tenho que enviar mesmo as obras que eu quero executar sem colocar a mais? E depois, pergunto, e se eu não tiver possibilidade de, por exemplo, contratualizar e fazer o procedimento ou ajuste direto, ou por exemplo de uma consulta prévia, etc. Gostava de saber, já que o senhor Presidente da Câmara exigem aqui, gostava que me esclarecesse se a Câmara faz os procedimentos, se trata desses procedimentos. Voltando agora à parte fulcral, que é a parte financeira. Pagamentos. Até agora, os pagamentos eram feitos em março. Supostamente era 85% logo e depois os outros 15% quando as Juntas de Freguesia enviassem os relatórios. Mas, o senhor Presidente pagou tudo de uma só vez e obrigado, senhor Presidente, que deu muito jeito, pelo menos, à Junta de Talhadas. E eu pergunto aqui, “*os apoios para as atividades e investimento serão pagos até 31 de março desde que estejam encerrados os processos referentes ao ano anterior*”. Até aqui, aceito perfeitamente. Agora, senhor presidente, eu pergunto agora, “*da seguinte forma: 10% nos oito dias seguintes à assinatura do contrato-programa*” e eu pergunto: se o contrato-programa for assinado só em abril ou maio, como é que eu vou conseguir, no fundo, cumprir? E, depois, “*os restantes 90% na proporção da despesa apresentada contra a entrega da documentação referida nos pontos seguintes*” e eu pergunto quando. Quando é que a Junta recebe? Prazo. Eu quero que o senhor Presidente, se faz favor, me esclareça quando é que paga. Passados cinco dias da Junta entregar o relatório? Passado quinze dias? Passado um mês? Senhor Presidente, eu sei e vi, há pouco, e permita-me este aparte, eu vi saldo disponível de € 21,98. Atenção, € 21,98 e eu pergunto, senhor Presidente, se precisar de fazer um ajuste direto simplificado, por exemplo, suponhamos agora com estas chuvas, para limpar uma barreira, eu pergunto, senhor Presidente, não pode fazer porque com € 21,98 não consegue nada. Mas, agora diga-me como. Eu estou a olhar para a ata minuta que eu recebi. E eu pergunto, senhor Presidente, as Juntas de Freguesia, que não têm a receita da Câmara, nem nunca terão, eu pergunto como é que eu, estou a falar da Junta de Talhadas, consigo andar com o dinheiro da Junta à frente, ou seja, eu vou desviar dinheiro das limpezas, desviar dinheiro da feira, desviar dinheiro das águas, desviar dinheiro de todas as receitas que não são dos investimentos, para este ponto. É mesmo assim. Portanto, se a Junta não tiver mais receita nenhuma, não vai conseguir fazer ou, então, endivida-se, mas não dá para endividar. Gostava que me esclarecesse sobre isso. Portanto, prazo, senhor Presidente. Este prazo, aqui, eu quero que me diga aqui, hoje, quando é que pagam. Depois, o relatório de atividades perfeitamente. Depois, senhor Presidente, eu queria aqui, uma vez que eu estou a falar da minha Junta, normalmente é

ajustes diretos simplificados, portanto, não tem que andar a dizer que as Juntas não cumprem, não. O ajuste direto simplificado não exige praticamente nada, é contra fatura. Portanto, se é contra fatura, não é preciso contrato, não é preciso nada. A Junta de Talhadas, 90% das despesas que estão no relatório é ajuste direto simplificado porque não tem capacidade para andar com grandes investimentos, nem pode. Agora pergunto, senhor Presidente, tem aqui *“no caso de projeto deverá estar assinado por técnico habilitado para a execução do projeto”* e eu pergunto, onerar mais as Juntas? Mais despesa? Quer dizer, eu tenho que pagar para me fazerem um ajuste direto, por exemplo, e agora ainda vou pagar mais isto a um engenheiro, ou alguém, para ir lá, ou seja, dos setenta e cinco mil euros vão sobrar vinte mil. A não ser, senhor Presidente, é isso que quero que me esclareça, se a Câmara vai dar um técnico para cada Junta para ajudar nestes procedimentos. Depois, *“declaração de isenção de emissão do documento”*. Eu pergunto que declaração é esta. É o Presidente da Junta que a pode emitir a dizer que não necessita de um técnico? Não sei. É isto que eu gostava que me esclarecesse. Depois, tenho aqui os mapas e quantidades, tudo bem. Mais uma vez, as Juntas vão ter que contratar engenheiros porque nenhuma Junta tem um engenheiro civil nos quadros, a não ser o senhor Presidente da Junta do Couto que é dessa área. Depois, senhor Presidente, eu pergunto aqui *“faturas comprovativas por rubrica”*, o senhor Presidente quer cópia das faturas ou quer que eu vá ao e-Fatura e lhe envie, que é o que nós fazemos, os valores? Senhor Presidente, mais uma vez aqui *“nome do técnico ou não sendo obrigatório, do responsável que acompanhou a obra”*. Eu pergunto que tipo de técnico? Mais uma vez, é um engenheiro civil? É alguém credenciado nalguma área específica? É isto que eu gostava que me esclarecesse. Portanto, senhor Presidente, no fundo é tudo isto. Eu gostava de saber, e tenho aqui, o senhor Presidente fala aí numa das alíneas, que obriga ao cumprimento da limpeza e eu pergunto, senhor Presidente, na reunião de Talhadas, se bem se lembra, disse que as limpezas eram responsabilidade da DGAL. Que nem sequer se intrometia nisso. As Juntas, se quisesse, que tratassem em Lisboa, que não era nada com a Câmara. Eu pergunto, o que é que o protocolo de limpezas que, neste momento, as competências foram transferidas do Município para a DGAL, a Junta recebe da DGAL e eu pergunto porque razão é que eu agora tenho que, entre aspas, dar resposta à Câmara sobre isto se a Câmara não tem, neste momento, entre aspas, nada a ver. Agora é assim, o que é que eu lhe digo? Se está limpo, se não está limpo? Eu vou-lhe dizer, completamente de acordo, acho que isso é uma questão de avaliação dos presidentes de Junta. Senhor Presidente, era isso que eu gostava que me esclarecesse, é o porquê de obrigar ao cumprimento das limpezas, e mais, com fiscalização ou com vistoria, salvo erro. É que, se isso é a DGAL, a DGAL que venha às Talhadas, ou que venha a uma freguesia qualquer, avaliar se está ou não está realizado. Agora, a Câmara intrometer-se nisso por causa dos investimentos? Se a responsabilidade já não é da Câmara, portanto, a DGAL, no fundo, é que tem a responsabilidade de avaliar se o dinheiro está ou não está a ser bem aplicado e consoante aquilo para o qual ele foi disponibilizado. Senhor Presidente, eu gostava de saber, uma vez que eu não fui tido nem achado nisto e uma vez que está aqui mencionado que as Juntas de Freguesia foram tidas em consideração, portanto, a proposta foi submetida e auscultada pelas Freguesias, eu pergunto, eu como não sei de nada, nem fui tido nem achado, gostava que me esclarecesse. Obrigado, senhor Presidente.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra a Sérgio Silva.-----
Sérgio Silva – Obrigado, senhor Presidente e obrigado pela introdução, pelo alerta, ou chamada de atenção, mas tudo o que eu já vi neste concelho, também não é este ponto que colocará em causa a minha saída desta sala. Para esclarecer o senhor Presidente da Junta de Talhadas, a Junta de Freguesia de Couto de Esteves não tem nenhum engenheiro civil nos quadros, até porque também não precisa porque também só faz obras pequeninas. O orçamento também é pequeno, mas vamos ter uma dificuldade, é que não temos orçamento para andar com o dinheiro à frente. Isso é logo a primeira dificuldade. Quanto à fiscalização das valetas também concordo. Depois que houve a delegação de competências,

nós nem temos que fazer relatórios para a Câmara, mas a Câmara agora também tem tantos técnicos que meta alguns técnicos no terreno a fazer essa fiscalização, ou o senhor Presidente, quando andar a passear, salve seja, com todo o respeito, a circular pelo concelho, que verifique porque nós, Junta de Freguesia, o que não nos falta é trabalhos e relatórios e mais *relatoriosinhos* e e-mails para a Câmara. Quando mandamos um e-mail para a Câmara, a resposta só vem a dizer que o e-mail vai ser reencaminhado. Quando é para pedir às Juntas, temos que fazer relatórios e mais relatórios. Mas, queria começar por dizer que apresentar aqui um regulamento de apoio às freguesias, sem antes ter conversado ou discutido o mesmo com as freguesias é, no mínimo, deselegante, senhor Presidente da Câmara. Depois quero dizer que este é um ponto onde se nota, realmente, o desnorte deste executivo. Por um lado, aumentam em 2022 os apoios às freguesias, aliviando assim o trabalho dos procedimentos na Câmara, por outro lado cada vez mais metem técnicos e mais técnicos superiores nos quadros da Câmara, quando o trabalho tem que ser cada vez menos porque grande parte do dinheiro foi dado às Juntas de Freguesia para obras que as Juntas de Freguesia, pelo que eu penso, têm feito realmente essas pequenas obras. Relativamente ao regulamento, consegui ler que as Juntas de Freguesia vão fazer a candidatura aos investimentos e que a Câmara, sob proposta do seu Presidente, escolherá aquelas obras que poderão ser objeto de comparticipação por parte do Município, com o compromisso da freguesia as realizar até ao final de cada ano económico. O senhor Presidente de Câmara, o senhor escreveu este artigo, foi a brincar, a sério, ou é mesmo só para dizer mostrar quem é que manda? E, já agora, se o senhor é que vai escolher, diga qual é o critério da escolha das obras. Disse.-----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra a João Oliveira.-----

João Oliveira – Mais uma vez, obrigado. Ao que julgo saber, há cerca de um ano houve uma formação para a preparação da candidatura de cada obra e do relatório final. Entretanto, o regulamento sofreu alterações. A preparação destas candidaturas é algo a que as Juntas de Freguesia não estão habituadas, não estão preparadas e não têm pessoal habilitado. Face à situação e porque nem as Juntas de Freguesia, nem a Câmara Municipal querem ter problemas com a falta ou a incorreta execução destes documentos, penso que será de fazer mais formação e dos responsáveis das Juntas de Freguesia terem alguém na Câmara Municipal a quem se dirigir para auxílio na preparação destes processos. Sugiro ainda que sejam efetuadas pela Câmara Municipal minutas tipo de alguns destes documentos e entregues às Juntas de Freguesia. Está a Câmara Municipal na disposição de prestar este auxílio às Juntas de Freguesia? Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Câmara tem a palavra, se entender, para responder às questões colocadas.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos de há pouco. Senhores presidentes de Junta, o Regulamento de Apoio às Freguesias não é mais do que a transcrição, para um papel, daquilo que a lei obriga. Eu não inventei as regras. São regras a que vocês todos estão obrigados e eu achava que vocês todos sabiam disso. No decorrer deste ano, apercebi-me que vocês não sabiam e, então, para que não houvesse dúvidas, eu decidi colocar no regulamento as regras a que vocês estão obrigados. Para que fique claro, as Juntas de Freguesia estão obrigadas às mesmas regras de procedimentos que a Câmara Municipal está. Eu, ainda há pouco, vos disse que a Câmara Municipal deixou de receber dezenas de milhares de euros de candidaturas aprovadas no anterior executivo, pelo facto de não ter feito os procedimentos da forma correta. Vocês podem colocar as questões que quiserem e dizer se precisam de um engenheiro e dizer se precisam disto, mas não é comigo. É a lei que diz. Se vocês fazem uma obra que necessite de fiscalização de um engenheiro civil, vocês têm que ter um engenheiro civil. Se for uma obra pequena que não necessite, não necessita. Mas, antes disso, eu queria só vos dizer o seguinte: eu, o ano passado, confiei em vocês de forma absolutamente cega. Eu, o ano passado, pus as mãos no fogo por vocês. Eu, no ano passado, disse-vos “*eu vou vos dar setenta e cinco mil euros*”. Eu estou a falar como

Presidente da Câmara. *“A Câmara Municipal vai vos dar eu vou vos dar setenta e cinco mil euros e os senhores vão cumprir com o protocolo que assinarem connosco. Quem cumprir o protocolo, no ano a seguir volta a repetir o protocolo, quem não cumprir com o protocolo recebe zero.”* É verdade ou não é verdade? Eu pensava que era com isso que vocês estavam preocupados. Relativamente às leis, isto é muito simples. O Regulamento de Apoio às Freguesias, e vocês foram ouvidos porque vocês tiveram uma reunião com o senhor Vice-Presidente, com a senhora Vereadora Paula Coutinho, com a Dr.^a Luísa Pereira, em que falaram de diversas coisas, nomeadamente no Regulamento de Apoio às Freguesias. No que diz respeito às obras escolhidas, este dinheiro, que fique muito claro para todos, vocês sabem de quem é. É da Câmara. Então, e o senhor acha que a Câmara não tem o direito de ter uma opinião sobre a forma como o dinheiro é gasto? Eu não estou a opinar sobre as vossas verbas próprias. Já agora, deixem-me explicar, para que fique claro, de que é que vivem as Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia vivem, em primeiro lugar, do FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro. A Freguesia de Couto de Esteves recebeu do FEF, no ano passado, € 36 397,00, mais um adicional € 22 766,00, o que dá um total de € 59 163,00 para as suas despesas. Está aqui escrito. Fez o que quis com este dinheiro. Não sei o que é que fez. Se calhar, não fez nada. Não faço ideia. Depois, recebe de despesas próprias que têm. Depois, recebe de um auto de transferência de competências e recursos dezenas de milhares de euros. E, nos passeios que eu dou aqui pela vila, sabe o que é que eu vejo? É que a freguesia de Couto de Esteves nunca esteve tão suja. É que não há limpeza na freguesia de Couto de Esteves. Num acordo feito com o meu antecessor, com o qual eu não concordo. Basta ver a zona de fruição de Couto de Esteves que o senhor assinou que ia limpar. Portanto, tem que haver fiscalização. Sabem porquê? Porque este dinheiro que vem da DGAL, sabem de onde é que vem? Vem da Câmara Municipal. É dinheiro que é transferido diretamente da DGAL, mas que pertence à Câmara Municipal e a Câmara Municipal, enquanto eu for o Presidente, eu acho que nós temos o direito de, quando vemos as freguesias todas sujas e por limpar, e os senhores recebem dezenas de milhares de euros, e não me refiro a todos, obviamente, para que seja claro que refiro-me, por exemplo, ao senhor Sérgio Silva. Porque o senhor Sousa, o senhor limpa. Mas, o senhor Sérgio Silva tem o Couto como eu nunca vi. Tem o Couto que é uma vergonha e também já lhe digo uma coisa – não se pode, unilateralmente, rescindir o contrato. Ou se faz por comum acordo ou se faz em tribunal porque, se se rescindisse unilateralmente o contrato, eu já o tinha feito consigo porque o senhor não merece um cêntimo das dezenas de milhares de euros que recebe. E, também lhe digo, nas voltas que dou ao Couto, é incrível a quantidade de vezes que eu paro e me dizem assim *“o senhor Presidente da Junta diz que a Câmara não limpa”*. A culpa é sempre do Presidente da Câmara no Couto de Esteves. Felizmente, colocou-se no jornal e toda a gente ficou esclarecida e toda a gente hoje sabe como é que o dinheiro no Couto de Esteves é aplicado. Portanto, tem que haver fiscalização e a forma que nós encontramos de haver fiscalização é, por exemplo, neste protocolo do Regulamento de Apoio às Freguesias se fazer isso. relativamente às faturas, quando nós fazemos uma candidatura, e todos vocês já fizeram candidaturas, seja nas Freguesias, seja a nível próprio, há uma série de procedimentos que se têm que fazer. Não é mandar uma fotografia, pôr o valor dizer *“gastei este valor e fiz publicidade no Facebook”*, que é isso que o senhor Sérgio Silva faz. Não. O senhor tem que dizer o procedimento que fez, o senhor tem que mostrar o mapa de trabalhos e quantidades, o senhor tem que mostrar a fatura, o senhor tem que mostrar o comprovativo de pagamento. Não é porque eu não confio em si. É porque é de lei. É porque é de lei. Quanto à questão do dinheiro, deixe-me também dizer-lhe o seguinte: o dinheiro que o senhor recebe do auto de transferência de competências e de recursos é para limpezas. Não é para andar a comprar redes para proteger dos javalis. Não é para andar a comprar materiais. E eu posso, desde já, lhe dizer que, em janeiro, o senhor receberá um pedido para apresentar todas as faturas que o senhor fez das limpezas na Junta de Freguesia do Couto e eu espero que o senhor tenha cumprido. Relativamente ao Regulamento de Apoio

às Freguesias, como eu já expliquei, e de uma vez por todas, a Câmara Municipal tem um orçamento de sempre para gastar e eu assumi um compromisso de cumprir com a minha palavra. Se nós temos uma redução de quinhentos mil euros, que corresponde a uma redução de 5%, por exemplo, o que era normal era eu chegar à vossa beira e dizer *“nós temos uma redução de 15%, vamos reduzir na transferência para as Juntas de Freguesia de 15%”*. Mas, não. Mantivemos os setenta e cinco mil euros, mas a Câmara tem todo o direito de se pronunciar sobre os investimentos que fazem. Se não, vamos ter, como na Junta do Couto, fontanários em todo o lado e vamos ter a estrada da Alinhada toda esburacada e eu não quero isso. Se o dinheiro é da Câmara, se o dinheiro é de todos, e se as pessoas foi em nós que confiaram para o gerir, nós temos o direito de opinar sobre as obras que são escolhidas. Agora, cabe a vocês escolher. Portanto, aquilo que nós nos propomos é trabalhar em conjunto, em decidir as obras em conjunto. Relativamente aos procedimentos, se vocês verificarem que não conseguem proceder aos procedimentos, através de protocolo pode-se, com a Câmara Municipal, fazer um protocolo em que pode ser a Câmara Municipal a fazer as obras nas obras mais complexas. Porque não? A garantia é que, pelo menos, na pior das hipóteses, a União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas e a União das Freguesias de Cedrim e Paradela sabe que vai ter um investimento de cento e cinquenta mil euros na sua freguesia. Na pior das hipóteses. Coisa que antes não sabia. Por isso, quando me dizem *“nós não nos sentamos para discutir o orçamento”*, nós vamos sentar-nos para discutir o orçamento. Nós vamos nos sentar para decidir as obras que têm que ser feitas, que não têm que ser feitas, o que é que é preciso, o que é que não é preciso. Agora, numa altura tão instável como esta, é difícil. Não faz sentido estarmos a pôr aqui uma obrinha com cinco euros para o Presidente de Junta ir votar e dizer *“está aqui a minha obra”*. Para quê? Para depois não se fazer? Para andar a enganar as pessoas? Agora, repetindo, as Juntas têm os seus orçamentos próprios e com os seus orçamentos próprios, por exemplo, a Junta de Freguesia de Talhadas tem verbas próprias, até avultadas, segundo sei, nomeadamente da feira, dos baldios, tem dinheiro. Pronto, não sei. Pensei que lhe dessem alguma coisa de vez em quando. Se não dão, digolhe já que deviam dar. Os procedimentos é uma obrigação. Se me perguntarem se faz algum sentido, eu sou o primeiro a dizer-vos que não, que as Juntas possivelmente não têm capacidade para fazer estes procedimentos todos, mas é a lei que obriga e todos nós sabemos que a Câmara Municipal, se não for este ano, para o ano, com tantos amigos que eu tenho, vai ser inspecionada. Portanto, quando for inspecionada, alguém vai chegar junto dos apoios às Freguesias e vai perguntar assim *“Ó senhor Presidente, o senhor Presidente transferiu setenta e cinco mil euros para a Freguesia xpto. Isto foi para quê?”* e eu vou-lhe dizer *“Olhe, foi para este investimento que é um fontanário não sei onde, foi para comprar uma casa aqui”, “Ai sim? Então, mostre-me a fatura do fontanário”, “Ai, eu não tenho”, “Ai não tem? Então, passe para cá o dinheiro do fontanário. Olhe, a escritura da casa?”, “Olhe, eu não tenho”, “Então, passe para cá o dinheiro da escritura da casa”*. Mas, vocês acham que eu sinto algum prazer em estar aqui a fazer um regulamento que eu sei que, muitos de vocês, vão-se ver gregos para cumprir? O que eu vos estou a dizer é que podem colaborar com a Câmara e, através de um protocolo, juntamente decidimos as obras, e eu até já falei com presidentes de Junta em quem só pediu uma coisa e disse *“até concordo com tudo, só quero aqui mais uma coisinha, vamos trabalhar juntos para que isso aconteça”*. Também sei que, muitas vezes, coloca-se um determinado número de obras e que setenta e cinco mil euros, no final do ano, não dá porque a inflação e a revisão de preços é uma coisa astronómica, mas isso é compreensível. Agora, quando se dão setenta e cinco mil euros e a pessoa em vez que fazer o que está no protocolo decide gastá-lo noutra coisa qualquer, eu não estou disponível para, quando tiver a inspeção que vou ter, não estou disponível porque nem sequer tenho dinheiro para isso, para repor o dinheiro que a Câmara andou a dar porque a responsabilidade é minha. Quanto à questão das limpezas, eu peço-vos imensa desculpa, mas eu sei como é que isto funciona. Tudo o que se passa neste concelho é culpa do Presidente da Câmara. Dá

sempre jeito. Se não se faz, é o Presidente da Câmara. É sempre. Portanto, quando eu vou a uma freguesia, se o Presidente da Junta, que tem a responsabilidade das limpezas das valetas e das bermas, que tem a responsabilidade dos espaços verdes, que tem a responsabilidade da manutenção do mobiliário urbano, que tem a responsabilidade das pequenas rotas dos PR e não o faz, aí tem que se ver comigo. Aí tem que se ver comigo e os protocolos têm que ser revistos. Eu já pedi aqui, ao senhor Vice-Presidente que os protocolos têm que ser revistos. Mas, há uma coisa que eu quero deixar bem claro. Eu assegurei, nós asseguramos, este executivo assegurou que não estava em causa a atribuição do dinheiro à Junta. O que está em causa é aquilo a que a lei obriga e a lei obriga a tudo isto. Relativamente aos fornecedores dos últimos três anos, eu vou-lhe explicar porque é que foi pedido. Tem a ver com situações como estas, há Juntas que trabalham com um programa informático e quando colocam lá no programa informático um determinado fornecedor, se passa o valor, o programa informático automaticamente informa. Tem a ver com o acumular dos últimos três anos. Mas, há juntas que não trabalham com um programa informático. Se não trabalham, vão ter que começar a trabalhar e é importante que percebem que é um acumular que, no final dos três anos, o cumulativo não pode ultrapassar aquele valor. É uma proteção para vocês e é uma proteção para mim. Agora, eu estou aqui para ajudar. A lei é esta. Eu não inventei nada. Está aqui. Não sei o que é que o senhor António Dias tem perguntado mais. Os prazos de pagamento. Olhe, porque é que nós optamos por esta situação? Nós optamos por esta situação precisamente porque é uma forma porque é assim também connosco, com a Câmara Municipal. A Câmara Municipal, quando faz as obras no âmbito de uma candidatura, avança com o dinheiro e depois de apresentar o procedimento, de apresentar a fatura e de apresentar o pagamento é que recebe o dinheiro de volta. Há uma coisa, por exemplo, que vocês, não sei se sabem que são obrigados, mas quando vocês fazem uma transferência para uma empresa vocês são obrigados a pedir certidão de não dívida às Finanças, certidão de não dívida à Segurança Social, isso está aí escrito. Agora, a pergunta do técnico, a maior parte das obras que vocês fazem não é preciso técnico nenhum. A maior parte não precisa. Não está aqui em causa o dinheiro para atribuir às Juntas, não está aqui em causa deixar de fazer obras nas Juntas. O que está aqui em causa é uma proteção para vocês e uma proteção para nós para que a lei se aplique e para que, uma vez por todas, os compromissos que são assumidos no papel sejam cumpridos. Portanto, no final, se vocês aprovarem o Regulamento de Apoio às Freguesias, nós juntos sentar-nos-emos e discutiremos, certamente, as necessidades da Freguesia, penso eu, logo no início de janeiro. Mas, também se não aprovarem, nós juntos, na mesma, sentar-nos-emos e discutiremos as necessidades da Freguesia, que é para isso que cá estamos. Agora, percebam, de uma vez por todas, que isto não é uma invenção deste executivo, que isto não é uma ideia de que nos lembramos de pedir. Isto está na lei. É uma defesa para vocês e é uma defesa para nós. Eu sempre assumi que vocês sabiam. Percebi, ao longo do ano, que vocês não sabiam. E não é vergonha nenhuma um Presidente de Junta, que quer fazer uma obra, chegar junto da Câmara e dizer *“Eu quero fazer esta obra, a Câmara concorda com a obra, mas eu não tenho os meios para fazer esta obra. Vamos fazer um protocolo com a Câmara Municipal para a Câmara Municipal executar a obra”*. Se a Câmara tem técnicos, ao contrário do que ali o senhor Sérgio Silva, há de me dizer, nós temos mais um engenheiro florestal, temos mais um fiscal, não estou a ver mais técnicos. Eu não estou a ver, mas se calhar o senhor Sérgio Silva, como passa tanto tempo na Câmara, vai lá tantas vezes, se calhar vê pessoas que pensa que trabalham lá e não trabalham. Não sei. Estou aqui disponível para responder às vossas dúvidas.-----
Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Sérgio Silva. **Sérgio Silva** – Muito obrigado, senhor Presidente. Eu adoro a obsessão que o senhor Presidente da Câmara tem pela freguesia de Couto de Esteves. Realmente, estamos a falar aqui de um regulamento e vai sempre parar à freguesia de Couto de Esteves. Senhor Presidente, nós sabemos, há muitos anos, quais são as leis a cumprir.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Peço silêncio na sala, se faz favor. A reunião ainda não terminou.-----

Sérgio Silva – Nós também percebemos, também sabemos e também conhecemos a lei. Não precisamos de aulas de direito, nem de aulas de política, nem de autarquias locais, nem de nada disso e todos nós sabemos que o dinheiro que é atribuído às Juntas de Freguesia é para pequenas obras porque nós não temos, realmente, técnicos para isso. Agora, o senhor é que, no ano passado, e com uma estratégia também muito interessante, que eu percebi, que era de distribuir dinheiro pelas Freguesias e depois ir lá inaugurar obras, foi uma estratégia que correu um bocadito mal, não funcionou muito bem porque aquilo são obras que nós, Juntas de Freguesia, fazemos com pouquinho dinheiro. Agora, se a Junta do Couto gasta em fontanários, ou gasta no que quer que seja, os relatórios das candidaturas foram apresentados à Câmara e foram aprovadas por esta Câmara e o dinheiro foi dado por esta Câmara. Agora, se o senhor tem inveja dos fontanários bonitos que são feitos em Couto de Esteves, isso é outro problema. Nós gastamos em fontanários, empedramentos para casa das pessoas, muros de suporte em vias de comunicação que devia ser a Câmara a fazer e muito mais coisas. O senhor gasta em camiões da SIC e naquilo que entende com o dinheiro que lhe é dado, que é o dinheiro de todos nós, do povo, dos impostos. Se é da Câmara, se é da Junta, é o dinheiro dos impostos. Para terminar, e tenho mesmo que terminar e ficar incomodado por falar tanto em Couto de Esteves e nas valetas de Couto de Esteves que são limpas todos os anos. Claro que, se lá for hoje e com o temporal que estive nos últimos quinze dias, claro que as valetas estão com caruma e com cascas de pinheiro, porque é uma freguesia rural como o senhor sabe. Olhe, eu não sei por que estrada é que veio para aqui, mas olhe que a estrada principal de acesso a Couto de Esteves não é limpa há três anos. E isso aí é que o senhor devia começar a fiscalizar, uma das principais entradas e saídas de Couto de Esteves. Três anos que aquela estrada não é limpa, a municipal 569. Comece a fiscalizar essas estradas, senhor Presidente. Não me vou adiantar muito mais. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Penso que estarão terminadas as intervenções.----

Presidente da Câmara Municipal – Eu gostaria de falar.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Eu vou só lembrar o seguinte, a reunião não terá mais que cinco horas, portanto, se não concluirmos, eu vou interromper os trabalhos. Tem a palavra. Ainda tem tempo.-----

Presidente da Câmara Municipal – É muito rápido. Eu, de facto, gosto particularmente da freguesia de Couto de Esteves e, se calhar prejudico, por isso, as restantes freguesias, confesso, porque é a freguesia da minha família. Agora, em relação aos fontanários, quero-lhe dizer que...-----

Presidente da Assembleia Municipal – Terminou o seu tempo, senhor Presidente.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu vou ser muito rápido. Quero-lhe dizer que o parque infantil que o senhor fez, na zona que fez, de facto foi um excelente investimento porque vai ficar novo muito tempo porque não tem lá crianças nenhuma, portanto, foi uma excelente escolha. Relativamente à estrada, eu não percebo. O senhor não sabe, por acaso, que é o senhor que a tem que limpar?-----

Presidente da Assembleia Municipal – Evitem o diálogo. Senhor Presidente, conclua, se faz favor.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu acho engraçado. É que, agora é a Câmara que tem responsabilidades. Então, se o senhor recebe dinheiro para limpar e agora é a Câmara que tem que limpar. Então, o senhor, de uma vez, chegue junto da Câmara e diga “*eu sou incompetente para assumir este auto de transferência*”.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Eu peço desculpa. Eu peço disciplina nos trabalhos, se fazem favor. Senhor Presidente, faça o favor de concluir.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu acho que, de uma vez por todas, é aquilo que devia acontecer para evitarmos... Relativamente ao camião Domingão, foi visto por milhões de espetadores. Sabe o único sítio onde não foi? Onde eu queria levar? À zona

de fruição do Couto. Sabe porquê? Nós íamos lá filmar. Sabe porquê? Porque o senhor não tem vergonha nenhuma e não limpou. Porque o Couto está uma miséria. Porque o senhor não limpa. Use o dinheiro que recebe para as limpezas.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente, vai-me desculpar. Nós já ouvimos essa explicação. Não adianta repetir a todo o momento que intervém. Conclua, se faz favor.-----

Presidente da Câmara Municipal – O Regulamento de Apoio às Freguesias é este. É esta a nossa proposta. Estamos recetivos para colaborar com todas as Freguesias. Queremos trabalhar com vocês no sentido do melhoramento das freguesias. Quem quiser colaborar connosco de boa-fé, estamos de braços abertos. Quem quiser vir para aqui maldizer, envenenar, pôr uns contra os outros, acho que deve escolher outro sítio. Muito obrigado.-----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto à votação. O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a alteração ao Regulamento de Apoio às Freguesias, tendo sido obtido o resultado seguinte:-----

Vinte e três votos a favor – Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

Três abstenções – António Dias, Elga Silva e Sérgio Silva.-----

Presidente da Câmara Municipal – Senhor Presidente, se me permite só fazer uma questão.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Sobre que ponto?-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu vou-lhe enviar, na segunda-feira, o auto de transferência de competências juntamente com as estradas a que o senhor Presidente da Junta de Couto de Esteves é obrigado a limpar porque ele parece que não sabe quais são.---

Presidente da Assembleia Municipal – Esse ponto já acabou, senhor Presidente da Câmara. Muito obrigado.-----

Presidente da Câmara Municipal – É só para esclarecer.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Pode mandar os documentos que entender para o Presidente da Assembleia Municipal para esclarecimento que eu agradeço.-----

Presidente da Câmara Municipal – E o senhor faça chegar até ele porque se for eu a mandar ele ainda diz que eu não mandei. Portanto, faça-me esse favor.-----

3.6 Auditor Externo – Nomeação: - Para efeitos do previsto no n.º 1 do artigo 77º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão executivo propôs à Assembleia Municipal a nomeação da sociedade Kreston e Associados SROC, Lda., como auditor externo e responsável pela certificação legal das contas do Município. O Presidente da Assembleia Municipal perguntou se o Presidente da Câmara Municipal queria fazer a introdução do ponto.-----

Presidente da Câmara Municipal – Remeto para os documentos apresentados. Foram consultadas dez entidades e ganhou aquela que apresentou o melhor preço.-----

O Presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções. Não havendo qualquer inscrição para o mesmo, colocou este ponto à votação. O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a nomeação da sociedade Kreston e Associados SROC, Lda., como auditor externo e responsável pela certificação legal das contas do Município, tendo sido obtido o resultado seguinte:-----

Vinte e quatro votos a favor – Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Sandra Pereira, Sérgio Silva, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

Dois abstenções – João Oliveira e Renata Marques.-----

3.7 Transferência da Exploração da Água e do Saneamento da União das Freguesias de Cedrim e Paradela do Município para a AdRA:

- Foi presente um pedido, da Câmara Municipal, para autorização da celebração do contrato de concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento da União das Freguesias de Cedrim e Paradela, para a AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A., incluindo a cedência de infraestruturas de águas nas freguesias de Cedrim e Paradela.-----

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se queria introduzir o ponto.-----

Presidente da Câmara Municipal – Sim, senhor Presidente. O presidente da União das Freguesias de Cedrim e Paradela veio manifestar a sua impossibilidade de continuar a assegurar o abastecimento de água. Em 2009, o executivo da altura, optou por celebrar um contrato com a AdRA para o abastecimento de água de algumas freguesias do concelho. Desde essa data, o Município não investiu em equipamentos, meios humanos e recursos para dar resposta às exigências do serviço de abastecimento de água pública com qualidade. Assim, para que o abastecimento de água possa ser feito na União das freguesias de Cedrim e Paradela, mostra-se necessário manter a política iniciada em 2009 e que consideramos ser irreversível neste momento, transferindo para a AdRA tal competência e outorgando o aditamento necessário. Sobre este ponto, eu só gostaria de dizer o seguinte: na minha opinião, a água deveria permanecer na Câmara Municipal. Contudo, isso era há vinte anos atrás, portanto, a Câmara Municipal perdeu uma oportunidade, sobretudo na altura em que havia fundos comunitários e financiamento a cem por cento, de fazer a exploração da água e do saneamento aqui no concelho. Infelizmente, nesta altura, parece-me que é irreversível porque a Câmara Municipal não tem, seguramente, o dinheiro para manter uma estrutura destas. A Junta de Freguesia muito menos. Portanto, a nossa proposta é esta porque, de facto, parece-nos irreversível esta decisão e sendo certo que temos tido muita preocupação com algumas análises de água que nos têm chegado, que revela água não potável, e sabemos que, com as bactérias que têm, poderão pôr em causa, inclusive a vida humana. Portanto, não tenho muito mais a dizer sobre isto. É quase um mal necessário, mas não me parece haver outra possibilidade. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

O Presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo dado a palavra a António Dias.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, sintam-se cumprimentados na sua pessoa. Mais uma vez, senhor Presidente, como o senhor Presidente disse aqui, e muito bem, isto é quase como dizer o que nasce torto jamais ou nunca se endireita. Como é do conhecimento de todos, há várias décadas que as Juntas de Freguesia fornecem água canalizada aos seus habitantes. Estamos a falar aqui de exemplo da Junta de Freguesia de Rocas que ainda tem água e, pelo menos, ainda abastece alguns habitantes. Todos os investimentos realizados durante estas décadas foram realizados com a ajuda das pessoas, das freguesias e do orçamento das respetivas Juntas de Freguesia. Tratou-se de um custo de oportunidade que as Juntas de Freguesia suportaram para poderem servir um bem essencial a todas as pessoas da sua freguesia, impossibilitando-as de realizarem outros investimentos e benfeitorias. Ora, estes investimentos têm o seu valor e, como sabem, estamos a votar uma transferência de estruturas e direitos, entrega gratuita de nascentes e depósitos de água, canalizações e ramais de ligação, sem qualquer contrapartida financeira, ou outra, para a União das Freguesias de Cedrim e Paradela ao Município de Sever do Vouga e conseqüente transferência para a AdRA por um prazo de cinquenta anos. Pergunto, possivelmente muitos de nós já cá não estarão daqui a cinquenta anos. Mas, alguém pode assinar uma cedência destas gratuitamente e por cinquenta anos? Onde está o interesse público e a boa gestão pública? Daqui a cinquenta anos a maioria de nós já cá não está, ou seja, estamos a impossibilitar as gerações vindouras de um tão importante e essencial bem como a água que bebemos das torneiras. Estão a ceder o património de uma freguesia que consta, ou deve constar, dos seus inventários, gratuitamente, sem realizar

uma avaliação patrimonial. Senhor Presidente da Câmara, gostava aqui que me esclarecesse qual é o valor do património que vai ser cedido pela Junta de Freguesia, uma vez que, pelo menos, reservatórios, ramais e por aí fora, tem que ser uma avaliação patrimonial. Estamos a falar de um inventário e eu pergunto com é que vão dar saída daquele inventário da Junta de Freguesia. Essa é a primeira questão e é uma questão, se calhar, senhor Presidente da Assembleia, para enviar ao Tribunal de Contas. Portanto, há inventário que consta da Junta de Freguesia e que vai ser cedido, gratuitamente, e eu pergunto como é que vão justificar isso contabilisticamente. É uma questão, senhor Presidente, que eu gostava que, se possível, remetesse ao Tribunal de Contas. A seguir, por exemplo, se as pessoas trabalham fora do concelho, e têm cá um custo de vida igual a concelhos como Albergaria-a-Velha, Oliveira de Frades, Vale de Cambra, Águeda, Viseu, Aveiro, o que é que vêm cá fazer? Vêm cá dormir e têm o mesmo custo de vida que têm lá? Então, não vêm. Isto aumenta o êxodo. A água é um dos últimos fatores positivos que podemos oferecer, uma vez que, felizmente, no nosso concelho temos uma grande riqueza natural e, bem aproveitada pelas freguesias, poderá oferecer um preço mais baixo e com rendimentos para estas. Vejamos os casos de câmaras aqui bem próximas. A Câmara de Vale de Cambra, a Câmara de Anadia, que têm um sistema próprio de abastecimento de água e de saneamento e que oferecem aos seus munícipes preços mais baixos e excelentes receitas para a sua gestão. Veja-se o exemplo, senhor Presidente, há vários anos, a Câmara de Anadia, já em 2005, era das câmaras que tinha um prazo médio de pagamentos mais baixo do país e uma vez questioneei o senhor doutor Manuel Soares e ele disse-me que uma das causas é a água porque eles tinham a receita da água e conseguiam gerir isso muito bem. Várias vezes vamos ouvindo, por aí, “não podemos fazer nada”, “eu vou responder”, “quem quer assumir as responsabilidades que deixe trabalhar quem as quer assumir”, ou seja, quem não quer assumir as responsabilidades que deixe assumir quem as quer. É o que eu digo. Não tenho nada contra o senhor Presidente da Junta, mas se há, neste momento, um processo de desunião de freguesias, se calhar era de bom tom entregar, por exemplo, Paradela e deixar Cedrim, e deixar Cedrim para quem vier a seguir. Caso contrário, não pediam a desunião de freguesias. Fui informado, recentemente, pelo senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga que decorre um processo, no Tribunal de Águeda, a qual dei conhecimento aos senhores membros desta assembleia. Enviei um e-mail com esse conhecimento de uma carta que ele recebeu. A Junta de Freguesia de Talhadas não recebeu, mas sei que o senhor Presidente da Junta de Paradela recebeu, mas que não disse nada a ninguém. Ninguém de nós sabia. O Ministério Público pronunciou-se e diz assim *“concluindo que não se afigura ilegal o abastecimento público que está a ser levado a cabo pela União das Freguesias da Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, Freguesia de Talhadas e União das Freguesias de Cedrim e Paradela, tudo no quadro das competências atribuídas pelo Regime Jurídico das Autarquias Locais e, assim sendo, nesta matéria, nenhuma legitimidade legal emerge que legitime qualquer ação pública”*, ou seja, o Ministério Público já se colocou fora do processo e disse, sim senhora, as Juntas de Freguesia podem ter abastecimento público de água. Portanto, aquilo que se dizia, há uns anos atrás, pelo menos o Ministério Público já disse, não senhor, ao abrigo do Regime Jurídico das Autarquias Locais, as Juntas de Freguesia podem ter o abastecimento. Termina, senhor Presidente, para não me alongar mais, afirmando-vos que a água é o ouro do futuro. Tal é a sua escassez e falta de qualidade, pelo que temos aqui uma grande riqueza que devíamos e devemos preservar. Obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Sérgio Silva.-----
Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente. Eu sei que a hora vai adiantada, mas espero que neste ponto não se fale da freguesia de Couto de Esteves, é a de Cedrim e Paradela que está aqui em causa. A água é um bem essencial para os cidadãos e, em Sever do Vouga, este é um bem que felizmente existe em abundância. Privatizar água, num concelho onde ela tanto abunda, é estar a dar o ouro ao bandido. Durante décadas os

nossos antepassados exploraram a água, construíram condutas e distribuíram-na pela população e hoje de uma hora para outra vamos entregar, ao desbarato, aquilo que tanto custou aos nossos antepassados. Senhor Presidente de Câmara, devia seguir o bom exemplo da freguesia de Talhadas e segurar a nossa água no nosso município. Devia mesmo começar por aí. Talhadas, Cedrim e Paradela e constituir uma empresa municipal de águas, e a estas, juntar as águas daqui da freguesia de Rocas, que estão, neste momento, na posse da Câmara e seguidamente reverter as águas de todas as freguesias que entregaram à AdRA. Talvez se tirasse de umas rubricas e metesse noutras, conseguisse arranjar aqui algum dinheiro para constituir essa empresa e, depois, bem gerida, seria uma boa fonte de rendimento para o município, onde a água abunda. Disse.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra a José Sousa.-----

Presidente da Câmara Municipal – Senhor Presidente, deixe-me só fazer um esclarecimento.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não. No fim esclarece, senhor Presidente.-----

Presidente da Câmara Municipal – Mas, é que é mesmo importante.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Está bem, mas no fim esclarece. Vamos seguir alguma ordem. Vai-me desculpar, mas vamos seguir a ordem que está estabelecida.-----

José Sousa – Transferência da água para a AdRA - Junta de Freguesia para o Município e do Município para a AdRA. Este foi um assunto muito debatido na minha freguesia e que se arrastou durante vários anos. Tudo começou em 2006, ainda era eu o Tesoureiro na Junta de Freguesia de Paradela. No início do ano de 2016, já com a União das Freguesias Cedrim e Paradela, foi organizada uma sessão de esclarecimento onde estiveram presentes diversas entidades, Ersar e Município. Esta sessão de esclarecimento ocorreu no edifício da Junta de Freguesia de Cedrim com o intuito de esclarecer toda a população, tanto de Cedrim como de Paradela acerca deste assunto, permitindo assim esclarecer e clarificar todas as dúvidas. Posteriormente a isto, o assunto continua a ser analisado e debatido pelos membros do executivo e da Assembleia de Freguesia em consecutivas reuniões. Em reunião do executivo, em 06 de abril de 2016, foi aprovado a entrega da gestão e distribuição da água ao Município. Em reunião de Assembleia de Freguesia de 30 de abril de 2016, foi aprovado a entrega da gestão e distribuição da água ao Município. Não é o Sousa que está a entregar a água. É o executivo e é a assembleia. Em reunião do executivo de 02 de novembro de 2016, foi aprovado o protocolo entre a Junta de Freguesia e o Município. Em reunião de Assembleia de Freguesia de 26 de setembro de 2020, foi aprovado o protocolo entre a Junta de Freguesia e o Município. Em 06 de dezembro de 2022, foi assinado o protocolo entre a Junta de Freguesia e o Município para a gestão e distribuição da água. É importante referir que se trata de uma situação de saúde pública. Atualmente, não dispomos de meios técnicos, financeiros e humanos capazes de garantir que a água que corre, todos os dias, nas torneiras dos chafarizes e nas habitações, é de qualidade e isso preocupa-nos. Só de imaginar que se venha a verificar que um habitante se encontra com um problema de saúde e que este está relacionado com o consumo de água imprópria para consumo preocupa-nos. É esta a razão pelo qual nos sentimos incapazes de continuar a disponibilizar este serviço. Atendendo ao facto que o Município também não dispõe de meios capazes de garantir este serviço, leva-nos a solicitar ao Município que esta gestão seja protocolada para a AdRA o mais breve possível, dando continuidade à gestão verificada no concelho. É tudo.-----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Eu apenas pedi para fazer um esclarecimento porque parece-me que há aqui um equívoco. É que nós não estamos a falar da transferência da água. Nós estamos a falar da transferência da exploração da água e do saneamento das freguesias de Cedrim e Paradela do Município para a AdRA. Eu pergunto, vocês têm saneamento? Vocês têm dinheiro para fazer saneamento? Era isso que eu queria explicar. É que estamos a falar de metade. É da água

e é do saneamento porque o problema nem é a água. O problema também é a água, mas o saneamento é que eu garanto-vos que a Câmara não tinha, de certeza, dinheiro nenhum para fazer o saneamento. Era só isto que eu queria dizer. Se o senhor me permitir, eu queria passar a palavra ao senhor Vice-Presidente para proceder a algumas explicações.----

O Presidente da Assembleia Municipal permitiu que o Vice-Presidente da Câmara Municipal interviesse.-----

Vice-Presidente da Câmara Municipal – Muito boa noite a todos. Cumprimentar todos, em primeiro lugar, e fazer aqui só dois ou três apontamentos relativos à água. Primeiro, a lei define, claramente, que só há duas entidades capazes de ter a gestão da água, que são os municípios ou as comunidades intermunicipais. Até ver, não existe força de lei que diga o contrário, apesar de, e segundo o que o senhor deputado António Dias, relembro que o senhor está nesta assembleia na qualidade de Presidente de Junta, não apresentou no referido despacho de um procurador nenhuma força de lei que nos diga, até ao momento, que isto é diferente. Esta é a primeira premissa. O senhor deputado António Dias esqueceu-se referir também que, no mesmo despacho, é referido o cumprimento de uma coisa fundamental que se chama o Plano de Controlo da Qualidade da Água que teria que ser submetido por cada uma destas entidades. Que eu sabia, até à data, a Junta de Freguesia de Talhadas nunca submeteu nenhum. Quem os está a fazer é o Município e, se a Junta de Talhadas se sente tão confortável com a situação da água, eu faço só a seguinte pergunta – porque é que, até hoje, nunca assinou o contrato intermunicipal para a gestão da água e para se afirmar, de facto, como gestor potencial da água e ter todas essas responsabilidades? Outra situação, eu confesso que eu ouvi, pela primeira vez, mas todo o seu discurso está, de facto, escrito há uns tempos atrás nesta Assembleia. Eu se cá não estivesse e o lesse ia ficar exatamente com a mesma sensação de hoje. Desculpe que lhe diga, ia contrapor aqui dois pontos. De facto, e disse, se as condições não forem diferentes para as pessoas que cá estão e forem diferentes noutros municípios elas sairão daqui para fora. Eu diria que a premissa ao contrário também é válida. Isto é, se não tivermos condições iguais a outros municípios, as pessoas dos outros municípios também não virão para aqui, nomeadamente no que respeita à qualidade da água. Depois, como o senhor Presidente disse, e bem, a oportunidade do Município gerir a água ocorreu no passado. Essa oportunidade, infelizmente, perdeu-se, pelo que temos que assumir uma definição que preserve os nossos e os nossos futuros. Isto é, ao instalarmos o nosso sistema de água com a qualidade controlada e o saneamento, ao contrário do que o senhor Presidente diz de estarmos a conceder aos nossos filhos uma responsabilidade acrescida, estamos também a preservar a água para que eles a possam beber no futuro. Temos também que crescer que a contrapartida fundamental que a AdRA oferece é, de facto, a instalação da rede de saneamento e a qualidade de água que vai conceder ao cidadão que a consumir. Obviamente que, dentro das possibilidades que a autarquia tem, é claro para todos que a autarquia não tem esta possibilidade de reverter e ser entidade gestora da água, pelo que a opção que nós temos, neste momento, e em face daquilo que foi solicitado pela Junta de Freguesia, é fazer com que a água possa ter a qualidade que todos os cidadãos têm direito quando à torneira vai buscar o seu copo de água. Por isso, temos que assumir que o primeiro fator de decisão será sempre a qualidade da água que nós colocamos na torneira lá de casa a todos que dela consomem e dela precisam. Esse é, seguramente, o interesse primário do Município, do executivo, mas fundamentalmente, e independentemente de qualquer executivo, é o interesse último e primário do consumidor que está lá em casa e é por isso que esta proposta foi apresentada à assembleia neste tempo e nesta altura. Espero que isto também seja uma chamada de atenção, para todos os municípios em Sever do Vouga, de valorizarem a questão da água que têm lá em casa. Não devemos nem podemos empurrar o problema com a barriga. Chegam horas de decisões e garanto-vos que a qualidade da água é fator fundamental para a vida humana, pelo que é hora de tomarmos as devidas decisões para o bem comum.-----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra a António Dias.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, sintam-se cumprimentados na sua pessoa. Senhor Vice-Presidente, já vi que o senhor leu bem. Não estava igual, mas estava parecido. Senhor Presidente, os PCQA estão a ser enviados pela Câmara porque a Câmara ainda não deixou a Junta porque, se a Câmara deixar a Junta, a Junta já contratou uma empresa para enviar os PCQA, só que é preciso as passwords que vocês têm em vossa posse e é o que está aí nesse relatório. Nesse relatório diz aí. Se as juntas não entregarem porque a Câmara não autoriza, a responsabilidade é das câmaras. Portanto, se o senhor me disser assim “*pode entregar os PCQA*”, eu nos próximos depois é fácil. A água das escolas é paga e eu, aí, vou buscar receita para pagar os PCQA todos. Portanto, isto é simples. Eu dou com uma e tiro com outra. Até agora, chafarizes todos gratuitos, escolas todas gratuitas, espaços públicos todos gratuitos, é fácil. Pago os PCQA, eu sei quanto eles custam, temos orçamento e a Câmara vai-nos pagar. É simples. Ou, então, não tem água. É muito fácil. Essa parte dos PCQA, senhor Vice-Presidente, que fique bem claro. A Junta não tem problema nenhum em cumprir com os PCQA. É o que falta. Neste momento, não falta, atenção. A Câmara tem enviado. Agora, é fácil. Eu vou buscar receita para cobrir essa despesa. Obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Creio que está concluído o debate sobre este assunto. O senhor Vice-Presidente pode responder.-----

Vice-Presidente da Câmara Municipal – Então, nesse caso, segunda ou terça-feira eu espero-o, no gabinete da Câmara Municipal, para assinar o contrato intermunicipal que lá está à sua espera já há uma série de tempo.-----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto à votação. O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a celebração do contrato de concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento da União das Freguesias de Cedrim e Paradela, para a AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A., incluindo a cedência de infraestruturas de águas nas freguesias de Cedrim e Paradela, tendo sido obtido o resultado seguinte:-----

Catorze votos a favor – Ana Silva, António Cruz, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, João Oliveira, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Renata Marques e Sérgio Silva.-----

Seis votos contra – Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, António Dias, Cláudia Cruz, Sandra Pereira e Vanessa Loureiro.-----

Três abstenções – Almiro Machado, Elga Silva e Isabel Tavares.-----

3.8 Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do Município de Sever do Vouga: - Foi apresentada a versão final do Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do Município de Sever do Vouga para efeitos de aprovação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se o Presidente da Câmara queria introduzir o ponto ou se remetia para os documentos.-----

Presidente da Câmara Municipal – Deixe-me só fazer um comentário. Estar na política, ou pelo menos como eu estou, não é para ser popular ou para andar a contar histórias. Há alturas em que nós temos que ser corajosos e falar a verdade às pessoas e a transferência da exploração da água e do saneamento.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente, vai-me desculpar, mas esse ponto já está concluído. Eu tenho que encerrar a reunião. Faça o favor de introduzir o ponto 3.8.-----

Presidente da Câmara Municipal – Foi algo inevitável e que, naturalmente, foi um ato de coragem que tivemos e estaremos aqui para ouvir as reclamações das pessoas. Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do Município de Sever do Vouga - A necessidade deste regulamento advém da transferência de competências na área da Ação social e foram cumpridas todas as formalidades legais e procedimentais para a aprovação do mesmo. Não tenho mais nada a dizer, senhor Presidente.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções, tendo concedido a palavra a Diana Paiva.-----

Diana Paiva – Senhor Presidente, muito obrigado. Este regulamento é só colocar no papel aquilo que já vem, efetivamente, a ser realizado pelo Município, mas atendendo que é a ação social, quero apelar aqui aos presentes e quem estiver lá em casa que possa, eventualmente, ver que, amanhã de manhã, às 09:30, vai existir uma caminhada solidária em que cada um deverá levar um bem alimentar para ajudar as pessoas mais desfavorecidas do concelho. Portanto, aproveitando este ponto, faço aqui este apelo. Amanhã de manhã, às 09:30, na ecopista, um bem alimentar e de adereço algo natalício. Penso que são seis quilómetros, três para um lado e três para o outro, portanto, também não é nada demais. Amanhã de manhã provavelmente vamo-nos encontrar. Boas festas a todos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto à votação. O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, com vinte e três votos a favor, a versão final do Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do Município de Sever do Vouga para subsequente publicação no Diário da República.-----

Vinte e dois votos a favor – Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Dias, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Renata Marques, Sandra Pereira e Sérgio Silva e Vanessa Loureiro.-----

-----4 – Período Destinado ao Público-----

Presidente da Assembleia Municipal – Por fim, temos o período destinado ao público. Eu quero apenas lembrar que estou já a utilizar aquela prerrogativa do n.º 9 do artigo 31º do Regimento que permite ao Presidente prolongar por mais meia hora, em casos excecionais, e quando se prevê que a reunião possa concluir nesse prazo. Estou já a utilizar esse ponto e, neste momento, se fosse rigoroso, tínhamos sete ou oito minutos. Tenho duas intervenções do público e eu chamava o senhor Acácio Rodrigues Barbosa. Devo dizer que este tempo irá ser dividido pelas duas intervenções que tenho registadas. Agradeço que sejam breves. Muito obrigado.-----

Acácio Rodrigues Barbosa – Boa tarde, senhor Presidente da Mesa da Assembleia. Boa tarde aos restantes membros da Mesa, ao senhor Presidente da Câmara e à vereação, aos senhores membros da Assembleia Municipal, senhores presidentes de Junta, público em geral, senhores jornalistas, uma boa tarde. Ora bem, venho aqui dizer apenas duas palavras e rápido porque fico feliz por ter aqui, hoje, uma assembleia na minha freguesia que é Rocas do Vouga. Agradeço, em primeiro lugar, ao Presidente da Assembleia por descentralizar as assembleias, que antigamente era quase sempre lá no salão nobre. Hoje, percorre-se as freguesias. Já há, pelo menos, um sinal de mudança. Mudou e mudou para melhor. A Câmara Municipal vem até às freguesias, é bom sinal. Queria, também, dizer ao senhor Presidente da Câmara, era para enumerar várias obras daqui da freguesia que urgem ser feitas, mas quero deixar isso para outra ocasião porque sei que o meu representante da freguesia, o Almiro, chateia-lhe a cabeça, não digo todos os dias, mas todas as semanas, pelo menos. Faz esse trabalho. Portanto, não quero estar aqui a repetir. Eu confio no Almiro e o Almiro disse-me uma coisa que eu continuo a acreditar nele. Na altura da campanha, disse ele “*se o povo de Rocas não votar em mim, perde uma oportunidade de saber aquilo que eu sou capaz de fazer*”. O povo de Rocas acredita em ti. Arregaça as mangas e trabalha que é preciso. Senhor Presidente da Câmara, quero também lhe dar os parabéns. O senhor, para mim, como pessoa, já estava num patamar elevado em termos de nota. Há dias, não sei se estaria alguém daqui lá, se não estava, mas no CAE fez lá um discurso que a sua cotação subiu bastante. No provérbio que se diz “pegou os touros pelos cornos”. Não teve medo de enfrentar gente que estava lá, deputados e não deputados, dizer-lhe aquilo que ia na alma, mandar um recado ao chefe do partido que representa e eu também represento. Mandou-lhe um recado e eu, agora há dias, ao saber

que ele estava em Castelo de Paiva fiquei triste quando o senhor disse “*diga ao Montenegro que Sever do Vouga também existe*”. E agora, há dias, ele estava em Castelo de Paiva e eu disse “*ele tem razão, vai para Castelo de Paiva, mas Sever do Vouga continua a ficar esquecido*”. Quero lhe dizer que aprecio muito o seu trabalho, a sua frontalidade. Eu também sou um bocado assim. É ser frontal, esclarecer as pessoas da situação da Câmara, das obras correntes. Eu vou-lhe fazer uma sugestão, vir com os presidentes de Junta fazer a reunião tudo bem, mas rodeie-se de um número de cidadãos para auscultar esses cidadãos, para os ouvir e para os esclarecer muitas situações que andam aí na praça pública e as pessoas não têm maneira de explicar. Tem que reunir com os partidos, tem que reunir com os presidentes de Junta, mas, acima de tudo, não é um conselho de Estado, porque isso era para o Presidente da República, o senhor chegará lá um dia, mas para agora arranja um conselho para estar ao seu lado, para o rodear de pessoas em quem confia e mãos ao leme. Agarre-se ao leme. Quem quiser entrar no seu navio está pronto a entrar e ajudá-lo que eu sei que o senhor vai ajudar Sever do Vouga no bom caminho. Vai ajudar a terra a progredir. Já agora, quero aproveitar, já que é uma época natalícia, e fiquei satisfeito por ser feita esta assembleia na época natalícia porque eu deduzo que, o Almiro já tem uma janela da Junta aberta, que o pai Natal vai-lhe encher o sapatinho de obras e de prendas. Para todos vós, um santo Natal, um ano de 2023 com muita esperança, diz que vai ser muito mau ou não muito mau, é preciso esperança, é a última a perder. Que haja saúde, que haja paz e Sever do Vouga em frente.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Luís Pedro Ribeiro Pinto Carneiro.-----

Luís Pedro Ribeiro Pinto Carneiro – Muito boa noite, senhor Presidente da Assembleia Geral, restante Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga e executivo, senhores presidentes de Junta, deputados municipais, público e comunicação social. Eu vou ser rápido porque só tenho aqui três ou quatro questões, mas antes queria só fazer aqui uma pequena intervenção. Hoje, conforme veem, eu estou aqui como sócio-gerente da Turnauga. Estou vestido à Turnauga. Hoje, aqui, não há dúvidas. Esta minha intervenção como sócio-gerente da Turnauga traz somente como alguém que representa uma empresa que é das mais antigas empresas de Portugal em turismo da natureza e que, por acaso, está sediada em Sever do Vouga desde 1997, ou seja, há vinte e cinco anos. Empresa que investiu em Sever do Vouga porque viu as potencialidades desta região para implantar um dos mais arrojados projetos com capitais próprios e não à custa de apoios comunitários à imagem dos outros e, digamos de passagem, viver com o dinheiro dos outros é muito mais fácil. Vou saltar aqui uns parágrafos. A Turnauga sempre se pautou por cumprir com as suas obrigações e quando digo cumprir é mesmo cumprir desde que essas obrigações sejam justas e corretas e não apoiadas em desverdades e supostas atualizações sem o nosso conhecimento e, neste caso, refiro-me à dívida que nos queriam impor quando tinha ficado decidido que não haveria lugar a essas mesmas rendas. A dita praia fluvial. Mas, efetivamente, o que me traz aqui em representação da Turnauga é, e volto a frisar, a falta de respeito que este executivo tem tido para com a Turnauga e passo a dar conhecimento do que me leva a expor a esta assembleia municipal algumas situações e colocar algumas questões. O ponto um já foi abordado na assembleia municipal de setembro. Resposta, zero. Ponto dois, durante os meses de junho, julho, agosto e setembro, a Turnauga, durante esses meses, promoveu diversas atividades em Sever do Vouga com os diversos grupos. Fomos dando conhecimento e solicitando autorização para acesso aos locais que são públicos (praia fluvial, parque da vila, cascata da Cabreia) para a realização de algumas atividades e somente não o fizemos em relação às atividades que levamos a cabo no rio Vouga porque somos detentores de um alvará, e aqui realço, a única empresa que o tem e que pode operar no rio Vouga legalmente e, por isso, não temos que solicitar autorização a quem quer que seja, mas em relação aos e-mails enviados, a resposta foi sempre a mesma. Nenhuma. Em diversos e-mails, solicitamos a devida autorização para uso e, no caso mais concreto, a praia fluvial, para atividades com grupo e a Câmara

Municipal, finalmente, alguém se dignou a responder depois de diversos e-mails e contactos, quer pessoais, quer telefónicos, e essa resposta foi que o concessionário tinha que dar o seu parecer. Fiquei confuso, pois os cinco anos que a Turnauga foi concessionária da praia fluvial, nunca nos pediram parecer algum. Somente recebíamos um e-mail a informar que a empresa x ou y ia lá realizar uma atividade e as portas estavam abertas, mas ainda ficamos mais confusos quando recebemos outro e-mail a informar que os serviços da Câmara Municipal não deram parecer positivo. Aqui está a minha questão porque esse requerimento entrou no dia 22, voltamos a pedir uma resposta no dia 14 e, finalmente, no dia 19, ou seja, na véspera da atividade, é que recebemos esta resposta. A minha questão é esta, quais são os serviços da Câmara Municipal de Sever do Vouga que tem competência e conhecimento para avaliar a nossa empresa, pois a mesma está reconhecida pelo Turismo de Portugal, Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Montanha Mágicas, possui o selo Clean & Safe do covid do Turismo de Portugal, tem os seguros em dia, as contas com as Finanças e a Segurança Social em dia, assim como zero incidentes graves durante estes 25 anos. Mas que técnicos são esses, senhor Presidente? Quero que me diga. Quero que mos apresente e que me envie, por favor, as credenciais desses mesmos técnicos. Aqui até me vou escusar de dar aqui alguns palpites que ia levar aqui algumas questões. Vou terminar a minha intervenção somente dando resposta ao senhor Presidente que, na outra assembleia municipal, e sem direito à defesa da minha honra, afirmou que *“quem deu algo a alguém foi Sever do Vouga a si”*. Pois, então, vou-lhe dizer de 2004 até 2021, porque nos primeiros anos da Turnauga ainda era tudo a papel, os clientes da Turnauga deixaram na restauração de Sever do Vouga mais de € 125 000,00, nos alojamentos mais de € 25 000,00 ou € 30 000,00. Faltam os dados dos primeiros anos. No primeiro ano, a Turnauga realizou cerca de dezasseis atividades e, em 2022, realizou cerca de 1531 e trouxe, ao total destes anos todos, mais de 30 000 pessoas a Sever do Vouga, pessoas essas que deixaram cá dinheiro, muitas delas compraram a sua segunda casa de férias, não conheciam Sever do Vouga e foi através de nós. Por isso é que eu quero, aqui, que o senhor Presidente me dê aqui uma resposta. O porquê, e vou dar a resposta se não já me vai dar. A Turnauga também ganhou com isso, ganhou. Ganhou o que os clientes nos pagaram, mas podia ter agarrado nos clientes e ir almoçar a Albergaria, a Águeda, a Vale de Cambra, Oliveira de Frades, pô-los a dormir também nos outros concelhos, mas não. Sempre se pautou por tentar que os nossos clientes gastassem e deixassem dinheiro em Sever do Vouga. Mais uma vez lhe digo, senhor Presidente, e dizendo aqui um velho ditado *“quem cala consente”* ou *“quem não sente não é filho de boa gente”*. Já lhe disse isto uma vez. Eu sou filho de pessoas honestas e humildes que me ensinaram a viver sem luxos e a manter a minha dignidade a qualquer custo e digo-lhe, também, só para terminar, como diz José Vaz de Almeida, não é a vida que separa as pessoas, é a maldade, é a hipocrisia, a traição, o egoísmo e a falta de respeito. E só para terminar eu vou dizer a Turnauga, nestes 25 anos, vai homenagear algumas das pessoas que estiveram connosco nestes 25 anos. Tivemos uma cadela que adotamos, fomos resgatar aos Mimos & Tratos e essa cadela chamava-se Nauga. Algumas pessoas vão receber medalhas. Uma Nauga de ouro, outras de prata, outras de bronze e algumas de latão, senhor Presidente. Algumas de latão. Não é algumas, até só uma. E deixe-me só, então, terminar aqui, na intervenção o senhor também disse que eu tinha coisas na praia fluvial. Tenho coisas na praia fluvial porque ainda estou à espera dos e-mails e das contrapropostas que eu fiz e que a Câmara que me fez qual é o valor que, eventualmente, me queiram dar pelas coisas. Se não, tiro-as. Estou à espera dessas mesmas respostas. Em relação aos outros assuntos, eu vou-me escusar porque também só queria dizer aqui. Peço só mais dois minutos.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não. Não tem mais tempo. Vai desculpar. Terminou a sua intervenção.-----

Luís Pedro Ribeiro Pinto Carneiro – Então vai-me obrigar a vir cá outra vez em março?-

Presidente da Assembleia Municipal – Faça o favor. Em fevereiro temos todo o gosto em tê-lo cá.-----

Luís Pedro Ribeiro Pinto Carneiro – Não, desculpe. É só para dizer isto, pessoal, o Vikings Kayak Clube está em Sever do Vouga há 25 anos. Foi a única associação que teve prejuízos efetivamente com a cheia e, este ano, a Câmara, ao fim de 20 anos, cortou-lhe a esmola dos € 500,00 que nos dava e esses € 500,00 eram diretamente para a advogada para metermos um processo por causa das cheias. Parece que a Câmara não quer que as pessoas metam os processos à Greenvouga porque a Câmara é sócia da Greenvouga ou, se não é, foi.-----

Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal quer usar o direito de resposta neste momento ou reserva-se para momento posterior?-----

Presidente da Câmara Municipal – Não, hoje não tenho nenhuma ata para ler. Sei que as pessoas gostaram muito da ata que eu li da última vez, mas eu não acho que mereça qualquer tipo de resposta, se quer que lhe diga.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Concluímos assim os trabalhos, esta maratona. Eu tinha jurado a mim mesmo, como se lembram, que nunca ia ter uma assembleia municipal a esgotar o tempo, tivemos que prolongar. Muito obrigado pela vossa presença, por este trabalho que foi proficuo, apesar de tudo. Desejar, naturalmente, a todos, boas festas, um bom ano cheio de saúde para todos e que o nosso executivo e a Assembleia Municipal consiga, de facto, atingir os objetivos propostos para bem dos Severenses. Obrigado e boa noite a todos.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----